



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

JEFFERSON HIGINO DA SILVA

**A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DA ARQUIVOLOGIA
NO BRASIL**

**JOÃO PESSOA
2020**

JEFFERSON HIGINO DA SILVA

**A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DA ARQUIVOLOGIA
NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, em nível de Mestrado Acadêmico, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Informação, Conhecimento e Sociedade

Linha de Pesquisa: Organização, Acesso e Uso da Informação

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque

JOÃO PESSOA
2020

S586r Silva, Jefferson Higino da.

A Representação da Informação no contexto da
Arquivologia no Brasil / Jefferson Higino da Silva. -
João Pessoa, 2020.
106 f. : il.

Orientação: Maria Elizabeth Baltar Carneiro de
Albuquerque.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Representação da informação. 2. Arquivologia. 3.
Descrição. 4. Classificação. I. Albuquerque, Maria
Elizabeth Baltar Carneiro de. II. Título.

UFPB/BC

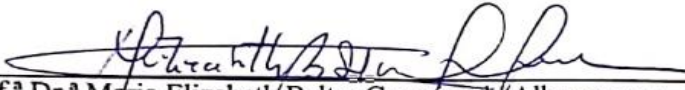
JEFFERSON HIGINO DA SILVA

**A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DA ARQUIVOLOGIA
NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, em
nível de Mestrado Acadêmico, como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Aprovada em 10 de março de 2020.

Banca Examinadora:


Prof.ª Dr.ª Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque - PPGCI/UEPB
Orientadora


Prof.ª Dr.ª Gracy Kelli Martins - PPGCI/UEPB
Membro Titular Interno

Prof.ª Dr.ª Izabel França de Lima - PPGCI/UEPB
Membro Suplente Interno


Prof.ª Dr.ª Rosale de Mattos Souza - PPGCI/ ECO/ IBICT- UFRJ
Membro Titular Externo

Prof.ª Dr.ª Manuela Eugênio Maia - UEPB
Membro Suplente Externo

DEDICATÓRIA

Aos meus avós, Ângela Maria e José Laurentino,
dedico este trabalho!

AGRADECIMENTOS

À luz sublime maior do universo, por me guiar em todos os parâmetros de minha vida.
Aos meus avós maternos, Ângela Maria e José Laurentino, os quais, mesmo sem estudos, esforçaram-se para me direcionar aos caminhos educacionais.

À Dalila, minha mãe, por ser meu suporte para enfrentar todos os obstáculos de vida.

À Maria Dapaz (*in memoriam*), minha madrinha, por ter-me incentivado durante nosso contanto, aqui, no mundo, sempre acreditado no meu potencial.

À Tayná e à Kátia, irmã e tia respectivamente, as quais, mesmo de forma indireta, incentivaram-me para escrever este trabalho.

À prof.^a Maria Elizabeth Baltar, minha orientadora, com quem iniciei um vínculo ainda como aluno especial da disciplina “representação da informação e do conhecimento”, ministrada por ela. Grato também por seus direcionamentos nos desafios colocados durante o desenvolvimento desta pesquisa.

À prof.^a Manuela Maia, amiga, por mostrar os caminhos na vida pessoal e na academia, através de vínculo que se inicia na monitoria que realizei na disciplina de “representação da informação”, durante a graduação no curso de Arquivologia da UEPB.

À prof.^a Rosale de Mattos, membro da banca, com quem comecei um vínculo de diálogo sobre a representação da informação, na Arquivologia, em 2016, nos caminhos de Petrópolis-RJ, quando participei de um congresso estudantil, que vem rendendo bastantes frutos.

À prof.^a Gracy Kelli, membro da banca, que me ajudou durante o percurso de estágio-docência na disciplina de “análise e representação da informação”, aconselhando sobre ser professor e sobre alguns desafios colocados em relação aos conteúdos passados para os discentes dos cursos de Biblioteconomia e de Arquivologia.

Ao prof. Edivânio Duarte, pelos direcionamentos na pós-graduação em Ciência da Informação.

Aos meus amigos Diego, Tales, Fernanda Santos, Rebeca, Anderson, Wellington, Arthur, Rayan, Brenda, Niwman, Johnata e Thiago pela companhia, pelas conversas e pelos conselhos em minha vida pessoal, profissional e acadêmica.

Aos meus colegas de mestrado em Ciência da Informação, os quais me ajudaram a descontrair e me motivaram durante o processo de escrita.

O pensamento arquivístico ao longo do século deve ser visto em constante evolução e mudança, à medida que se vai adaptando às transformações radicais verificadas na natureza dos documentos, nas organizações que os produzem, nos sistemas de gestão e na utilização desses documentos, bem como nas tendências culturais, legais, tecnológicas, sociais e filosóficas no seio da sociedade. As ideias arquivísticas formuladas em determinada época e lugar refletem muitos desses fatores externos; e tais ideias são frequentemente reformuladas e até redescobertas em outra época e lugar, ou reestruturadas ao longo das gerações num mesmo lugar.

(Terry Cook)

RESUMO

No Brasil, as pesquisas que tratam sobre a representação da informação, em Arquivologia, estão ligadas aos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação. Apesar de aproximações da representação da informação com as funções de descrição e de classificação arquivística, surge a necessidade de compreensão dessas relações nas pesquisas, visando a possíveis direcionamentos acerca da temática. Propõe-se analisar o delineamento da representação da informação no contexto da Arquivologia, por meio das teses e de dissertações produzidas em Ciência da Informação no Brasil. Discorre-se sobre a Arquivologia nos caminhos informacionais e suas transformações teórico-conceituais, demarcando as particularidades do documento arquivístico. Destacam-se a representação da informação na Ciência da Informação e os possíveis reflexos da temática na Arquivologia. Quanto aos objetivos, esta pesquisa classifica-se como descritiva, de abordagem qualitativa e bibliográfica, quanto aos procedimentos de coleta dos dados. Por meio de busca realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, obtiveram-se 17 estudos distribuídos em diferentes programas de universidade do país, analisando-os a partir da “Análise de Conteúdo” de Bardin, estabelecendo categorias acerca dos elementos característicos nos estudos. A representação da informação, na Arquivologia, através da análise das teses e das dissertações em Ciência da Informação, no Brasil, é visualizada por meio da classificação e da descrição, em sua dimensão temática ou descritiva, ora sendo essas atividades, ora os resultados delas a partir dos planos de classificação e de instrumentos de pesquisa. Isso se dá por meio de relações interdisciplinares com outras áreas do conhecimento, o que auxilia em ações, como a identificação, a análise e a organização dos documentos em ambientes analógicos ou digitais, com observância dos princípios arquivísticos, bem como as características documentais.

Palavras-chave: Representação da informação. Arquivologia. Descrição. Classificação.

ABSTRACT

In Brazil, research that deals with the representation of information in Archivology is linked to the Postgraduate Programs in Information Science. Despite the approximation of information representation with the functions of description and archival classification, there is a need to understand these relationships in research, aiming at possible directions about the theme. It is proposed to analyze the design of information representation in the context of Archivology, through the theses and dissertations produced in Information Science in Brazil. It discusses Archivology in informational ways and its theoretical-conceptual transformations, demarcating the particularities of the archival document. The representation of information in Information Science and the possible reflexes of the theme in Archivology are highlighted. As for the objectives, this research is classified as descriptive, with a qualitative and bibliographic approach, regarding the data collection procedures. Through a search carried out at the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations, 17 studies were obtained distributed in different university programs in the country, analyzing them from Bardin's "Content Analysis", establishing categories about the characteristic elements in the studies. The representation of information, in Archivology, through the analysis of theses and dissertations in Information Science, in Brazil, is visualized through classification and description, in their thematic or descriptive dimension, now being these activities, now the results of them from classification plans and research instruments. This occurs through interdisciplinary relationships with other areas of knowledge, which helps in actions, such as the identification, analysis and organization of documents in analog or digital environments, with observance of archival principles, as well as documentary characteristics.

Keywords: Information representation. Archival science. Description. Classification.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACR2	<i>Anglo-American Cataloguing Rules - 2</i>
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CIA	Conselho Internacional de Arquivos
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CTNDA	Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
EUA	Estados Unidos da América
FRAD	<i>Functional Requeriments for Authority Data</i>
FRBR	<i>Functional Requirements for Bibliographic Records</i>
FRSAD	<i>Functional Requeriments for subject Authority Data</i>
GT	Grupo de Trabalho
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional
InterPARES	<i>International Research on Permanent Authentic Records on Electronic Systems</i>
ISAAR (CPF)	<i>International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families</i>
ISAD(G)	<i>General International Standard Archival Description</i>
ISDF	<i>International Standard for Describing Functions</i>
ISDIAH	<i>International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings</i>
LD	Linguagem Documentária
LN	Linguagem Natural
MARC	<i>Machine Readable Cataloging</i>
MEC	Ministério de Educação
MP	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
NOBRADE	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
PB	Paraíba

SNPG	Sistema Nacional de Pós-Graduação
SUS	Sistema Único de Saúde
TJ	Tribunal de Justiça
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UnB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Metodologias de tratamento diplomático e tipológico.....	30
Figura 2 - Característica do documento digital.....	33
Figura 3 - A evolução histórica da descrição.....	48
Figura 4 - Foco das normas descritivas.....	52
Figura 5 - Relações do nível de descrição com instrumentos de pesquisa.....	55
Figura 6 - Instrumentos de pesquisa.....	55

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Visões sobre ontologia.....	41
Quadro 2 - Categorias voltadas à representação da informação na Arquivologia	64
Quadro 3 - Caracterização das teses e dissertações.....	65
Quadro 4 - Objetivos das pesquisas da categoria 1.....	67
Quadro 5 - Estratos da P5.....	68
Quadro 6 - Estratos da P6.....	69
Quadro 7 - Estratos da P11.....	71
Quadro 8 - Objetivos das pesquisas da categoria 2.....	73
Quadro 9 - Estratos da P2.....	74
Quadro 10 - Estratos da P3.....	75
Quadro 11 - Estratos da P8.....	76
Quadro 12 - Estratos da P14.....	77
Quadro 13 - Estratos da P17.....	78
Quadro 14 - Objetivos das pesquisas da categoria 3.....	80
Quadro 15 - Estratos da P7.....	80
Quadro 16 - Estratos da P10.....	81
Quadro 17 - Objetivos das pesquisas da categoria 4.....	82
Quadro 18 - Estratos da P15.....	83
Quadro 19 - Estratos da P16.....	84
Quadro 20 - Objetivos das pesquisas da categoria 5.....	85
Quadro 21 - Estratos da P12.....	85
Quadro 22 - Estratos da P13.....	86
Quadro 23 - Estrato da P4.....	87
Quadro 24 - Objetivos das pesquisas da categoria 6.....	88
Quadro 25 - Estratos da P1.....	88
Quadro 26 - Estratos da P9.....	89

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	DOS ENTORNOS DA ARQUIVOLOGIA AOS CAMINHOS DA INFORMAÇÃO.....	19
2.1	TRANSFORMAÇÕES TEÓRICO- CONCEITUAIS.....	21
2.2	PARTICULARIDADES DO DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO.....	28
3	A REPRESENTAÇÃO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....	34
3.1	REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO TEMÁTICA.....	36
3.2	REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO DESCRITIVA.....	42
4	A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA ARQUIVOLOGIA.....	45
4.1	DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA.....	47
4.1.1	As normas descritivas.....	50
4.1.2	Os instrumentos de pesquisa.....	54
4.2	CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA.....	56
5	PERCURSO METODOLÓGICO.....	61
5.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	61
5.2	DEFINIÇÃO DO <i>CORPUS</i> DA PESQUISA.....	62
5.3	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA.....	63
6	A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA ARQUIVOLOGIA ATRAVÉS DAS TESES E DISSERTAÇÕES NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....	65
6.1	ASPECTOS TEÓRICO, CONCEITUAL E PRÁTICO.....	67
6.2	TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.....	73
6.3	METODOLOGIAS E INSTRUMENTOS AUXILIARES.....	80
6.4	POLÍTICAS E MEIOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO.....	82
6.5	PROPOSTAS E PRODUTOS.....	85
6.6	INTERSEÇÕES COM A BIBLIOTECONOMIA E A MUSEOLOGIA.....	87
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
	REFERÊNCIAS.....	95
	APÊNDICE A – <i>CORPUS</i> DA PESQUISA.....	105

1 INTRODUÇÃO

A representação é entendida como elemento imprescindível à organização e à recuperação da informação e do conhecimento, porém, no contexto dos arquivos, ainda é marcada por exportações procedimentais de outras áreas que, muitas vezes, desconsideram as particularidades do documento arquivístico. Essas especificidades podem ser vistas a partir de manuais especializados e de contribuições de indivíduos que marcaram mudanças nas condutas postas aos documentos durante o tempo.

Observando o contexto histórico da Arquivologia, em 1841, criado por Natalis de Wailly, o princípio da proveniência revolucionou as formas e a guarda dos documentos. Outro marco crucial foi o “Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos”, elaborado em 1898, por três arquivistas holandeses, Samuel Muller, Johan Feith e Robert Fruin, obra que trouxe, em sua composição, a ideia de “arranjo” e de “descrição” de documentos, além de princípios consagrados até hoje, na área, a saber: “ordem interna” e “proveniência”. No manual, já se notam ações sobre a projeção do conteúdo dos documentos, através dos instrumentos de pesquisa.

Sabendo dessas mudanças e dessas visões sobre a organização dos arquivos, é possível afirmar que a Arquivologia possui, em sua essência, princípios, que retomam o início da civilização humana, e as primeiras práticas intuitivas de registros realizados nas civilizações pré-classificas, os modelos de organização dos documentos, refletem algumas ações que, atualmente, exercemos (ROUSSEAU; COUTURE, 1998; SILVA *et al.*, 2002). Assim como outras áreas do conhecimento, a Arquivologia vem-se reconfigurando junto às demandas oriundas de uma sociedade acelerada, perante o desenvolvimento tecnológico.

As formas dos documentos ganham contornos que redobram preocupações quanto ao risco da integridade das informações. Essa atenção envolve procedimentos de manutenção da composição do documento arquivístico, pois este é resultado de uma atividade pessoal ou institucional, guardando elementos que necessitam ser assegurados na produção, durante o processo de tramitação e na preservação em longo tempo.

Em uma perspectiva contemporânea, algumas correntes teóricas, como as do Canadá (Arquivologia integrada, funcional e diplomática contemporânea) e a defendida em Portugal (Arquivologia Pós-custodial), apresentaram maneiras de lidar com a organização dos documentos de arquivo, tornando a informação mais próxima às discussões de ciclos sistêmicos e contextuais, abrindo caminhos para diálogos junto ao campo da Ciência da Informação.

Na constituição de seu domínio epistemológico, a Ciência da Informação é apresentada como uma área ligada aos estudos sobre processos informacionais, entre os quais, destaca-se a representação, conforme esclarece Borko (1968). No Brasil, em particular, nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação, o processo de representação ocupa espaços em linhas e em grupos de pesquisas, os quais, por vezes, são desdobramentos de estudos e de reflexões realizadas nos cursos de graduação em Biblioteconomia e em Arquivologia.

Nessa perspectiva de aproximação com a Ciência da Informação, a Arquivologia, estabelece diálogos para aprofundamento na compreensão de suas teorias e de suas práticas, incluindo aspectos atinentes à organização da informação e do conhecimento. Considera-se, porém, que, na primeira, os estudos referentes às formas de representação, de organização e de transferência da informação estão em estágios mais avançados. O fato é que, mesmo não desconsiderando todo percurso desenvolvido até agora, a segunda apresenta-se ainda em desenvolvimento de construção. Ademais, a delimitação temática, em última análise, ainda aparece não muito clara, quando se visualiza, em disciplinas dos cursos de graduação, manuais, dicionários e relações envolvendo os processos de indexação, de representação temática e os sistemas de organização e de recuperação da informação e do conhecimento (SOUZA; BOTÃO, 2016).

A representação, em arquivos, pode ser visualizada a partir de atividades de classificação e de descrição, todavia existir um distanciamento em relação à conexão dessas funções com a representação da informação. Com a influência das tecnologias digitais, alguns desdobramentos dessas funções, a exemplo da descrição, movimentaram-se para caminhos mais complexos relacionado à dinamicidade que os sistemas eletrônicos têm-nos colocado. A descrição, “[...] durante a década de 1990, passou a enfatizar o processo (o como) mais do que o resultado final (o instrumento)”. (LLANES PADRÓN *et al.*, 2015, p. 4). No ambiente digital, inserir elementos de descrição é obrigatório desde a criação dos documentos, porque os metadados, pontos de acesso nas buscas e na recuperação deles, garantem a integridade dos fatos que motivaram o surgimento, o arquivamento e a manutenção durante seu ciclo.

A ideia da representação da informação é culturalmente construída voltada para descrição arquivística de documentos permanentes (considerando o ciclo de vida documental), na elaboração de instrumentos de pesquisas. Esses traços são resquícios de uma origem da Arquivologia entrelaçada com outras disciplinas.

O processo de descrição nos arquivos “[...] é utilizado para todas as etapas, da análise e tratamento da informação e de conteúdos arquivísticos, sendo que a representação da informação ou representação documental como termos e seus respectivos conceitos são

poucos utilizados na bibliografia Arquivística.” (SOUZA; BOTÃO, 2016, p. 3). A descrição é uma atividade que abrange diversos atos mais genéricos.

Os arquivos eram visualizados apenas para pesquisa histórica e organizados por temas; posteriormente, passou a respeitar a atividade geradora e ser organizados por fundo. O entendimento do assunto não foi muito aprofundado no campo, todavia realizou-se um tipo de classificação que preza pela composição do conteúdo que está circunscrito nos documentos; não, necessariamente, à atividade geradora. Nos instrumentos de pesquisa, também podemos apontar os catálogos que, a depender da finalidade, apresentam recortes temáticos; não, exatamente, seguem o contexto orgânico. As atividades de descrição e de classificação visam a representar o que está no documento, entretanto, quando isso se atrela ao assunto, no âmbito dos arquivos, necessita-se de ampliação e de aprofundamento (MEDEIROS, *et al.*, 2015). Essa situação também se expande para expressões sobre a representação na Arquivologia, considerando suas aplicabilidades e suas relações teóricas (SILVA; MAIA, 2016).

Tendo, em vista, a relação que as funções de descrição e de classificação assumem nesse contexto, faz-se necessário entender os estudos que demarcam essas conexões da construção sobre a representação no campo dos arquivos. Salientando-se que a Arquivologia é sedimentada em movimentos próprios, com princípios rediscutidos com o tempo, na medida em que os documentos ganham outras configurações. Mesmo interligada com outras áreas de conhecimento, como é o caso da Ciência da Informação, por meio de “[...] seus vínculos acadêmicos institucionais, à titulação dos seus professores e à sua produção científica [...]” (MARQUES; MARQUES, 2015), torna-se necessário analisar essas relações, principalmente, os estudos oriundos dos programas de pós-graduação, que muitos pesquisadores abraçam como espaço para aprofundamento do conhecimento arquivístico. Nesta dissertação, norteamos-nos a partir da seguinte questão: **como a representação da informação na Arquivologia vem-se delineando nas pesquisas em Ciência da Informação no Brasil?**

De forma geral, objetiva-se analisar a representação da informação no contexto da Arquivologia, por meio das teses e de dissertações produzidas em Ciência da Informação no Brasil. Considerando especificamente os objetivos:

- a) Mapear teses e dissertações desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil concernentes à representação da informação na Arquivologia;
- b) Identificar o conjunto de elementos nas pesquisas que versam sobre a representação da informação na Arquivologia;
- c) Apresentar possíveis direcionamentos sobre a representação da informação no domínio da Arquivologia.

Perante a justificativa deste estudo, considera-se que a Ciência da Informação nos dá abertura ao presente diálogo sob “[...] a orientação interdisciplinar ou transdisciplinar do campo, na medida em que este se vê obrigado a trabalhar na articulação das plurais dimensões do objeto informacional: semânticas, sintáticas, institucionais, infraestruturais, entre outras” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2001, p. 6). A partir do estatuto poliepistemológico, nas palavras de González de Gómez (2000, 2001), ela condiciona estudos dos diferentes estratos de informação e dos enfeixamentos que se estabelecem entre eles.

Destaca-se que a Arquivologia pode estabelecer inter-relações com a Ciência da Informação, ampliando o seu escopo teórico-metodológico para abordar questões complexas. Na Arquivologia, a aplicação dessa disciplina torna-se contundente, por ser uma área de conhecimento que busca aprofundamento sobre representação da informação, possibilitando uma ampliação sobre a temática, que supera o escopo relativamente delimitado em aproximação à Biblioteconomia. Como afirma Fonseca (2011), é também imprescindível identificar as características de interesse na Ciência da Informação, delineando os contornos da dimensão e novos espaços da produção do conhecimento arquivístico.

De modo mais preciso, como a pesquisa trata de assuntos que envolvem a representação da informação, a maior justificativa se alinha aos preceitos de Aguiar e de Kobashi (2013), para quem as bases epistemológicas e teórico-metodológicas do subcampo da Organização e da Representação do Conhecimento na Ciência da Informação poderão oferecer diálogos de maneira interdisciplinar com a Arquivologia.

Nos aspectos sociais, a presente pesquisa pode contribuir com meios sobre a organização da informação pautada nos documentos arquivísticos, que, de modo exemplar, possibilita a ampliação das formas de transparência da informação em instituições públicas e privadas, como também para os profissionais que realizam a mediação para sujeitos que se utilizam dessas informações.

Salientamos a necessidade de se evidenciar uma diferenciação no processo de análise e de representação da informação, nos documentos arquivísticos, na medida que estes possuem particularidades. Embora se reconheça que essa abordagem exigirá maiores esforços quanto ao entorno da temática, têm-se, como horizonte ao recorte pretendido diante da análise de pesquisas no âmbito da Ciência da Informação apresentadas, no Brasil, o formato de tese e de dissertação.

O interesse pela temática desta pesquisa surgiu ainda na graduação, a partir de estágios realizados em dois órgãos públicos: Tribunal de Justiça da Paraíba (TJ/PB) e Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN/PB). No primeiro, notamos que os termos

atribuídos aos processos judiciais caracterizavam o que estava circunscrito nos documentos, assumindo questões específicas junto às finalidades institucionais, entretanto ocasionavam perdas de processos, por não existir um consenso, ou, muitas vezes, por erros dos metadados atribuídos que faziam referência ao arquivamento físico.

No segundo estágio, IPHAN- PB, diferentemente do campo judicial, existiam vários gêneros de documentos como os iconográficos, os cartográficos, os audiovisuais, os tridimensionais e outras configurações, todos apresentando a dimensão da organização dos arquivos que não era só amortecida com a aplicação da classificação e da descrição arquivística, entrando, em cena, preocupações de buscas realizadas por usuários internos, por pesquisadores de variadas áreas que acessavam o acervo e as relações contextuais dos documentos com os monumentos históricos, podendo ser representados por um universo de possibilidades, não só a produção e a atividade geradora.

Em conjunto ao último estágio, foi realizada monitoria na disciplina “representação da informação”, no curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Nesse momento, a troca de experiência entre alunos e professor nos fez notar que as dúvidas não partiam apenas dos assuntos específicos dos textos, mas questões que envolviam o conceito de representação da informação na ambiência dos arquivos, aproximações com a indexação, os vocabulários controlados e outros conteúdos. Como resultado, em 2016, elaboramos trabalho de conclusão de curso que retratou estudos sobre a representação da informação na Arquivologia, o qual nos forneceu elementos para o aprofundamento das discussões iniciadas naquele momento.

Essa visibilidade se expandiu para o campo profissional na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFPRE). Atuando como técnico em arquivo, na participação da implantação dos dossiês digitais dos servidores da instituição, por meio de um sistema criado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), percebemos que os gestores que estavam à frente do sistema misturavam conteúdo dos documentos com a tipologia e com a espécie. Nosso guia era uma tabela de assuntos funcionais que servia como modelo, para atribuição dos termos que representavam os documentos, entretanto essa tabela sofria alterações, à medida que outras universidades e institutos solicitavam termos que retratavam suas especificidades na produção documental. Posteriormente, a tabela se tornou padrão, porém os antigos documentos arquivados no sistema, consequentemente, ficaram diferentes dos atuais, dificultando a recuperação.

Essas confluências sobre a projeção das informações do documento nos campos de estágio, de monitoria e de atuação profissional nos fizeram perceber que a representação da

informação nos arquivos merecia atenção que não se configurava apenas em procedimentos técnicos, mas, antes de tudo, em entendimentos que partem para compreensão da temática e dos seus direcionamentos no campo da Arquivologia.

Esta dissertação se encontra estruturada em 7 seções. Nesta **primeira seção**, *Introdução*, abordou-se uma apresentação geral deste estudo, situando, genericamente, o percurso de transformações da Arquivologia e as conexões com a representação da informação, bem como a problematização, os objetivos gerais e específicos, além das justificativas.

Na **segunda seção**, *Dos entornos da Arquivologia aos caminhos da Informação*, discutimos uma breve historização da Arquivologia e as fundamentações colocadas na constituição da área, adentrando em relações com a Ciência da Informação. Destacamos as transformações teórico-conceituais e as sobre as particularidades do documento de arquivo.

Na **terceira seção**, *A representação na ciência da informação*, iniciamos um percurso destacando a representação em um sentido mais amplo, em destaque a um conjunto de acepções que fazem parte desta, dando abertura para discussões na Ciência da Informação. Relatamos a Representação Temática da Informação e a Representação Descritiva da Informação.

Na **quarta seção**, *Representação da Informação na Arquivologia*, discutimos os possíveis reflexos da representação da informação na Arquivologia, por meio de alguns pontos colocados por autores, sobre o aprofundamento da temática da área, relatando descrição arquivística, como também as normas descritivas e os instrumentos de pesquisa, finalizando com este assunto: a classificação arquivística.

Na **quinta seção**, *Percurso Metodológico*, englobam-se a caracterização da pesquisa, a definição do nosso *corpus* documental, parte em que destacamos o nosso universo e a amostra da pesquisa e como realizamos a análise e a discussão dos resultados.

Na **sexta seção**, apresentamos a análise dos nossos resultados por meio das categorias estabelecidas, dos objetivos e do direcionamento das pesquisas, bem como similaridades e distinções encontradas.

Na **sétima seção**, retomamos os pontos destacados na fundamentação teórica, situando o trabalho perante nosso problema, bem como os caminhos realizados para o cumprimento do objetivo geral e dos específicos, além de dificuldades e de possíveis sugestões de futuros estudos.

Por último, englobamos os elementos pós-textuais da dissertação, a partir das referências da pesquisas analisada nesta dissertação.

2 DOS ENTORNOS DA ARQUIVOLOGIA AOS CAMINHOS DA INFORMAÇÃO

No Brasil, tomando, como referência, o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), a Arquivologia se encontra inserida na área “Comunicação e Informação”, subordinada à Ciência da Informação. Essa distribuição é apresentada por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mesmo sendo subsidiada por contextos político-institucionais, através de uma coordenação ligada ao Ministério de Educação (MEC), que apresenta tamanho valor para o meio científico, não podemos afirmar, de fato, que essa hierarquia é tida como um consenso no campo epistemológico, embora consideremos, em um sentido amplo, que a Arquivologia e a Ciência da Informação demarcam acontecimentos que apresentam inter-relações.

Diante dos fatos e das relações entre as duas áreas recém-citadas, faz-se necessário realizar alguns apontamentos de constituição histórica. Nesse percalço, nas últimas décadas, é possível notar que a Arquivologia tem assistido a mudanças em relação às influências que as tecnologias digitais proporcionaram junto aos documentos, isto é, nos seus formatos, nos seus tipos e na sua preservação. Esse momento, marcado pela proeminência da chamada Sociedade da Informação, alerta-nos quanto ao direcionamento da área.

A Arquivologia surge interligada a outras disciplinas, como a Diplomática e a Paleografia, no século XVII, passando, por algum tempo, como disciplina auxiliar da História (ROUSSEAU; COUTURE, 1998; SILVA *et al.*, 2002). A Revolução Francesa, nesse entorno, também influenciou modificações na área, pois os documentos que eram centralizados no Arquivo Nacional da França sofreram mudanças nos procedimentos de organização, abrindo espaço de acesso, antes restrito, para cidadãos adentrarem.

Um marco que muitos estudiosos apontam como propulsor para a Arquivologia foi o “Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos” dos três arquivistas holandeses Samuel Muller, Johan Feith e Robert Fruin. O diferencial desse manual é que nele são apresentadas experiências sobre ações, sobre termos e sobre atividades os quais corroboraram com o campo arquivístico, com características e com operações frente à organização dos documentos, mostrando a relação com o produtor e a essência da manutenção dos fundos. Uma característica tocada no manual dos arquivistas holandeses é a incorporação da organização dos arquivos pela “proveniência” ou pelo “respeito aos fundos”.

Mesmo considerando as contribuições e a importância do referido manual, de acordo com Tognoli (2013) o *De re diplomática libri VI*, de Jean Mabillon, (Manual de diplomática),

que envolveu a crítica textual, é defendido por alguns teóricos como o primeiro tratado que deu propulsão ao surgimento da arquivística.

A proveniência citada no manual dos arquivistas holandeses surge numa perspectiva de não misturar a massa documental que estava sendo concentrada no Arquivo Nacional, em Paris. O chefe da seção administrativa dos arquivos departamentais do Ministério do Interior, Natalis de Wally, em 8 de julho de 1841, através de uma circular, instituiu a ideia de se guardarem os documentos respeitando sua proveniência. A aplicação da proveniência garante que “[...] os documentos que provenham de um corpo, de um estabelecimento, de uma família ou de um indivíduo deverão ser agrupados e não misturados com aqueles que apenas dizem respeito a um estabelecimento, uma família.” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 52).

Considerando outros fatores de evolução, saímos de uma Arquivologia com momentos clássicos e adentramos na Arquivologia Moderna. Schmidt (2012) diz que a diferenciação desses marcos é que, enquanto, na clássica, os autores viam os arquivos como lugar de guarda, valor administrativo e histórico, utilizando os princípios da proveniência e da ordem interna, bem como respeitando a formação dos fundos documentais e a integração das funções administrativas e históricas assumidas pelo arquivo diante de questões do estado, na Moderna, acompanhamos influências de conflitos internacionais oriundos da II Guerra Mundial, expansão teórica e metodológica da Arquivologia com os documentos administrativos, foco na avaliação e relações com a Ciência da Informação.

A Ciência da Informação, nesse contexto, surge influenciada pelos problemas informacionais em vários países, os quais não só afetaram o mundo dos arquivos e emergiu, em um momento pós-Segunda Guerra, tendo, como uma de suas causas, a explosão informacional marcada pelo grande número de registros (ARAÚJO, 2018; ROBREDO, 2005; SARACEVIC, 1995). Diante de alguns indícios que acenaram seu surgimento, em um sentido mais amplo, estão as proposições desenvolvidas pela Biblioteconomia e pela Documentação, tanto na ampliação da descrição de materiais bibliográficos, como nas novas ideias acerca do que seria documento apresentadas por Paul Otlet e por La Fontaine, dois advogados Belgas.

No final do século XIX, mais especificamente, em 1930, Paul Otlet ampliou o conceito de documento, a partir do Tratado de Documentação influenciando outros profissionais. Alguns bibliotecários, nos Estados Unidos da América (EUA), os quais não mais acreditavam que suas funções eram direcionadas a procedimentos apenas ligados às bibliotecas públicas, viram-se tocados pelos preceitos da Documentação, autodenominando-se como “bibliotecários especializados”, apontando que suas atividades também acoplavam outros formatos de documentos e, mais especificamente, a organização da informação científica (ARAÚJO, 2018).

Saracevic (1995) destaca que os problemas informacionais aconteceram em vários países, atingindo diversas áreas, não sendo um fator apenas nacional que deu propulsão para a Ciência da Informação, mas cada lugar, com suas devidas diretrizes, viu-se motivado a criar formas de como lidar com a informação. Nesse meio, vários profissionais (físicos, químicos e engenheiros) que realizavam atividades de organização e de produção científica para melhorar o acesso a suas pesquisas, com o tempo, começaram a se autodenominarem “cientistas da informação” (ARAÚJO, 2018). Assim, associações, eventos científicos, produções de pesquisas começaram a ser desenvolvidas com a expressão Ciência da Informação, criando, posteriormente, cursos em universidades por todo o mundo.

As estratégias pensadas em meio ao chamado “boom” informacional também constituem um fenômeno que contribuiu para se pensar em uma ciência focada em outros problemas que, até então, não eram contemplados por outras áreas. As preocupações de Vannevar Bush¹, para disseminar e para tornar acessível o conhecimento, por meio das tecnologias digitais, e a recuperação da informação vista como disciplina científica, através de Calvin Mooers, são fatores que convergem, para pensar meios focados nos problemas informacionais (ARAÚJO, 2018; ROBREDO, 2005; SARACEVIC, 1995).

Esses problemas relativos ao aumento exorbitante de informação influenciaram não só a formação da Ciência da Informação, mas a Arquivologia, entre outras disciplinas, a qual esteve disposta a ser repensada diante do exorbitante número de documentos presentes nos órgãos governamentais e da centralização da documentação, sendo que a influência norte-americana teve um papel norteador nos processos dos documentos administrativos e, mais precisamente, em condutas que determinam a forma de controlar a quantidade de documentos, a qual, a cada ano, crescia. Os procedimentos deixados pela Arquivologia Clássica pareciam não apresentar respostas satisfatórias.

2.1 TRANSFORMAÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS

Transformações ocorreram no fazer e no saber arquivístico, pois, diferentemente da perspectiva clássica, em que se guarda a ideia do arquivo histórico, o direcionamento moderno trouxe consigo os desafios das ferramentas tecnológicas, o que impulsionou o pensar sobre os documentos.

¹ Vannevar Bush, em 1945, por meio do artigo *As We May Think* anunciou uma ideia visionária, chamada de “Memex”, aparato tecnológicos que tinha o objetivo auxiliar a memória humana, guardando conhecimento e realizando associações entre objeto, ações e ideias.

Ao ser criado em Washington, em 1943, o Arquivo Nacional herdou um impressionante volume de cerca de um milhão de metros de documentos federais, o qual aumentava à razão de mais de 60 mil metros por ano. Em 1943, com a ampliação do aparelho estatal para enfrentar a grande depressão e a II Guerra Mundial, essa taxa de crescimento chegara a 600 mil metros por ano. Isso teve duas consequências principais: a primeira foi o surgimento da atividade profissional de gestão de documentos, para ajudar as agências a lidarem com essa avalanche de papéis; e a segunda, a reformulação radical do trabalho arquivístico na América do Norte e onde quer que se fizesse sentir a influências de suas ideias. (COOK, 2018, p. 31).

As ideias deixadas por Hilary Jenkinson na Arquivologia Clássica, as quais direcionavam o arquivista como preservador de documentos, eliminando a possibilidade de avaliação e de seleção documental, começaram a ser desconstruídas, pois, de acordo com Cook (2018), Margaret Cross Norton, que deu propulsão à Arquivologia nos EUA, como também Philip C Brooks, fizeram críticas ao delineamento teórico destacado por Jenkinson. Nessa conjuntura, considerando o papel central do arquivista como avaliador, insere-se a “teoria das três idades”, referenciada, inicialmente, por Brooks, em 1940, como fases que os documentos perpassam e ganham funções diferentes a cada momento delas.

A gestão de documentos surge com esse entendimento do ciclo, objetivando diminuir a massa documental acumulada nas administrações. Foram criadas comissões nos EUA e no Canadá com a finalidade de viabilizar o gerenciamento dos registros. Nesse contexto, “[...] o governo americano instituiu a Comissão Federal sobre o Fluxo de Papéis (*Commission on Federal Paperwork*), que ressaltou a enormidade do problema de processamento de papéis enfrentados pelos departamentos e agências do governo.” (MORENO, 2008, p. 77).

Moreno (2008) ainda chama atenção para o olhar sobre o valor administrativo apontado por Jenkinson (1965) e, em seguida, por Schellenberg (1973), salientando a influência desse aspecto para a gestão de documentos e para a separação de duas linhas, a “arquivística tradicional” e outra com um delineamento administrativo, a *records management*. Apesar de Jenkinson ter atentado para o valor administrativo, o autor é visto por uma vertente mais conservadora.

Com as contribuições de Schellenberg, inicia-se a ideia de seleção e de avaliação dos documentos, ligada à corrente administrativa, instituída nos EUA. Para ele, os documentos possuíam valores primários e secundários, devendo aqueles destituídos de valor serem eliminados, e outros guardados por possuírem valor histórico. O documento, segundo ele, passaria por uma análise para observação do assunto, sendo “[...] possível identificar os valores e atributos, segundo o seu potencial de uso.” (SCHELLENBERG, 2008, p. 227-228).

Dependendo do valor, os documentos se encaixariam no *Gestão de Documentos* (valor primário-administrativo) ou no *arquivo* (valor secundário – probatório e informativo). Schmidt

(2012) explica que o direcionamento de Schellenberg, diante da ideia de valor atrelada ao Ciclo Vital de Documentos, considera, de valor secundário, o documento que chega ao arquivo permanente.

Schellenberg cunhou o conceito de *record group* como forma de lidar com o grande volume de documentos do governo, pois a ideia norte-americana se apresentou de forma diferente da inglesa e da francesa, as quais utilizavam “respeito aos fundos” como sinônimo de *archives group*. Nesse sentido, em 1941, o Arquivo Nacional americano instituiu que os *archives* deveriam ser classificados pelo *record group* (SCHMIDT, 2012).

Considerando esses marcos nas mudanças dos arquivos e dos contornos da Arquivologia, destacamos as vertentes contemporâneas para discussão em que as demarcações sociais, em meios aos arquivos, fazem-se mais presentes. Mesmo que o processo de avaliação dos documentos, com Schellenberg, apontasse um valor secundário, priorizando uma abertura dos arquivos para a sociedade, na contemporaneidade, o envolvimento nos arquivos é apresentado com mais veemência social e com mais adaptação aos entornos das tecnologias digitais.

Na Arquivologia norte-americana, as considerações apontavam os documentos administrativos separados dos históricos, ou seja, na Teoria das Três Idades ou no Ciclo Vital dos Documentos (corrente, intermediário e permanente), há uma divisão dos valores dos documentos a depender de onde estejam inseridos. Desse modo, não existe um caminho conjunto das três fases, porque as funções que assumem diante do fluxo de produção fazem com que ocorra uma divisão também em algumas designações, como “classificação”, aplicada nas fases correntes e intermediárias, e “arranjo”, aplicado na permanente.

Essa visão exposta é diferente dos contornos teóricos da Arquivística Integrada, vertente da parte francesa do Canadá, a qual considera uma maneira mais conjunta sobre as funções e sobre os princípios arquivísticos, a qual Tognoli (2010) afirma ser permeada pela gestão da informação (sentido orgânico), com bases mais cíclicas focadas nos documentos, desde a produção até à destinação final.

Não se trata mais de visões separadas entre os documentos administrativos e históricos. A Arquivística Integrada apresenta os documentos em um grande sistema, compactuando seus valores com partes ligadas a um todo. Nesse contexto, Schmidt (2012) diz que essa vertente objetiva envolver a gestão da informação na gestão de documentos, refletindo sobre a aplicação de algumas funções, independentemente de etapas ou de idades, integrando os valores primários e secundários.

Rousseau e Couture (1998) apresentam a Arquivística Integrada como proposta que traz um olhar mais amplo no tratamento das informações, acoplando as funções arquivísticas e repensando as três fases com um grande organismo. Com essas considerações, podemos relacionar os anseios informacionais na ambiência dos arquivos. A Arquivística Integrada traz, em sua composição, parâmetros da informação orgânica e não-orgânica.

A informação orgânica é definida como aquela que é produzida e/ou recebida no âmbito de uma atividade. A produção de uma ou mais informações orgânicas darão origem aos arquivos da instituição. Já as informações não-orgânicas são aquelas contidas em documentos bibliográficos, como as publicações e os materiais de referências, por exemplo. (TOGNOLI, 2010, p. 118).

A informação orgânica faz referência à naturalidade de como são gerados os documentos, pois esta deve ser oriunda de uma atividade do órgão produtor, existindo caminhos mais cíclicos frente aos documentos no âmbito informacional. Com a integração das três fases, há uma retrospectiva visando à diminuição de incertezas e à tomada de decisões no contexto administrativo da instituição (ROUSSEAU; COUTURE, 1998). “A relação da disciplina com a informação se fortalece quando Couture, Ducharme e Rousseau – precursores da abordagem – definem o ‘conjunto de informações orgânicas’ enquanto objeto de estudo da Arquivística.” (TOGNOLI, 2012, p. 117, grifo do autor).

Essa “viragem de paradigma”, segundo Schmidt (2012), é um momento também caracterizado pela Arquivologia Pós-Custodial, emergida no final de 1990, em Portugal. A defesa dessa visão envolve preocupações não mais voltadas aos serviços técnicos dos arquivos: direciona-se para questões de acesso à informação, aproximando-se aos primados da Ciência da Informação, pois as tecnologias trouxeram consigo novos contornos na produção de documentos, conduzindo-nos a repensar os conceitos e os princípios arquivísticos, refletindo sobre o seu delineamento na sociedade da informação (TOGNOLI, 2010).

Nessa linha, Silva *et al.* (2010), para explicar essa quebra de paradigma, contextualiza a Arquivologia em três fases, sendo a primeira “sincrética” e a segunda “técnica”, ambas encorpadas pelo o custodialismo, porque, na primeira, a Arquivologia se liga a outras disciplinas, amparada pelo historicismo; na segunda, discutem-se questões profissionais, envolvimento com os documentos administrativos, a avaliação e a seleção dos documentos. Diferente das primeiras, a terceira fase se constitui em uma “virada do paradigma custodial”, em que os procedimentos arquivísticos são sistemas de informação e partícipes da Ciência da Informação.

O paradigma pós-custodial, emergente no final do século XX, possui uma perspectiva que coloca a Arquivística no campo da Ciência da Informação, pois entende que o

objeto científico da mesma não pode mais ser o documento de arquivo, mas sim a informação. Por esse motivo, esse paradigma contrapõe-se ao paradigma custodial voltado para valorização do documento de arquivo de valor permanente. (SOARES; PINTOS; SILVA, 2015, p. 22).

Esse marco direciona as reflexões diante das demandas em que os documentos se inserem. A Ciência da informação, nesse meio, gera subsídios ligados aos fluxos, com a acessibilidade e com o uso da informação, o que evidencia a importância de entrelaçar atividades que condicionam os processos informacionais e o uso da informação.

Pode-se afirmar que essa perspectiva traz, à tona, outros contornos da Arquivologia no sentido contemporâneo, pois provoca a abertura e o deslocamento do próprio objeto, quando afirma um delineamento para a informação, aproximando suas condutas inseridas na ambiência da Ciência da Informação. Faz-se necessário, então, questionar como a informação no universo arquivístico é vista na linha pós-custodial.

Thomassen (1999) diz que essa noção não se aloca apenas em questões sobre os envolvimento com as tecnologias digitais e com os arquivos (mudança dos documentos físicos para os eletrônicos), indo mais além, cabendo uma mudança de paradigma. Nesse limiar, considera o objeto da Arquivologia como sendo a “informação arquivística”, não mais o arquivo.

Silva (2010), ao descrever os pressupostos levantados por Thomassen, explica que a abordagem deste foca o trabalho das funções arquivísticas relacionada aos processos informacionais. “A metodologia da Arquivologia – e também sua teoria e práticas - estaria apoiada nos aspectos de forma material, de estrutura organizacional e de contexto administrativo, caracterizadores do fenômeno informacional nos arquivos.” (SILVA, 2010, p. 48). O autor enfatiza que, para Thomassen:

[...] pretende-se que o trabalho arquivístico seja de análise da missão, da função e das tarefas do produtor do arquivo, visando configurar uma instância de intervenção para o arquivista, na perspectiva de ser este um agente na otimização de fluxos informacionais. A pesquisa arquivística estaria interessada em estudar as relações entre a informação e os elementos de contexto de sua geração e estrutura. (SILVA, 2010, p. 48).

Tendo, em vista, essa aproximação, Araújo (2011, p. 119) afirma que “[...] a Ciência da Informação ofereceu à Arquivologia possibilidade de construção de conhecimentos propriamente científicos, [...]. Ao mesmo tempo, abriu portas para que a Arquivologia problematizasse questões que vão além da instituição arquivo.”. A Ciência da Informação, segundo o autor, possui relações mais fortes com algumas áreas do saber, como a Biblioteconomia, a Arquivologia e a Museologia.

Essa relação é observada em pesquisa realizada por Fonseca (2011), ao afirmar que programas de pós-graduação têm trabalhado com variadas temáticas, em torno dos arquivos. Para ela, “[...] as relações interdisciplinares com a Ciência da informação se mostram mais fortes no cenário brasileiro do que no plano internacional. A associação com a Ciência da Informação parece ser uma característica da evolução área da arquivística no Brasil.” (FONSECA, 2011, p. 101).

Para contemplar tal afirmação de Fonseca (2011), vale citar estudo realizado por Vitoriano (2017) acerca das relações interdisciplinares entre a Ciência da Informação e a Arquivologia, considerando um aspecto comum: a informação registrada. No âmbito da Arquivologia, a autora aponta o conceito de “informação orgânica” e de “informação arquivística”. A partir de análise na literatura internacional e nacional sobre esse ponto, salienta que,

Embora a terminologia “informação arquivística” tenha sido encontrada na grande maioria dos artigos analisados, entendemos que esta não é uma denominação adequada à natureza da informação presente nos documentos de arquivo. Trata-se de informação relativa à administração, às ações, funções e atividades desempenhadas pelos organismos. Preferimos, por isso, utilizar a terminologia ‘informação orgânica’, mais condizente com o conteúdo representado no registro documental. Sob esse aspecto, entendemos que a informação arquivística virá posteriormente, com a organização e representação da informação, na formalização de instrumentos de gestão documental, como planos de classificação, tabelas de temporalidade e nos instrumentos de pesquisa produzidos pela descrição arquivística. Esta sim, poderia ser denominada como informação arquivística. A informação original, gerada pela produção documental, é orgânica, porque nasce do funcionamento dos organismos, advindo daí nossa opção terminológica. (VITORIANO, 2017, p. 65).

A autora aponta cautela na utilização do conceito de “informação arquivística”, para se referir ao conteúdo inserido no documento, pois não podemos considerar que a informação estruturada nos documentos advinda de atividades administrativas, jurídicas, financeiras etc. seja exclusiva do campo arquivístico, sendo mais plausível considerarmos os instrumentos de gestão de documentos como a informação arquivística.

Afunilando mais essas conexões com a Ciência da Informação, Marques (2017) afirma ser a Arquivologia condicionada por uma subordinação, considerando a classificação posta pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sendo que essa escolha abrange mais um contexto político-institucional que epistemológico.

Considerando a trajetória histórica e epistemológica da Arquivologia, entendemos que esta disciplina não pode ser compreendida como uma parte da Ciência da Informação, ainda que esta última tenha conquistado importantes espaços acadêmico-institucionais nos últimos anos, de maneira a abrigar cursos e pesquisas arquivísticos em universidades e programas de pós-graduação. Nesse sentido, pensamos que a manutenção da subordinação da Arquivologia à Ciência da Informação camufla conquistas seculares daquela disciplina, encobrindo suas peculiaridades teóricas e

epistemológicas por trás de questões político-institucionais. (MARQUES, 2016, p. 181).

Diante da evolução em que a Arquivologia se apresenta, acerca dos elementos informacionais, isso não significa necessariamente avanços nos campos históricos, epistemológicos e teóricos. Marques (2017) defende, a partir de todo constructo histórico da área, certa autonomia diante de outras disciplinas, que se utilizam dos arquivos, à medida que enxergam determinados interesses.

Em outra visão, Silva (2018) demonstra, através de estudos, que as áreas de Arquivologia, de Biblioteconomia e de Museologia contribuíram para o desenvolvimento da Ciência da Informação. A conexão entre essas disciplinas se dá no campo dos fundamentos históricos, epistemológicos, curriculares, disciplinares e aplicacionais.

A partir desse envolvimento, Silva (2018) aponta três elementos que demarcam essa relação: considerando o primeiro o envolvimento de práticas sobre documentos, sobre informação e sobre atuação profissional nos diferentes ambientes que perpassam as três áreas; o segundo elemento demonstra que a Arquivologia e a Museologia contribuíram para o desenvolvimento da Ciência da Informação, em especial a Biblioteconomia, através dos parâmetros que envolvem serviços de informação, preservação da memória e usuários; no terceiro elemento, a Ciência da Informação contribui para a Biblioteconomia, para a Museologia e para a Arquivologia, por meio da gestão da informação, da tecnologia da informação, dos estudos de usuários e de temas contemporâneos.

As contribuições da Ciência da Informação afetam os avanços em eixos presentes também na Arquivologia, considerando os processos de gestão, de transferência e de organização da informação, abrindo um espaço para diálogos de bases que atingiram o universo dos arquivos, tais como os estudos de usuários e a utilização de ferramentas tecnológicas.

Temos que considerar que, além das contribuições da Ciência da Informação no universo das três áreas, há uma interlocução de questões teórico-metodológicas do campo da Biblioteconomia para anseios da Arquivologia, principalmente, em segmentos que envolvem a análise e a organização da informação.

A Arquivologia sempre teve traços indenitários muito fortes com a Biblioteconomia. Ambas são igualmente antigas e ligadas ao surgimento dos suportes escritos do conhecimento humano. Ambas desenvolveram, ao longo dos séculos, técnicas e procedimentos para, num primeiro momento, conservar e guardar os documentos; depois, organizá-los de maneira a serem recuperados e, em tempos mais recentes, para tornar acessíveis seus conteúdos. E, tal como a Biblioteconomia, também a Arquivologia não conseguiu desenvolver, ao longo dos anos, um corpo de conhecimentos propriamente científico. (ARAÚJO, 2011, p. 117).

A inter-relação, sob a óptica de Tanus e de Araújo (2012), entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia se dá a partir de quatro elementos comuns: as instituições, que, por essência, utilizam a informação/documento nas suas atividades; a memória, elemento comum caracterizado como lugar de guarda informacional; o documento e a Ciência da Documentação; a informação, a interdisciplinaridade e a Ciência da Informação. Salientam que a visão citada pelos autores não tem concordância nos aspectos epistemológicos de envolvimento das áreas citadas, todavia chamam atenção para os elementos em comum observados no estudo, os quais devem ser aprofundados por meio de investigação científica.

2.2 PARTICULARIDADES DO DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO

Mesmo considerando algumas relações com outras áreas do conhecimento, a Arquivologia nos apresenta um pouco das especificidades do olhar como se dispõe diante dos documentos. Diferente de outras unidades de informação, os documentos arquivísticos nos indica ocupação única por meio de seus princípios, que não são refutados pelo desenvolvimento das tecnologias digitais. As teorias arquivísticas, mesmo sendo rediscutidas com o tempo, ainda nos conduzem a caminhos firmes de como a sociedade se dispõe com o documento independentemente dos formatos que eles venham a assumir.

Existem vários marcos no decorrer da história que apresentam a projeção de indivíduos sobre os documentos: em culturas, em lugares e em momentos diferentes, é possível observar como fomos conduzidos a compreender as relações presentes nos registros. Os gregos, por exemplo, acenavam a importância aos documentos no desempenho junto ao Estado, sendo armazenados em templos (REIS, 2006). Na China, os documentos “[...] eram considerados ferramentas políticas que poderiam ser usadas para justificar e manter o governo dinástico; sua criação, seu gerenciamento e sua compilação eram influenciados pela cultura confucionista e serviam ao governo imperial.” (LIAN, 2019, p. 93).

Na Arquivologia, as especificidades que estão circunscritas no documento se referem à naturalidade motivada por sua criação. Silva *et al.* (2002) apontam que, já nas civilizações do Crescente Fértil, era possível observar uma demarcação dos registros para fins literários e outros que formavam um grande sistema orgânico constituídos por atividades dos faraós e de trabalhos praticados por povos da região.

Tendo, em vista, tal importância dos documentos no meio social, a depender da área de conhecimento, estes assumem um significado. Na Arquivologia, são historicamente entendidos como resultado de uma atividade institucional ou pessoal, circundados por fatos materializados

desde o momento de sua produção e durante os caminhos percorridos entre os setores até cumprir o seu objetivo final, diante da instituição.

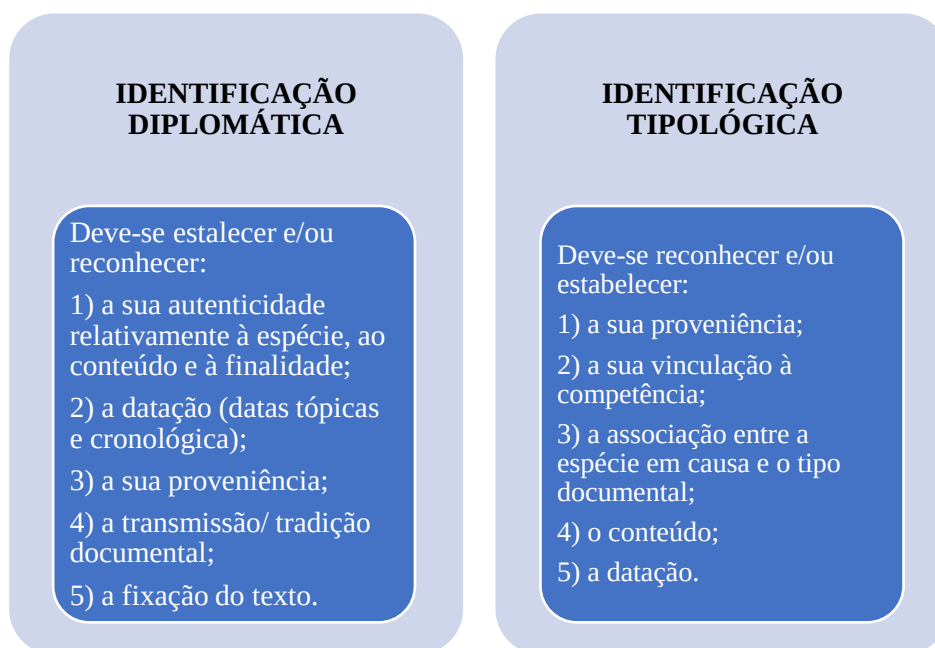
Assim, os documentos arquivísticos estão relacionados às funções do órgão, por isso, tomando as afirmações de Bellotto (2006), considera-se que o documento perde o seu sentido, quando retirado do conjunto em que está inserido, caracterizado por ações das atividades, por funcionalidades de sua produção e por elementos registrados que demarcam a estrutura dos documentos.

Essa estrutura é refletida em espécie e em tipologia documental, a primeira como a configuração do documento de acordo com as disposições das informações e a segunda como a configuração da primeira de acordo com a atividade geradora (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

Tendo, em vista, essa concepção, são apontadas algumas características peculiares dos documentos arquivísticos. A *organicidade*, que é a relação dos documentos com o órgão produtor; a *unicidade*, partindo da ideia de que, mesmo existindo cópias dos documentos, os fatores que impulsionaram sua produção são únicos; a *indivisibilidade*, que mantém a relação dos documentos com outros registros (CAMARGO; BELLOTTO, 1996).

Existem também os elementos característicos, citados por Gonçalves (1998), que constituem as evidências que fazem os documentos arquivísticos apresentar aspecto único, compondo suas particularidades, a saber, suporte, forma, formato, gênero, espécie e tipo. O suporte é um elemento primordial para a essência do documento arquivístico, pois o documento é caracterizado por meio do registro da informação, sendo permeado pela forma (original, rascunho, minuta) que possui determinado formato, ou seja, sua confecção (folha avulsa, fichário) e, por fim, a espécie, que é a disposição da informação gerada por um ato jurídico-administrativo, sendo a tipologia a configuração da espécie por meio da atividade geradora do documento.

Destaca-se a influência da Diplomática e dos estudos da tipologia documental para reflexão acerca do documento arquivístico. A Diplomática visualiza os documentos como estruturas pré-estabelecidas, refletidas por um ato jurídico. “O objeto da Diplomática é a estrutura formal do documento. O documento deve conter a mesma construção semântica de discurso para a mesma problemática jurídica.” (BELLOTO, 2002, p. 18). O objeto de estudo da tipologia documental, por sua vez, compreende as relações orgânicas entre os documentos.

Figura 1- Metodologia de Tratamento Diplomático e Tipológico

Fonte: elaboração própria baseada em Belloto (2002).

Diante das duas formas de tratamento dos documentos expostas na figura, nota-se que são essenciais para o processo que antecede outras atividades arquivísticas, como avaliação, classificação e descrição. Na identificação diplomática, a preocupação é com a estrutura formal do documento, por isso, inicialmente, o interesse parte da autenticidade deste e de como as informações estão dispostas, constituídas a partir de um ato jurídico, obedecendo à sua finalidade. Na identificação tipológica, contudo, o foco é na produção documental, na relação orgânica e no conteúdo.

A diplomática explicita os laços entre os componentes intelectuais de um documento e o elemento de uma ação específica, enfatiza as relações entre os tipos de documentos, o tipo de ações e de etapas de procedimento mostra todos os tipos de interação entre pessoas e documentos. (DURANTI, 1994, p. 61).

Partindo para um sentido moderno, a Diplomática, segundo Rodrigues (2012), segue em direção ao contexto de produção, nas relações das funções, atividades do órgão que produziu, indo em direção aos primados arquivísticos. Isso foi influenciado pelo contexto pós-Segunda Guerra Mundial, que proporcionou um grande crescimento de novos formatos de documentos. Assim, o tratamento dos documentos ganhou outros contornos, sendo necessário expandir o olhar diante das relações diplomáticas e arquivísticas.

De acordo com Tognoli e com Guimarães (2009, p. 28), “[...] a arquivística encontra na Diplomática um ponto em comum: o documento arquivístico, que acabaria por trazer a solução

para alguns dos problemas enfrentados pelos arquivistas do século XXI: o estudo da Tipologia Documental.”

Nessa mesma perspectiva, Rondinelli (2011) afirma que a Arquivologia é oriunda dos percalços diplomáticos que também lida com o documento arquivístico. Para a autora, a Diplomática do século XX demonstra o potencial sólido para lidar com os registros eletrônicos. Nessa direção, Luciana Duranti, teórica Canadense, considerando essas relações, cria a expressão Diplomática Arquivística Contemporânea.

No final da década de 80 Luciana Duranti publica sua legendária série de artigos, que mais tarde viria torna-se um livro, intitulada *Diplomatics: new uses for an old science*, considerada um *turning point* na área, no qual aplica o método diplomático aos documentos contemporâneos, ressaltando que os mesmos elementos contidos em documentos históricos e medievais estão conditos também nos contemporâneos. (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2009, p. 30).

Há uma ampliação dos aspectos diplomáticos, passando do estudo da espécie documental para a integração com a tipologia, considerando o contexto, as funções e as atividades de produção dos documentos. Nesse vínculo, estabelecem-se os elementos probatórios, apresentando uma questão identitária na ambiência da Arquivologia, pela acumulação natural, guardando evidências e marcações a partir das relações institucionais.

Por se constituírem em instrumentos e subprodutos das atividades institucionais e pessoais, os documentos arquivísticos são fontes primordiais de informação e prova para as suposições e conclusões relativas a estas atividades, sua criação, manutenção e eliminação ou modificação. (FONSECA, 1998, p. 33).

Quando fala no contexto dos documentos e na relação estabelecidas em torno destes, Duranti (1997) entende o “vínculo” arquivístico como sendo a questão principal para se identificar, em um documento, diferenças que o caracterize distinto de outros, apresentando o seu caráter único. Mesmo que existam outros documentos iguais, o “vínculo” é o que faz o documento arquivístico. Quanto a isso, Rodrigues (2008, p. 36) destaca:

O vínculo arquivístico é uma parte essencial do documento e principal componente identificador do documento, que tornam documentos idênticos em distintos, depois que o adquire. Esta relação que se manifesta no conteúdo do documento “que o transforma em documento arquivístico.” (RODRIGUES, 2008, p. 36, grifo nosso).

Na mesma linha de Duranti (1997), Rodrigues (2008) afirma ser o vínculo a parte principal para identificação do documento, sendo esta vista como uma metodologia arquivística que tem, por base, estudos da Diplomática e da tipologia documental.

A base conceitual do método reside no estreito vínculo existente entre o documento e o contexto que lhe dá origem, o qual se revela da análise de suas características, o que exige um parâmetro normalizado a ser utilizado como ferramenta de identificação. O

procedimento tem início pela denominação do documento, utilizando fórmula padronizada para caracterizar a estrutura e o conteúdo do tipo documental. (RODRIGUES, 2008, p. 176).

Na identificação arquivística, Rodrigues (2008) aponta a capacidade de entender o documento no seu contexto de produção, identificando o conteúdo para compreensão da tipologia documental, estabelecendo, assim, as séries documentais e as relações orgânicas entre os documentos a partir do seu vínculo. Por isso, a integração contemporânea à Diplomática, por ter essa capacidade mais profunda acerca da tipologia documental, compreendendo registros mais complexos como os apresentados nos ambientes eletrônicos.

[...] a diplomática orienta o reconhecimento dos padrões e facilita a identificação dos registros quando a criação dos registros não é controlada, a diplomática orienta o desenvolvimento de padrões e a formação de um sistema no qual são formuladas e estabelecidas as categorias de tipo e de documentos capaz de transmitir conteúdo e revelar procedimentos e contexto. (DURANTI, 1994, p. 62).

Nessa condução, as bases do documento arquivístico se mantêm no ambiente digital, condicionado por alguns aspectos dos sistemas eletrônicos, incluindo os formatos e o armazenamento, entre outros elementos desse ambiente. Foi preciso pensar em direcionamentos para manutenção dos fatos registrados nos documentos digitais, de forma a garantir sua composição durante todo ciclo institucional até sua destinação final.

Os documentos arquivísticos digitais são aqueles codificados a partir de dígitos binários: produzidos, armazenados, mantidos em um sistema por meio computacional (*hardware* e *software*), ou seja, os elementos que os constituem só têm validade no ambiente em que estão inseridos. Assim, se os documentos forem impressos, perdem sua autenticidade, que é estruturada por metadados.

Para Rondinelli (2013), sendo o documento arquivístico digital uma unidade indivisível, apresenta algumas características, como “[...] forma fixa, conteúdo estável, relação orgânica, contexto identificável, ação e cinco pessoas: autor, redator, destinatário, originador e produtor (ou pelo menos as três primeiras).” (RONDINELLI, 2013, p. 253).

O *International Research on Permanent Authentic Records on Electronic Systems* (InterPARES, 2002), projeto criado para pesquisa sobre documentos arquivísticos digitais, objetivando o desenvolvimento de questões sobre preservação, tem influenciado vários países, inclusive o Brasil, a fomentar condutas em arquivos digitais, e destaca que, digitalmente, os documentos são mais propícios a modificações de informações. Dessa forma, algumas características de manutenção devem ser estabelecidas e conduzidas a partir da fixidez da forma e da estabilidade do conteúdo, conforme Figura 2.

Figura 2 – Características do documento digital

	FIXIDEZ: Qualidade de um documento arquivístico que assegura a forma fixa e o conteúdo estável.	
CONTEÚDO ESTÁVEL: Característica de um documento arquivístico que torna a informação e os dados nele contidos imutáveis e exige que eventuais mudanças sejam feitas por meio do acréscimo de atualizações ou da produção de uma nova versão.	FORMA FIXA: Qualidade de um documento arquivístico que assegura a mesma aparência ou apresentação documental cada vez que o documento é recuperado.	

Fonte: elaboração própria com base INTERPARES 2 PROJECT (2002-2007b).

O conteúdo dos documentos não pode ser dinâmico, mesmo estando em ambiente que demonstra tal fluidez, assim a estabilidade se refere à manutenção da estrutura. Isso significa que, no seu ciclo diante da instituição, o documento tem que apresentar completude e não pode ser alterado. Já o conteúdo estável diz respeito à transmissão de um documento arquivístico para outro objeto digital, sendo apresentado da mesma forma em que foi produzido.

3 A REPRESENTAÇÃO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A rigor, “[...] etimologicamente, ‘representação’ provém da forma latina ‘repraesentare’ – fazer presente ou apresentar de novo. Fazer presente alguém ou alguma coisa ausente, inclusive uma ideia, por intermédio da presença de um objeto.” (MAKOWIECKY, 2003, p. 3).

O lugar onde as pessoas se encontram pode influenciar a ideia de representação em torno do objeto. Seguindo esse contexto, vale citar o exemplo sobre a explicação apontada por Chauí (2000), na qual se coloca uma árvore visualizada por sujeitos, que, a depender da construção social, podem apresentar sensações diferentes a partir de questões individuais: um artista veria a beleza; um marceneiro, a qualidade da madeira; um boia-fria, o fruto, para ganhar o dia etc.

As posições dos sujeitos apresentam características distintas da árvore que eles tornam incomum, pois a julgam com fundamento em seus aspectos culturais, que condicionam percepções internalizadas e significados distintos. O sentido atribuído às coisas presentes no meio é carregado pelos indivíduos, por vezes, sem querer. Tudo isso se dá, porque “[...] membros da mesma cultura compartilham conjunto de conceitos, imagens e ideias que lhes permitem sentir, refletir e, portanto, interpretar o mundo de forma semelhante [...]” (HALL, 2016, p. 23).

A interpretação, nesse aspecto, “[...] é uma ação humana, ela só existe porque há intérpretes e representantes. A representação é, pois, uma ou, plurais leituras de um objeto ou fenômeno que configura o mundo, o qual se evidencia como o quadro inspirador do observador.” (FERREIRA, 2013, p. 3).

Hall (2016) faz uma discussão em torno da representação: relaciona-a à cultura e ao significado, destacando que a “[...] representação significa utilizar a linguagem para, inteligivelmente, expressar algo sobre o mundo ou representá-lo a outras pessoas” (HALL, 2016, p. 31). Aponta dois significados extraídos do dicionário Oxford, percebendo que, ora a representação seria um processo de modelo ou de imaginação, que busca trazer, à tona, algo por meio da descrição, como ilustra em “este quadro representa o assassinato de Caim e Abel”, ora a representação simboliza algo, como no “cristianismo a cruz representar o sofrimento de cristo.”

A linguagem assim é vista como um processo semântico que se fundamenta no sentido, em relações sociais entre indivíduos e na interação com o mundo, sendo que o ser humano possui variações em torno dos acontecimentos da sociedade, apresentando interpretações diversas. A interpretação “[...] é uma ação humana, ela só existe porque há intérpretes e representantes. A representação é, pois, uma ou, plurais leituras de um objeto ou fenômeno que

configura o mundo, o qual se evidencia como o quadro inspirador do observador.” (FERREIRA, 2013, p. 3). Por isso, Hall (2016) envolve a linguagem com questões culturais, sendo a representação uma projeção dos significados.

A linguagem, por consequência, é o espaço cultural partilhado em que se dá a produção de significados através da representação. Não há, portanto, uma maneira única de apropriar-se da linguagem como pertencente exclusivamente ao remetente ou ao receptor: os códigos só funcionam se são partilhados, pelo menos na mediada em que tornem possível a tradução entre os falantes. (HALL, 2016, p. 33).

Assim, a linguagem só funciona através da geração de sentidos entre indivíduos, grupo ou sociedade. Para melhor entendimento, podemos citar o exemplo de Gleick (2013), quando apresenta, em seu livro, os tambores que emitiam sons através de batuques realizados por indivíduos de tribos da África. Os toques, a partir de sons sincronizados, funcionavam como meio de sentidos para aqueles que ouviam. A partir de um certo tipo de linguagem, os sujeitos inseridos nessas tribos entendiam os acontecimentos do cotidiano.

Nesse aspecto, Hall (2016) amplia a discussão, propondo testes para entendermos como a representação é construída. Assim, afirma que, se nós ficarmos diante de um objeto, ao nos afastarmos dele, carregamos um significado dele, que seria o conceito (o significado que levamos de tal objeto). Cita um exemplo de que, sendo esse objeto uma casa, afirmamos que ele é uma lâmpada: o conceito do objeto passa a ser uma representação mental, representada por meio de uma palavra. Assim, a “[...] palavra indica ou representa o conceito, e pode ser usada para referenciar ou designar tanto um objeto ‘real’ quanto um objeto imaginário, como anjos dançando na cabeça de um alfinete – o que, evidentemente, ninguém nunca presenciou [...]” (HALL 2016, p. 33).

Com os caminhos apresentados sobre a representação, discute-se, no contexto da Ciência da Informação, que, para Pinho (2009), tem, como função, promover o acesso para utilização posterior de conhecimentos, utilizando-se termos como “representação do conhecimento”, “representação da informação” e “representação documentária”. Mesmo o autor considerando os termos como similares, para melhor discussão em sua pesquisa, é possível destacar diferentes variações segundo alguns teóricos no âmbito da Ciência da Informação.

A representação de modo amplo, gira em torno de esconder algo e de trazer outros à tona, na medida em que ela é redutora de significado. Essas são condições que possibilitam os processos de organização, de disseminação e de transferência da informação, determinados por ações comunicativas. Essas ações estão centradas na linguagem entre o falante e o ouvinte, a imagem e aquele que assiste, entre o texto e o leitor, os interlocutores, entre outros arranjos

possíveis (NOVELLINO, 1996). A Ciência da Informação, nesse meio, cria condições para realizar a ação comunicativa, garantindo que a informação se torne acessível para quem dela precisa.

O sentido estrito, porém, assumido pela representação dependerá do campo de sua inserção. Por exemplo, quando se trata da representação da informação e do conhecimento na Ciência da Informação, “[...] a ênfase é dada aos processos de organização, utilizando-se de representações das informações e dos conhecimentos cujos elementos, para serem compreendidos, precisam de alguns conceitos preliminares [...]” (LIMA; ÁLVARES, 2012, p. 3).

Bräscher e Café (2008) afirmam existir diferenças nas denominações “representação da informação” e “representação do conhecimento”, ambas usadas como procedimentos para tratamento, para análise, para descrição e para classificação da informação. As autoras apontam que a primeira está ligada à recuperação da informação, porque se relaciona às escolhas do que está estruturado no documento; a segunda não se limita ao que está no texto do objeto informacional, envolve análise de domínio, refletindo um modelo de abstração do mundo real.

A representação da informação, no olhar de Bräscher e Café (2008), pressupõe a utilização de uma linguagem específica para garantir que haja comunicação entre os documentos e os usuários de um sistema de informação. Assim, o papel central é o tratamento das informações e a representação permite dar propulsão ao conhecimento e ao conteúdo dos documentos, visando à recuperação por parte dos usuários.

A partir dos preceitos apontados por Mayone, por Silveira e por Tálamo (2011), pode-se dividir a representação da informação em temática e em descritiva: a primeira se relaciona ao conteúdo, incluindo as linguagens documentárias, os vocabulários controlados, a classificação e a indexação, apesar de que estas últimas, por vezes, são tratadas como independentes; a segunda se volta à individualização do documento, na definição de aspectos extrínsecos.

3.1 REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO TEMÁTICA

As ideias de tratamento temático nascidas em países distintos e com grande influência no Brasil interferem na forma em que grupos de pesquisadores se apropriam delas para utilização de termos, de conceitos e de outros procedimentos ligados à relação do conteúdo dos documentos com vistas à mediação para seu uso.

Quando se trata dos aspectos teóricos acerca do tratamento temático da informação, Guimarães (2003) diz que se fazem presente três correntes teóricas: a da *catalogação de assunto* (influência norte-americana), a da *indexação* (influência inglesa) e a da *análise documentária* (influência francesa). Tais correntes direcionam os posicionamentos e os olhares dos autores que abordam esse assunto tanto em âmbito nacional como em internacional.

O tratamento temático requer um olhar sobre a comunidade que utiliza os documentos, reconhecendo as peculiaridades do conjunto documental para poder projetar elementos capazes de serem organizados e recuperados. Na influência da literatura francesa, ao denominar análise documentária, Guimarães (2003) também destaca uma linha espanhola que considera a mesma designação. Diante de alguns significados sobre a identificação, a extração e a representação da informação, esse autor diz que é possível estabelecer dois níveis quando se trata a análise: a formal e a de conteúdo.

Análise formal. Relativa ao processo de descrição bibliográfica (catalogação) com o objetivo de criar registro. Trata-se, pois, da análise e representação dos aspectos extrínsecos do documento para fins de identificação e de localização. Análise de conteúdo. Relacionada aos processos de condensação e de representação por meio de linguagens documentárias com o objetivo específico de produzir resumos e índices de assunto. Tem-se, pois, a análise e descrição dos aspectos intrínsecos do documento, ligados ao seu conteúdo temático, razão pela qual também se denomina tratamento temático da informação. (GUIMARÃES, 2003, p. 102).

O autor elucida que a análise de conteúdo visa a localizar o sumo do assunto dos documentos, envolvendo a elaboração de linguagens específicas e outros meios de comunicação relativos aos elementos internos de maneira tematizada. O tratamento temático também tem, como atividades, a indexação e a classificação. Ele permite uma mediação da produção e o uso da informação com criação de possibilidades do acesso ao conteúdo informacional; “[...] reside na busca do o que (materialização) e do sobre o que (teor) que convivem no âmbito do documento.” (GUIMARÃES, 2009, p. 1).

Na Ciência da Informação, a representação temática ou o tratamento temático da informação tem, como objetivo, a condensação do conteúdo que perpassa questões da análise da informação como área teórica e metodológica, isso significa dizer que podemos ser influenciados por questões que nos rodeiam e por aspectos de diretrizes estabelecidas na instituição inserida ao realizar leitura de certos textos para o processo de representação (GUINCHAT; MENOU, 1994).

Para Baptista, para Araújo Júnior e para Carlan (2010, p 64), o processo de “[...] análise da informação serve à descrição, representação e organização de conteúdo [...] para que se tornem disponíveis ao usuário (para que este, sim, os compreenda e interprete).” Trata-se de

uma forma de apresentar o núcleo de determinados objetos informacionais, criando caminhos para o acesso através do conteúdo. Sendo assim, estabelecem três dimensões da análise da informação no campo da Ciência da Informação: a dimensão conceitual, a estratégica e a operacional.

Na Dimensão Conceitual, há uma associação de conteúdos temáticos, de conceitos, de definições, de hierarquia e de tipologias da informação. Em relação aos conceitos e às definições, existe um vínculo: na análise de determinado documento, é possível extrair elementos em momento posterior à representação, sendo o conceito um elemento que apresenta significado, servindo como base, para criação de linguagens documentárias. Na hierarquia da informação, inserem-se os níveis de construção do conhecimento, de processos cognitivos e de gestão de conteúdo. Nas tipologias da informação, eles podem ser identificados nas classes de assuntos, presentes nas tabelas de classificação (BAPTISTA; ARAÚJO JÚNIOR; CARLAN, 2010).

A dimensão estratégica liga-se às implantações de políticas quanto à organização da informação, o que significa entender as condutas e as finalidades da instituição, envolvendo conhecimento de legislação e planejamento; enquanto a dimensão operacional da análise da informação é composta por procedimentos que transformam o documento em informação, que pode ser disponível.

Outros atributos que ganham destaque são o processo de indexação e a elaboração de linguagens documentárias com foco no conteúdo dos documentos, atentando para políticas estabelecidas diante dessas ações.

No processo de Tratamento Temático da Informação, torna-se necessária a construção linguagens capazes de permear a comunicação entre os sistemas e os usuários. Por isso, há de considerar a extração de conceitos a partir do processo de análise, com vistas ao controle terminológico de sinonímia, da homonímia, da polissemia, entre outros, “[...] contemplando relações do todo e parte, gênero e espécie, inclusão/exclusão, associação/oposição [...]” (CINTRA *et al.*, 1994, p. 62).

Nessa relação de análise e de comunicação para os usuários, adentram as questões relativas à indexação e às políticas estabelecidas em torno desse processo. Fujita (2004) explica que deve existir a leitura profissional que influenciará a construção de índices, de resumos e de códigos de classificação, considerando o processo de leitura. A indexação, nesse meio, é vista “[...] como operação do tratamento temático que comporta a análise, a síntese e a representação.” (SILVA; FUJITA, 2004, p. 137).

A indexação é uma ação de extração do conteúdo dos documentos, por meio de descritores (termos) que representam e servem como elementos de recuperação. Para sua compreensão, é preciso considerar as correntes apontadas, anteriormente, por Guimarães (2003) para perceber as influências instituídas pelos países e como elas nos são apresentadas. Quanto a isso, Silva e Fujita (2004, p. 136) esclarecem:

No âmbito da Análise Documentária, segundo a linha teórica de Gardin, a indexação é vista como uma operação de representação documentária com a finalidade pragmática de recuperação da informação. Contudo, sob a perspectiva de outros teóricos, principalmente ingleses e norte-americanos, a indexação é a própria Análise documentária, composta das mesmas etapas operacionais com o objetivo de representação do conteúdo informacional de documento para a elaboração de índices.

A indexação é realizada como uma forma de estratégia e de criação de caminhos que os usuários têm em mente, sobre determinado documento. O profissional que realiza a indexação deve considerar vários fatores, que incluem condutas, normas institucionais, leis, cultura e as possibilidades de buscas dos usuários.

Em relação ao profissional que realiza a indexação, Moura (2004) afirma existir dois modos de apropriação: a primeira é a terminológica, que está ligada à habilidade profissional devido ao ganho de familiaridade com certa unidade de informação, incorporando novos subsídios; a segunda, a apropriação conceitual ligada às relações que podem ser realizadas com os descritores e com ampliação de significados estabelecidos entre eles.

Nesse processo, também podemos citar às Linguagens Documentárias (LDs) que, segundo Cintra *et al* (1994) servem como uma espécie de tradução dos elementos que se encontram em um texto, possibilitando comunicação. Trata-se de “[...] um instrumento comutador, um código intermediário que pressupõe uma normalização e tradicionalmente, procura-se no texto a invariante documentária registrada pelo código.” (SOUSA; FUJITA, 2014, p. 22).

As linguagens documentárias são os instrumentos utilizados pela área de Organização da Informação para controle terminológico no processo de representação e recuperação temática da informação. São instrumentos utilizados em sistemas documentários prescrevendo as formas de entrada e de busca a serem utilizadas pelo indexador ou pelo usuário. São compostas de um léxico, de uma rede paradigmática e de uma rede sintagmática (TORRES; ALMEIDA, 2015, p. 3).

São construídas para facilitar o diálogo documento-leitor, sendo um conjunto de termos artificiais, diferenciando-se da Linguagem Natural (LN) em que encontramos uma variedade de sentidos. Nesse tipo de linguagem, há uma “[...] liberdade para um trabalho de expressão e apresenta como característica a polissemia, a homonímia e a sinonímia, tendo como

consequência a ambiguidade.” (TORRES; ALMEIDA, 2015, p. 7). As LDs, por sua vez, visam a deixar mais coesa as informações, objetivando a melhor recuperação.

Arquitetadas para um fim em específico, considerando os domínios dos usuários, “[..] as LDs devem ser construídas de tal forma que seja possível o controle sobre o vocabulário. Tal controle é necessário para que cada unidade preferencial integrada numa LD corresponda um conceito ou noção” (CINTRA *et al.*, 1994).

As linguagens documentárias são linguagens estruturadas e controladas, construídas a partir de princípios e de significados advindos de termos constituintes da linguagem de especialidade e da linguagem natural (linguagem do discurso comum), com a proposta de representar para recuperar a informação documentária. (BOCCATO, 2009, p. 2).

Observa-se que as LDs são elementos que estão circunscritos nos documentos, todavia seguem um processo que serve como intermédio entre o conteúdo e o usuário. Elas são úteis para a organização da informação, visando a uma recuperação, de forma a garantir exigências que auxiliam no controle terminológico, possibilitando uma melhor representação da informação.

O processo de representação é dependente da etapa de análise de assunto por meio da identificação e seleção de conceitos, com vistas à “tradução” desses conceitos identificados e selecionados por meio de termos constituintes de uma linguagem documentária. O processo de representação mediante linguagem documentária conduzirá [...] à escolha dos termos correspondentes à especificidade e exaustividade que a linguagem possui e, consequentemente, à especificidade e exaustividade do sistema. (BOCCATO, 2009, p. 122).

As linguagens documentárias promovem segmentações para o controle de vocabulário as quais surgem no sentido de “padronizar” a diversidade de termos provenientes oriundo das linguagens naturais. Assim, os vocabulários controlados objetiva o controle de sinônimos, de homônimos e de parônimos, entre outros, facilitando uma comunicação na linguagem que determina um sistema de informação.

[...] o vocabulário a ser utilizado para representar um conceito desejado, por exemplo, para descrever uma pessoa que está assistindo às aulas em uma universidade, poderíamos utilizar o termo “aluno”. Entretanto, existem outros, como: “estudante”, “aprendiz” ou até “universitário”. Além disso, no caso de uma pessoa que está lecionando aulas, poderíamos usar os termos “professor”, “instrutor”, “mestre” e assim por diante. Nesses exemplos, apenas dois conceitos sendo apresentados podem ser descritos por meio de uma diversidade de termos. (ISOTANI; BITTENCOURT, 2015, p. 48).

Considerando a influência das tecnologias digitais, ocorre uma ampliação na utilização de sistemas de organização da informação no âmbito eletrônico, visando ao controle terminológico, às relações de conceitos através de procedimento representativos e hierarquizados, como as ontologias, as taxonomias e as folksonomias.

Nas ontologias, encontramos uma conexão entre termos e conceitos a qual segue uma lógica entre as ligações. “Ontologia é um conceito filosófico que estuda o ser em geral e suas propriedades transcendentais e, mais especificamente a organização da realidade.” (CALDAS; MOREIRA, 2009, p. 76); a depender da área de inserção, essa área recebe um significado e finalidade, como pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1 - Visões sobre ontologia

DISTINÇÃO	CAMPO	O QUE É?	PROPÓSITO	EXEMPLO
Ontologia como uma disciplina	Filosofia	Ontologia como um sistema de categorias	Entender a realidade, as coisas que existem e suas características	Sistemas de Aristóteles, Kant, Husserl
Ontologia como um artefato	Ciência da Computação	Ontologia como uma teoria (baseada em lógica)	Entender um domínio e reduzi-lo à modelos	BFO, DOLCE (genéricas)
		Ontologia como um artefato de software	Criar um vocabulário para representação em sistemas e para gerar interferências	OWL (linguagem de RC)
	Ciência da Informação	Ontologia como um teoria (informal)	Entender um domínio e classificar termos	Sistema de Classificação de Ranganathan
		Ontologia como um sistema conceitual informal	Criar vocabulários controlados para recuperação da informação a partir de documentos	Um catálogo, um glossário, um tesouro

Fonte: Almeida (2014).

No caso da Ciência da Informação, a partir do Quadro 1, podemos perceber que as ontologias se relacionam às formas de representação do conteúdo documental por meio de estruturas e de categorias as quais apresentam equivalências entre termos visando ao controle de vocabulário.

As ontologias codificam o conhecimento sobre um domínio, chegando a codificar conhecimento que cobre mais de um domínio. Desta forma, elas fazem com que o conhecimento seja reutilizável. Então, uma ontologia é uma descrição explícita e formal de conceitos em um domínio de discurso (classes, também chamadas conceitos), propriedades de cada conceito, descrevendo várias características e atributos do conceito (*slots* - funções ou propriedades), e restrições sobre os *slots* (facetas - restrições de uma função). Uma ontologia com um conjunto de elementos de classe constitui uma base de conhecimento. (MOREIRO GONZÁLEZ, 2011, p. 77).

Além das ontologias, existem outras formas de organização da informação as quais ampliam a aproximação com os usuários, tendo, em vista, que os ambientes eletrônicos se apresentam cada vez mais dinâmicos, logo as maneiras de apresentação da informação também

acompanham esse caráter. As políticas de indexação são preteridas e entram, como protagonista, os usuários a partir de redes de colaboração, como é o caso da Folksonomia.

Referenciada algumas vezes como “vocabulário descontrolado”, a folksonomia é um sinal claro do momento atual onde a grande rede deixa de ser estática para ser cada vez mais dinâmica. A Web 2.0 traz um conjunto de novas características à World Wide Web que busca uma maior interação do usuário com o sistema no qual ele navega, através de personalização de interfaces e conteúdos colaborativos. (CALDAS; MOREIRA, 2009, p. 7).

Na folksonomia, os ambientes digitais se tornam mais particulares, pois os usuários, a partir de seus termos e de outras atribuições, são capazes de representar os documentos. Nesse caso, funciona como um processo invertido: muitas comunidades se utilizam de expressões que adentram na linguagem natural, assim os sistemas de busca são alimentados por uma rede criada de descritores elegidos pelos próprios usuários.

Diferentemente da folksonomia, as taxonomias, de acordo com Aquino, com Carlan e com Bräscher (2009), no contexto da Ciência da Informação, são vistas como um sistema para classificar, hierarquicamente, os conteúdos e para facilitar o acesso à informação. Os autores esclarecem que devem seguir determinado ponto de vista, assim não existem taxonomias certas ou erradas, mas organizadas para atender a propósitos dentro de uma unidade de informação. Na construção das taxonomias, é importante estabelecer a tipologia que representará o setor e a especialidade, como também pesquisar se existem outros tipos para entender a dinâmica e para estabelecer estruturas classificatórias (MOREIRO GONZÁLEZ, 2011).

3.2 REPRESENTAÇÃO INFORMAÇÃO DESCRITIVA

Além do Tratamento Temático da Informação, fala-se, no contexto da Ciência da Informação, de Tratamento Descritivo da Informação, ligado às questões mais objetivas de um documento. Observando-se os contornos históricos, notaremos uma aproximação muito intrínseca com a Biblioteconomia, em que se encontra tal conceito com a denominação de “catalogação”.

As denominações acerca do tratamento descrito, a depender das correntes teóricas, apontadas por Guimarães (2003), são diversas, tais como: catalogação descritiva, representação descritiva etc. “A carga semântica destes termos leva à identificação de grupos profissionais de características próprias ao distinguir os catalogadores daqueles que operam com outras metodologias de descrição de documentos [...]” (ORTEGA, 2009, p. 53).

[...] há a corrente que adota a terminologia “representação descritiva” e “representação temática”, a corrente norte-americana faz uso dos termos “catalogação descritiva” e “catalogação de assunto”. [...] o termo Catalogação contempla, em tese, a construção e gestão do catálogo como um todo, e não apenas a descrição. Por outro lado, a linguagem documentária grandemente adotada na corrente norte-americana é a lista de cabeçalhos de assunto, instrumento construído sob bases essencialmente empíricas. (ORTEGA, 2009, p. 53).

O histórico do tratamento descritivo é construído por procedimentos que têm, por base, elementos extrínsecos identificadores do documento, destacando-se a influência da “Documentação” dos dois advogados belgas Paul Otlet e Henry La Fontaine, quando fomentaram iniciativas para a criação do Repertório Bibliográfico Universal, acerca do conhecimento humano e sobre outras técnicas apresentadas.

[...] as primeiras reflexões sobre a descrição de documentos e seus objetivos são inglesas e depois estadunidenses, e antecedem em algumas décadas a contribuição de Otlet, mas a dimensão da oferta de produtos de informação pensada por este é anterior às iniciativas anglo-americanas e se sedimentaram em solo francês com o desenvolvimento da Documentação. (ORTEGA, 2009, p. 54).

Vários meios, focando a padronização do documento, foram discutidos, tanto sob influência da Documentação como de outras publicações direcionadas aos aspectos descritivos.

Já no final do século XX, acontece uma importante conferência - a Conferência Internacional em Paris, que culminou com a publicação da Declaração de Princípios sobre padronização e uniformidade na representação das informações. Estudiosos da área afirmam que essa “Declaração” mudou os rumos da catalogação. (AGANETTE; TEIXEIRA; AGANETTE, 2017, p. 180).

Aganette, Teixeira e Aganette (2017) apresentam a criação do padrão de Catalogação Legível por Máquina (*Machine Readable Cataloging* - MARC), nascente em uma perspectiva de mediação dos conteúdos para codificação de uma linguagem inteligível pela máquina. Além do MARC, destacam-se alguns modelos conceituais que auxiliam o processo de descrição, criados sob um entrelace bibliográfico, tais como os Requisitos Funcionais de Registros Bibliográficos (*Functional Requirements for Bibliographic Records* - FRBR), os Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade (*Functional Requirements for Authority Data* - FRAD) e os Requisitos Funcionais de Dados de Autoridade de Assunto (*Functional Requirements for Subject Authority Data* - FRSAD).

Dessa forma, a representação descritiva não está limitada apenas à descrição física dos documentos, mas em vias de criar pontos de acesso. A representação descritiva “[...] objetiva produzir uma descrição do documento que permita individualizá-lo, diferenciando-o de outros. Para tanto, trata de descrevê-lo fisicamente e apresentar seus elementos informativos

identificadores [...]” (ORTEGA, 2009, p. 57). Esses elementos identificadores com as tecnologias digitais vêm-se alterando, a fim de que se volte para padrões de metadados.

A discussão sobre metadados inclui aspectos conceituais, o aparato tecnológico envolvido em sua criação e implementação, a diversidade dos objetos a ser descritos para ser transformados em recursos informacionais, bem como a mudança e/ou ampliação dos diferentes atores participantes do processo. (BAPTISTA, 2007, p. 177).

Os metadados servem como pontes que utilizam a linguagem do computador com diferentes pontos de acesso criados e relacionados a determinados documentos, o que “[...] garante a existência de um conjunto de informações comuns, sobre um determinado tema ou área, facilitando assim, a compreensão, integração e o uso compartilhado de informações entre usuários [...]” (TABOSA; PAES, 2012, p. 80).

Em relação a isso, Catarino e Souza (2012) apontam uma reflexão acerca da representação descritiva com os preceitos da *Web* semântica, que surge em uma perspectiva de interação entre computadores e pessoas, através de um significado maior entre as informações. Eles afirmam que “[...] as práticas da representação descritiva estão relacionadas com a proposta de organização dos recursos da *Web*, no contexto da *Web* Semântica [...]” (CATARINO; SOUZA, 2012, p. 89).

4 A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO CAMPO DA ARQUIVOLOGIA

Diante dos fatores apresentados nas seções anteriores, nota-se que existe um terreno híbrido que intercala discussões sobre a representação da informação, envolvendo a Ciência da Informação e a Biblioteconomia refletidas no saber arquivístico. Existindo tais demarcações envolvendo o processo de organização e de representação da informação nos arquivos, muitos pesquisadores têm-se preocupado em sinalizar aprofundamentos relacionados à evolução das funções arquivísticas na criação de possibilidades na projeção do conteúdo documental.

A função de descrição e de classificação vem passando por algumas mudanças, e hoje, com as tecnologias digitais, essas modificações estão sendo ocasionadas por outro direcionamento de perfil de indivíduos que buscam o documento. Com a facilidade de compartilhamento da informação e com a maior interação promovida pela Internet, os usuários já chegam às instituições, muitas vezes, sabendo o que desejam encontrar. Nesse entendimento, o arquivista, necessariamente, deve compreender essas questões, também em sua formação, atreladas aos meios de como disponibilizar as informações em ambientes mais dinâmicos.

Tognoli (2012) afirma que a descrição e a classificação assumem posições centrais com o objetivo de fornecer acesso aos documentos, que representam o conhecimento arquivístico, conjunto de informações orgânicas que compõem um fundo arquivístico, e podem ser observados desde os primeiros manuais. “A representação Arquivística foi, desde o século XIX, o objeto central da disciplina, uma vez que o Manual de Muller, Feith e Furin é, antes de tudo, um manual para o arranjo e descrição”, afirma Barros (2014, p. 207).

Apesar disso, é importante perceber a conjuntura da área em diferentes momentos, assim como o papel do arquivista perante suas funções. Kaplan (2018) chama atenção quanto a essa questão, salientando que o arquivista era visto como um profissional passivo, um trabalho reflexo do positivismo. Mesmo nos EUA, onde alguns teóricos ampliaram a ideia sobre o arquivista, ao falar que ele decidia o processo de avaliação documental, em uma perspectiva mais política e gerencial – diferentemente da perspectiva do britânico Hilary Jenkinson, que exclui o profissional desse processo –, ainda existiu uma restrição ao aprimorar metodologias para os arquivos. Esses procedimentos de avanço travados no campo arquivístico envolvem o acesso dos documentos, conseqüentemente, diretrizes de organização e dinamização da informação.

Essa afirmação carrega a necessidade de mudança nas formas como o arquivista se posiciona diante dos documentos. Com as transformações e com os direcionamentos os quais elevam e rediscutem o papel desse profissional perante à sociedade, a ideia de representação da

informação vem-se ampliando no escopo da área, principalmente em correntes pós-modernas. No final da década de 1980, a Arquivologia inicia uma ressignificação na organização dos documentos, impulsionada pela revolução científica e pelos novos formatos de documentos, ocorrendo envolvimento com questões sociais (TOGNOLI, 2012).

Essa aproximação trouxe, para a descrição, a classificação, o arranjo de processos que alteram questões teórico-metodológicas, como a noção de “informação orgânica”. Rodrigues (2002, p. 212) considera que a descrição “[...] supõe, de fato, um trabalho intelectual de representação informacional. Contudo, essa questão como um problema para a Arquivística é, de certa maneira, recente e ainda pouco estudada [...]”. Ela completa afirmando que talvez os debates e os avanços sobre representação em arquivo e as dificuldades relacionada à criação de padrões descritivos decorrem de certa tradição em arquivística, que, por muito tempo, deu pouca ênfase aos usuários, pelo menos, até a década de 70.

Rodrigues e Barros (2016), buscando entender a descrição e normalização dos instrumentos de pesquisa relacionados à representação em arquivos, observaram uma integração a partir da análise das ementas dos cursos de graduação em Arquivologia, no Brasil, e perceberam que os componentes curriculares apresentam conceitos de representação nos arquivos.

Dentro do universo da representação arquivística as instituições de ensino [...] denominam as disciplinas por termos que se diferenciam em sua forma, mas que em seu sentido remete basicamente a uma operação descritiva realizada em uma determinada fase do ciclo documental, e que se destina semelhantemente a arranjar e representar informações concernentes a um acervo e/ou um arquivo. (RODRIGUES; BARROS, 2016, p. 520).

Esses autores visualizam, como importante, a criação de uma identidade nacional diante dos componentes curriculares dos cursos de Arquivologia no Brasil. As disciplinas que se relacionam à temática são denominadas de formas diversas, por exemplo, arranjo, descrição no uso de padrões descritivos e criação de instrumentos de pesquisas, não existindo univocidade. Além desse ponto, existe a questão do conteúdo do documento, ou representação temática, em que Vital e Bräscher (2019) esclarecem a necessidade de ampliação, tendo, em vista, a existência de uma nova feição de usuários ampliando meios para recuperação da informação.

Preterir a análise, síntese e representação do conteúdo documental nos arquivos pode resultar em limitações na recuperação desses documentos. Para além das ressalvas da área arquivística, existe um perfil de usuário que exige que seja ultrapassada a compartimentação das áreas do conhecimento, em busca de sistemas de informação que forneçam respostas mais completas e significativas. (VITAL; BRASCHER, 2019, p. 346).

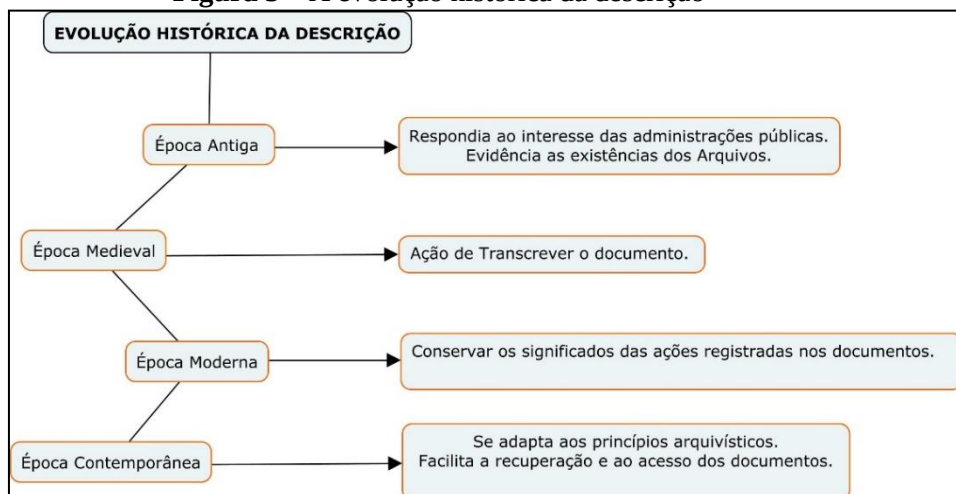
Na busca por especificidades da representação temática, frente ao documento arquivístico, Vital e Bräscher (2019), após uma análise da literatura internacional, apresentaram pontos sobre essa especificidade no tocante aos princípios da proveniência, da organicidade, das relações com a classificação e da descrição, como também aos níveis de descrição. Tais estudiosos enfatizam:

Evidenciar as especificidades dos documentos arquivísticos no processo de representação temática apresenta a possibilidade do desenvolvimento de representações mais significativas, proporcionando que a recuperação da informação seja contextual. Documentos arquivísticos existem relacionados às funções e às atividades que os originaram, assim, a análise contextualizada explicita esse significado, resultando em representações mais adequadas. A partir dessa caracterização, é possível pensar na integração do documento arquivístico em sistemas de informação que considerem suas especificidades, objetivando não comprometer sua autenticidade. (VITAL; MEDEIROS, 2019, p. 362).

A descrição, como um processo de análise da informação, no âmbito arquivístico, tem apresentado características específicas, quando relacionada ao conteúdo do documento, com vias descritivas e temáticas. Assim, torna-se necessário notar esses aprofundamentos, como também os processos que possibilitam a representação da informação no seio da arquivística.

4.1 DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

A descrição nem sempre foi acoplada aos princípios arquivísticos, pois já se fazia presente nas primeiras práticas realizadas na sociedade. Ela evoluiu, demarcando características em diferentes períodos: nas Civilizações Clássicas, por exemplo, na Grécia, os documentos serviam para evidenciar determinada ação; Na Idade Média, também poderia comprovar algo, porém o ato de descrever estava mais centrado na criação de cópias a partir da transcrição dos documentos (LLANES PADRÓN, 2016). Essa cronologia está apresentada na Figura 1.

Figura 3 – A evolução histórica da descrição

Fonte: baseado em Llanes Padrón (2016).

Na época moderna, com a abertura dos arquivos e com a garantia de direitos, a preocupação era conservar os significados e as ações dos documentos, e, posteriormente, a descrição se aproxima dos princípios arquivísticos (proveniência, ordem interna) e do seu caráter orgânico, na época contemporânea. Sendo assim, os direcionamentos da descrição arquivística, de acordo com Llanes Padrón (2016), dão-se a partir de dois segmentos: Custodial e Pós-Custodial.

Esses dois segmentos para a autora têm um papel primordial para entender e para situar autores que abordam a descrição, pois, ao considerar o documento propriamente refletido na organização física, sob uma perspectiva de guarda, influenciado pelo positivismo, estaremos diante do segmento custodial; diferentemente do pós-custodial, em que pesquisadores situam a atividade de descrição mais ampliada como um processo de análise focada na informação e no rompimento dos documentos, para além da guarda

Segundo Soares, Pinto e Silva (2015), essa última perspectiva está atrelada a um olhar sobre os formatos e sobre os suportes documentais, assim a Arquivologia se viu na expectativa de repensar a atividade de descrição documental.

O paradigma pós-custodial, emergente no final do século XX, possui uma perspectiva que coloca a Arquivística no campo da Ciência da Informação, pois entende que o objeto científico da mesma não pode mais ser o documento de arquivo, mas sim a informação. Por esse motivo, esse paradigma contrapõe-se ao paradigma custodial voltado para valorização do documento de arquivo de valor permanente. (SOARES; PINTO; SILVA, 2002, p. 22).

O paradigma custodial apresenta os aspectos descritivos voltados para questões físicas dos documentos, com uma visão histórica e patrimonialista. As questões técnicas prevalecem, e a criação de instrumentos de pesquisa, para proporcionar o acesso, faz-se presente. No pós-

custodial, há uma preocupação com o significado e com a evidência retratada nos documentos, a partir de representações mais próximas dos princípios arquivísticos.

O custodial não significa que é um erro e uma visão passada, mas serve para compreendermos determinada realidade da descrição e o seu contexto, como também sua aplicação atualmente. No Brasil, percebe-se essa influência em Bellotto (2006), ao afirmar que, no contexto da Teoria das Três Idades, a descrição arquivística acontece no arquivo permanente, porque o documento permeia a administração no momento de sua criação e, após o cumprimento de suas funções, é direcionado para a fase final. “Esses documentos são, na realidade, os mesmo de que se valerão os historiadores, posteriormente, para colherem dados referentes ao passado, já no recinto dos arquivos permanentes.” (BELLOTTO, 2006, p. 24).

Nota-se que, na visão de Bellotto (2006), a descrição só acontece em uma perspectiva de pesquisa, refletindo as funcionalidades administrativo-institucionais e facilitando o acesso aos historiadores por meio de instrumentos de pesquisa, logo afirma que, “[...] os instrumentos, dos mais genéricos - como os guias e quadros de fundos - aos específicos – como os inventários, catálogos, catálogos seletivos, índices e textos na íntegra [...] ocorrem para fazer notar a posição que ocupam nas tarefas da descrição de arquivos.” (BELLOTTO, 2006, p. 33).

Hagen (1998) propõe algumas considerações sobre a descrição e sobre o processo de padronização, destacando outra visão. Diferentemente de Bellotto (2006), considera que o arquivista não deve preocupar-se com documentos “mais importantes” que serão pesquisados por historiadores no futuro, mas descrevê-los em um contexto maior, ou seja, como reflexo da instituição. A descrição amplia o seu sentido, como também diferencia suas formas aplicadas nas fases documentais.

Para Antonia Heredia Herrera, em seu livro “Arquivística General Teoría y Práctica”, no qual dedica um capítulo sobre a descrição em arquivos, esta é uma atividade de análise realizada pelo arquivista com o objetivo de condensar e de apresentar uma síntese das informações contidas em um fundo arquivístico. A descrição significa “[...] dar ao documento de arquivo ou seus agrupamentos suas características de identificação, aquelas que os definem com precisão (escolhendo os elementos que melhor os identificam) e que permitirão e facilitarão a comunicação (consulta e recuperação)” (HEREDIA HERRERA, 1995, p. 300, tradução nossa).

A autora coloca o elemento informacional na questão descritiva, como também afirma ser o processo descritivo um intermédio para disponibilizar informações aos usuários, as quais devem ser identificadas e analisadas pelos arquivistas.

A descrição documental inclui não apenas a análise de documentos: de seus tipos, tanto diplomáticos quanto jurídicos, de seus conteúdos, o local e a data de sua escrita e seus caracteres externos, mas também os dados de sua localização. A descrição é necessária em um arquivo administrativo e em um arquivo histórico, embora sua prática possa apresentar algumas variantes. A descrição, em suma, é o meio usado pelo arquivista para obter as informações contidas nos documentos e fornecê-las aos usuários. (HEREDIA HERRERA, 1995, p. 300, tradução nossa).

Além dessas ponderações, a autora afirma ser produto da descrição os instrumentos de pesquisa, que apresentam informações desde o conjunto do fundo arquivístico até o item documental. Para ela, “[...] os instrumentos de descrição são as representações dos documentos ou seus agrupamentos, porque eles são transformados por uma forma diferente do original.” (HEREDIA HERRERA, 1995, p. 300, tradução nossa). Nesse sentido, o arquivista identificará e apresentará informações que nunca foram intermediadas, como a criação de fontes que não estão descritas de maneira direta, o que também podem representar o conjunto documental.

Nessa linha, Marañón (2013, p. 49, tradução nossa) aponta que “[...] hoje a descrição é considerada uma operação em si mesmo, uma operação de análise documental destinada a criar representações precisas e concisas de qualquer unidade de arquivo, sempre sob o princípio da proveniência”.

Notam-se aspectos diferentes quanto à atividade de descrição arquivística: de um lado, ela é entendida como meio para criação de produtos (instrumentos de pesquisa) que serão utilizados por pesquisadores; de outro, como um processo mais analítico realizado em conjunto com os princípios arquivísticos, sendo o arquivista intermediador em criar representações que servem como comunicação, a partir de informações organizadas extraídas de um documento.

4.1.1 As normas de descrição

A criação de padrões descritos, no âmbito dos arquivos, ocorreu na medida em que se viu a necessidade de intermediar os documentos para os usuários. Os arquivos possuem uma relação muito forte com seus produtores, ocorrendo a necessidade de buscas por padronizações na descrição dos documentos.

A história do processo de normalização internacional da descrição de documentos de arquivos iniciou em 1998, em uma reunião de especialistas reunidos em Ottawa pelos Arquivos Nacionais do Canadá e do Conselho Internacional de Arquivos sobre o assunto. Os participantes reconheceram unanimemente a necessidade de um padrão internacional de descrição arquivística e pediu que um grupo de trabalho fosse formado para este fim. (MARAÑÓN, 2013, p. 49, tradução nossa).

A adaptação e a renovação de normas que visam ao processo descritivo nos arquivos demonstram articulação e preocupação dos órgãos e dos pesquisadores acerca da organização

e da disponibilização dos documentos. Essa descrição segue princípios norteadores da área, como o da proveniência (organizar os documentos de acordo com o seu lugar de produção) e o da ordem interna (respeitar a estrutura e o arranjo estabelecido pelo órgão produtor).

Dessa forma, vários países se reuniram, motivando o Conselho Nacional de Arquivos a pensar o processo de constituição de padrões descritivos. No final dos anos 80 e no início dos anos 90, iniciaram as discussões e as reuniões em diversos países, como Canadá, França, Polônia, Alemanha, China e Espanha, entre outros. (LLANES PADRÓN, 2016).

Em 1994, cria-se a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (*General International Standard Archival Description* - ISAD(G)), composta por 26 elementos de descrição e organizada com sete áreas de informações descritivas. Na norma, são apresentadas algumas diretrizes sobre a descrição arquivística, salientando sua aplicação em conjunto com outras normas de descrição.

O objetivo da descrição arquivística é identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos. Isto é alcançado pela criação de representações precisas e adequadas e pela organização dessas representações de acordo com modelos predeterminados. Processos relacionados à descrição podem começar na ou antes da produção dos documentos e continuam durante sua vida. Esses processos permitem instituir controles intelectuais necessários para tornar confiáveis, autênticas, significativas e acessíveis descrições que serão mantidas ao longo do tempo. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 11).

A norma salienta a aplicação da descrição em todas as fases documentais, sendo vista como um processo que visa a criar, a sinalizar e a identificar o conteúdo dos documentos para possibilitar o acesso a estes, fazendo referência à criação de representações precisas para preservação da integridade documental.

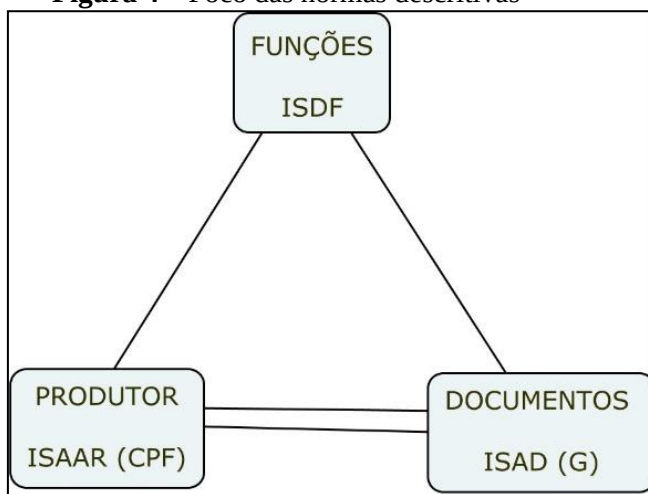
Nesse aspecto, saindo da ISAD(G), logo após sua criação, em 1996, criou-se a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (*International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families* – ISAAR (CPF)), desenvolvida pela Comissão de Normas de Descrição do CIA, contendo quatro áreas de informações descritivas, ampliando a possibilidade de descrição contextual dos produtores e das instituições e criando vínculos descritivos que tenham relação com os documentos.

Posteriormente, com a primeira versão de 2007, cria-se a Norma Internacional para Descrição de Funções (*International Standard for Describing Functions* - ISDF). Além da preocupação no documento e no produtor, viu-se a necessidade de criação de norma que focasse a função. Seus elementos de descrição concentram-se em quatro áreas:

1 Área de identificação (onde a informação visa identificar especificamente a função e define um ponto de acesso normalizado); 2 Área de descrição (onde se registra informação sobre a natureza e contexto da função); 3 Área de relacionamentos (onde relações com outras funções são registradas e descritas); 4 Área de controle (onde a descrição de uma função é especificamente identificada, e registrada a informação. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2007, p. 14).

A norma também apresenta possibilidades de associação das funções a registros de autoridades relacionados ao produtor. Com isso, ampliam-se as condições de relações estabelecidas por uma instituição diante da funcionalidade.

Figura 4 – Foco das normas descritivas



Fonte: Elaboração própria baseada em Llanes Padrón (2016).

Mais adiante, em 2008, cria-se a Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (*International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings* - ISDIAH), que, diferentemente das citadas acima, foca as instituições que possuem a custódia dos acervos arquivísticos, a sua identificação perante o acesso e os serviços que oferecem, servindo com ponto de conexão de maneira normalizada, até para outras instituições que tenham posse de documentos arquivísticos.

Alguns países, a exemplo do Brasil, espelharam-se nessa última vertente para criação de suas normas – sendo o primeiro da América Latina, elaborando a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), baseada em outras normas internacionais (LLANES PADRÓN, 2016), a qual foi criada pela Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA/CONARQ), seguindo as diretrizes da ISAD(G) e da ISAAR (CPF).

A NOBRADE não é uma mera tradução das normas ISAD (G) e ISAAR (CPF), que já existem e estão publicadas. Seu objetivo, ao contrário, consiste na adaptação das normas internacionais à realidade brasileira, incorporando preocupações que o Comitê de Normas de Descrição do Conselho Nacional de Arquivos (CDS/CIA) considerava

importantes, porém, de foro nacional. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p. 9).

Tendo, como base, a descrição multinível (do geral ao particular) e comparando-se à ISAD (G), a NOBRADE possui oito áreas de descrição, com uma a mais que a norma internacional ISAD (G). A norma brasileira acrescentou a área oito “de pontos de acesso e indexação de assuntos”. Destacam-se também duas outras normas internacionais, a saber: a ISDF e a ISDIAH.

Com as tecnologias digitais e, conseqüentemente, com a mudança nos formatos documentais, a descrição arquivística passou a ser uma atividade obrigatória na criação dos documentos, porque, no ambiente digital, as informações são mais vulneráveis de adulteração; nesse meio, o documento arquivístico deve retratar, com fidelidade, os elementos informativos de sua criação, mantendo-se a integridade.

A evolução tecnológica das últimas décadas do século XX permitiu dissociar o conceito de descrição do conceito de instrumento de pesquisa. A descrição consiste em elaborar uma representação (atividade) que pode ter diferentes formas de manifestação (instrumentos de acesso); a partir de um banco de dados descritivo, é possível entender os diferentes formatos de saída (várias formas de exibição na tela de diferentes tipos formas). (LLANES PADRÓN, 2016, p. 27, tradução nossa).

Nesse contexto, hoje existem *softwares* livres que dialogam com as normas arquivísticas de descrição, tanto em âmbito nacional, como em internacional, por exemplo, o AtoM, que é utilizado para difusão dos documentos arquivísticos.

O software permite “[...] manter a relação entre funções, autor e documentos, e de todos com a instituição em âmbito macro [...], facilitando ações de importação e integrando informações da descrição institucional e/ou de autoridade, e até mesmo palavras chave já indexadas no sistema” (LLANES PADRÓN *et al.*, 2015, p. 07).

A descrição, como elemento necessário para manutenção das informações em documentos digitais, também se faz presente nos modelos de preservação digital, com os respectivos usos de padrões de metadados, que têm, como função, apresentar pontos de acesso que representam a essência do conteúdo dos documentos.

Nessa linha, visualiza-se, no “Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos – e-ARQ Brasil”, utilizado na gestão arquivística de documentos digitais, elementos necessários para manutenção da integridade da informação dos documentos, com requisitos focados na produção, na tramitação, na utilização e no arquivamento dos documentos. Na parte “captura”, a classificação do documento (código que representam as atividades e funções) e a indexação (utilização de descritores) são operações

primordiais para garantir a relação orgânica dos documentos e para considerar o documento como arquivístico.

4.1.2 Os Instrumentos de pesquisas

O Dicionário de Terminologia Arquivística (1996, p. 45) define instrumento de pesquisa como sendo uma “[...] obra de referência, publicada ou não, que identifica, localiza, resume ou transcreve, em diferentes graus e amplitudes, fundos, grupos, séries e peças documentais existentes num arquivo permanente, com a finalidade de controle e de acesso ao acervo”.

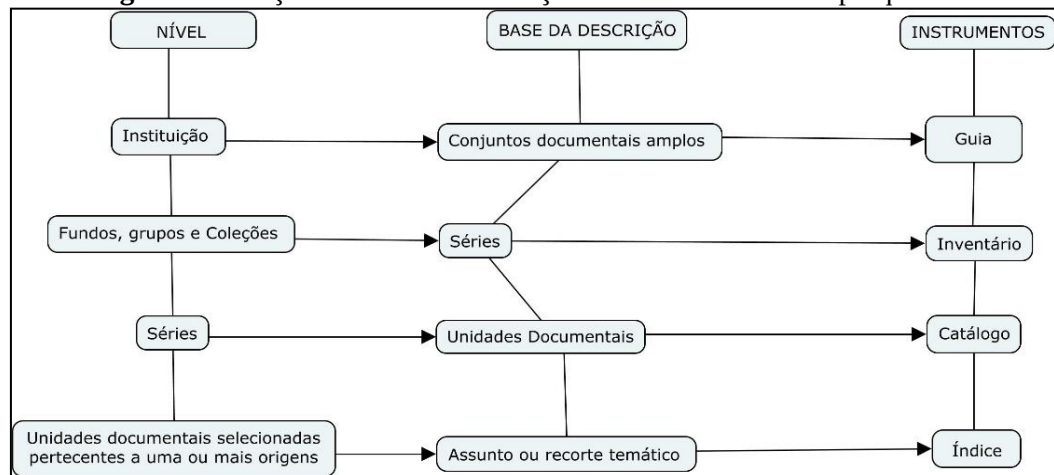
Os instrumentos de pesquisa podem ser apontados por outras designações seja como acesso, referência e etc. O objetivo é fornecer a partir da projeção de elementos estabelecidos informações dos documentos, conjuntos documentais ou da própria instituição arquivística.

Esses instrumentos ganham formatos de acordo com o objetivo e características do acervo. Mesmo seguindo uma hierarquia, do mais amplo ao específico, não necessariamente sua criação deve obedecer a uma ordem, assim os instrumentos de pesquisa apresentam-se como sendo os guias, inventários, catálogos e índices utilizados na recuperação dos documentos.

Os instrumentos de pesquisa referem-se ao acesso e ao controle de um acervo, geralmente permanente, e com pelo menos uma identificação ou organização mínima. Têm como função principal disponibilizar documentos para a consulta. [...] almejam uma grande difusão, motivo pelo qual são publicados em meios impressos ou eletrônicos, sempre que a instituição responsável dispõe de recursos para isso. (LOPEZ, 2002, p. 11).

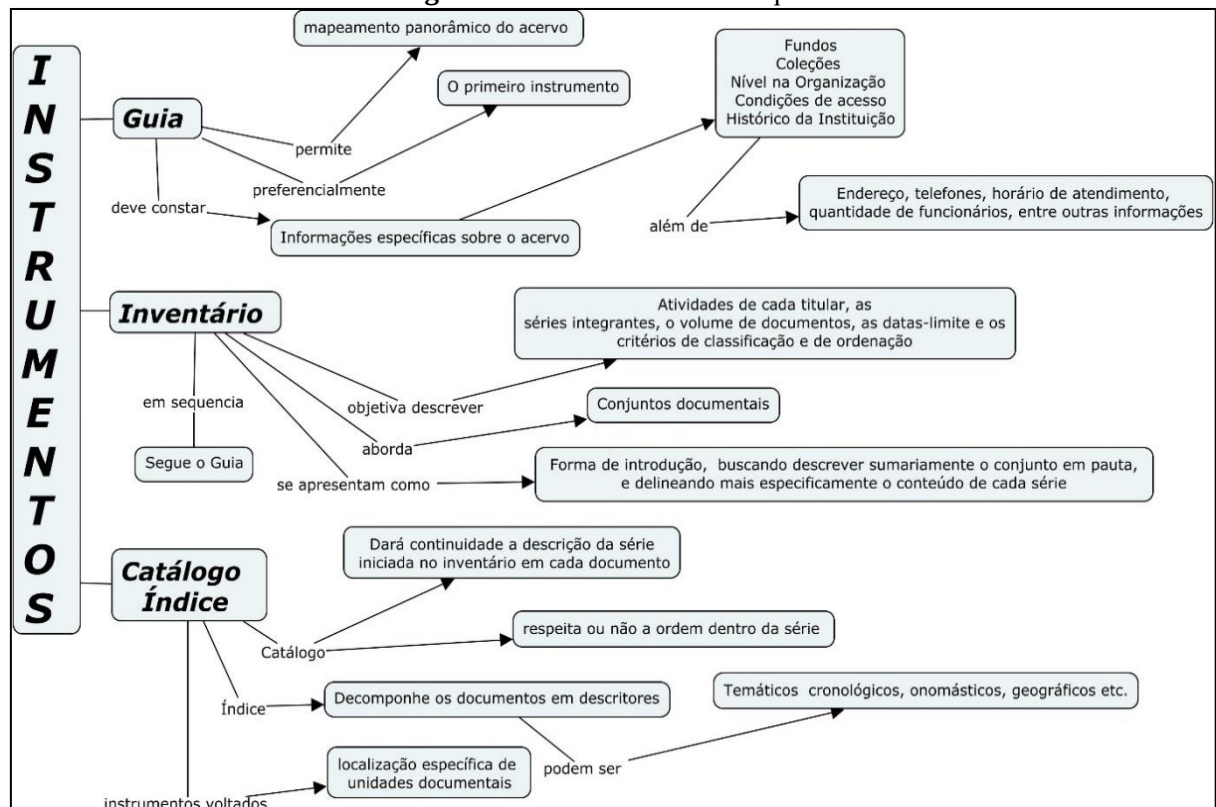
Os instrumentos culturalmente são criados no arquivo permanente, entretanto, para que isso aconteça, é necessário que os documentos já venham seguindo um ciclo normal de acordo com os instrumentos de gestão (plano de classificação e tabela de temporalidade), possibilitando uma apresentação e as relações descritivas de um todo para os usuários. A partir dos instrumentos de pesquisa, os usuários têm um norte de como caminhar no arquivo, chegando à informação que deseja. Caso esses instrumentos estejam acessíveis na internet, os usuários realizam a consulta evitando idas desnecessárias ao acervo (MARIZ, 2012).

Para Belloto (2006), os instrumentos resumem, explicam e descrevem pontos que servem como localizadores. A partir dessa concepção é que a formulação de cada instrumento de pesquisa leva em conta a o público e a necessidade desse junto ao acervo de uma instituição. Dentro de um grande sistema hierárquico arquivístico, é possível apontar cada instrumento com o respectivo nível de descrição, conforme ilustrado na Figura 5.

Figura 5- Relações do nível de descrição com instrumentos de pesquisa

Fonte: Elaboração própria baseada em Lopez (2002).

A partir da identificação dos fundos e dos documentos que os compõem, é iniciado o processo de análise do objetivo dos instrumentos de pesquisa. Desse modo, é necessário entender a finalidade das instituições e os serviços oferecidos por elas para escolher o instrumento mais adequado. Existem aqueles que trazem um panorama do acervo, outros focalizam em conjuntos documentais e há ainda que objetivam apresentar informações por meio de recortes e contextos temáticos.

Figura 6 - Instrumentos de Pesquisa

Fonte: Elaboração própria baseada em Lopez (2002)

O Guia, como observado na Figura 6, é um instrumento que apresenta o todo da conjuntura do acervo, sendo indicado que seja o primeiro a ser criado, pois a partir dele o usuário pode entender o percurso que vai tomar para pesquisa dos documentos. A primeira parte com informações mais básicas e uma segunda especificando os fundos de maneira mais detalhada. Diferente do Guia, o inventário foca no conjunto de documentos como ordenação dos documentos dentro da série, a classificação adotada, datas, quantidades, entre outras informações.

No caso do catálogo, as informações apresentadas são do documento em si: tipologia, título, formato, elementos externos e internos, termos que representam o documento. Também existem os catálogos seletivos ou temáticos, nesse meio, não segue uma linha necessária que respeite o fluxo de atividades, mas trata de documentos relacionados ao mesmo tema como forma de que usuário aprecie e procure os documentos de maneira mais especializada, reunindo documentos até de fundos distintos.

O índice se utiliza de termos que indo ao significado da palavra indica de maneira mais precisa os elementos de um documento. Na construção desse instrumento, são necessários o estabelecimento de alguns critérios e as escolhas dos descritores que vão ser utilizados, seja por nomes, localização geográfica e datas, entre outros, devendo existir um controle dos termos elegidos pela instituição.

Com o envolvimento das tecnologias digitais e uma possibilidade de maior dinamização pela internet, os instrumentos de pesquisa cada vez mais são apresentados em sites de instituições e acervos. Llanes Padrón (2016) explica que essas tecnologias permitiram uma manifestação de diferentes formas de instrumentos de buscas que servem como bancos de dados descritivos.

Os usuários se aproximam das formas de apresentação dos acervos ocorrendo uma ampliação das características e, conseqüentemente, é necessário compreender o perfil desses usuários que passam a participar na constituição dos instrumentos e redes colaborativas e novos formatos dos instrumentos de pesquisas.

4.2 CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA

A classificação na Arquivologia pode ser situada nos primeiros estabelecimentos de princípios norteadores de organização dos documentos; o princípio da proveniência e a ordem interna que garantiu nos documentos certas condutas ligadas ao órgão produtor, pois a “[...]”

classificação, até as primeiras décadas do século XIX, era elaborada sem levar em conta a origem administrativa dos documentos. Considerava-se como um conjunto único a grande massa documental reunida no Arquivo Nacional francês” (SOUSA, 2006, p. 124).

Nas [...] classificações filosóficas e nas bibliográficas os principais elementos de representação são os assuntos, enquanto na classificação arquivística são funções e atividades, considerando primeiramente o fundo. (VITAL; MEDEIROS; BRÄSCHER, 2017, p. 42 -43).

Foi a mudança de foco na organização dos documentos que fizeram as práticas e direcionamentos nos arquivos perante à classificação. A classificação começou a prezar o contexto, refletida nas atividades e funções dos documentos quando se estabeleceu que os documentos deveriam ser organizados respeitando a sua origem, mantendo a ideia de fundo.

Considerando a classificação como elemento central na formação dos fundos arquivísticos, Duchein (1982), grande teórico da área, apresenta alguns questionamentos quanto à organização dos documentos: Suas perguntas giram em torno se a) definição de fundo arquivístico; b) se os órgãos deveriam criar um único ou se cada órgão deveria possuir individualmente; c) ao finalizar um fundo arquivístico e suas respectivas atividades para onde deveriam seguir os documentos e; d) se os fundos seriam fechados ou abertos. Tratando-se de um guia para os organismos produtores de arquivos, Duchein (1982) estabelece os seguintes critérios:

1) Para produzir um Fundos de arquivo no sentido que o arquivista dá a este termo um organismo que seja público ou privado deve possuir um nome e uma existência jurídica própria resultante de uma ata, lei, decreto etc. preciso e datado. 2) Deve possuir atribuições precisas e estáveis, definidas por um texto tendo valor legal e regulamentar. 3) A sua posição no seio da hierarquia administrativa deve ser definida com precisão pela ata que lhe deu origem em particular a sua subordinação a outro organismo de nível mais elevado deve ser claramente conhecido. 4) Deve ter chefe responsável, beneficiando do poder de decisão correspondente ao seu nível hierárquico, ou seja, ele deve tratar dos trabalhos da sua competência sem tê-los que submeter automaticamente por decisão a uma autoridade superior. 5) A sua organização interna deve, tanto quanto possível, ser conhecida e fixada num organograma. (DUCHEIN, 1982, p. 03).

Aqui, fica clara a relação que os documentos ocupam com a estrutura da instituição, atividades, funções e entornos que estão ligados aos documentos. A classificação segue os mecanismos reguladores dos documentos, embasada nos princípios arquivísticos.

Nessa linha, Schellenberg (2008) diz que a classificação em arquivos pode assumir três meios, a falar: funcional, organizacional ou estrutural e por assunto. No primeiro, a classificação deve seguir as funcionalidades do órgão produtor do documento, refletindo as funções. Assim, ao criar outras funções, deve-se incluir na classificação. O segundo segue a

estrutura do órgão, considerando as divisões da administração, setores, etc. E o último, por sua vez, necessita de uma análise do assunto dos documentos com vistas a identificar o conteúdo que refletirá na classificação.

Da classificação arquivística tem-se o plano de classificação como um produto norteador para entendimento dos documentos. A classificação é o meio elementar para mediação de atividades de gestão, acesso e preservação dos documentos, realçando todo planejamento para os arquivos, no plano de classificação em que apresenta as relações dos documentos. Para Albuquerque (2017), a classificação pode ser considerada como uma atividade intelectual, em que através dela estudamos os documentos produzidos, para elaboração de um plano de classificação, o qual retratará a estrutura, as funções e as atividades da instituição.

Schmidt e Smit (2015), ao realizar estudo acerca da organização e representação da informação em arquivos, a partir da classificação, aponta a visão de Adolf Brennek (1953), na forma que ele pensava sobre a trajetória da área e que os arquivos se dispunham. Ele elaborou uma teorização a partir de três fases baseada na classificação como elemento norteador do desenvolvimento da área.

[...] como referência o desenvolvimento da teoria arquivística, elabora periodização, constituída por três fases, para analisar a trajetória da Arquivologia enquanto área de conhecimento: Séculos XVI até XVII - Predomínio do método “prático indutivo” para a classificação arquivística; caráter técnico e experimental da área, representada pelos arquivos antigos e medievais (dualismo entre arquivo de expedição e recepção); - Século XVIII - Predomínio do sistema de classificação “teórico dedutivo” devido ao contexto racional e iluminista; tem-se o sistema de classificação já em uma perspectiva de teoria; Século XIX - Surgimento do Princípio da Proveniência como novo sistema de Classificação arquivística, significando a revolução da teoria pelo estabelecimento de princípios teóricos para área. (SCHMIDT; SMIT, 2015, p. 2).

A partir da teorização de Brennek apontada pelas autoras, percebe-se a última fase como um sistema de classificação baseada na proveniência. Fica claro a demarcação realizada nos arquivos quanto a essa identidade a partir do respeito à integridade da constituição dos fundos por meio de uma organização pautada no órgão que proveu a documentação.

Tendo em vista que a classificação deve seguir o contexto orgânico e as funcionalidades nos arquivos, Schmidt e Smit (2015) problematizam sobre quais seriam as informações que devem fundamentar a classificação, para isso diferenciam informações de “contexto” e as informações de “conteúdo”. Considerando as informações de contexto as de “fora” dos documentos relacionadas à produção (funções, atividades) e as informações de conteúdo, as que estão “dentro” do documento, ou seja, o tema e o assunto.

Se o documento de arquivo nasce para registrar a ação, a função classificação é realizada para representar essa relação, revelando assim o vínculo arquivístico. [...] Nesse sentido, no campo dos arquivos a função classificação preocupa-se em representar as informações de “fora” de modo a garantir os vínculos, o caráter orgânico e consequentemente o valor primário e probatório do documento de arquivo. Trata-se de elemento caro à área, pois é o que atribui identidade e autonomia ao conhecimento arquivístico. (SCHMIDT; SMIT, 2015, p. 4).

Para as autoras, as informações que representam a perspectiva da função classificação seria a de fora, a qual reflete o vínculo arquivístico e os aspectos contextuais da produção. Salientam que não significa dizer que a de conteúdo estaria excluída, mas que a primeira está ligada a toda estrutura organizacional, funções e motivações que levaram o surgimento documental.

A classificação, nesse contexto, serve para distribuir os documentos de acordo com sua atividade, pois o registro documental insere-se em estrutura maior que segue funcionalidades da instituição refletindo questões externas das instituições.

Nesse aspecto, Sousa (2007) localiza a ideia de classificar em um contexto mais geral, afirmando ser natural do ser humano tal ação, mas que na Arquivologia é aplicada com certo tipo de finalidade, sendo o arquivista agente que aplica este fim. A classificação é também uma operação que demonstra estudo da compreensão das hierarquias e subordinação antes de sua aplicação. Neste caso, pode-se relacionar ao reconhecimento dos fluxos institucionais e à estrutura a partir das unidades setoriais.

É com base nessas relações que a classificação é vista como uma atividade que dar abertura para outras funções arquivísticas, porque estabelece e situa os documentos no contexto de produção, acoplando-os em classes que facilitam na recuperação e no processo de análise para as funções de avaliação e descrição, considerando as relações orgânicas do conjunto documental com a instituição.

A classificação, [...] constitui a base dos demais procedimentos, considerando que a partir dela é possível realizar uma avaliação que leve a manter informações essenciais e necessárias e dispensar as supérfluas. A descrição, enquanto programa, tem início na classificação, estende-se no processo avaliativo até o destino final. (GARCIA; SCHUCH JUNIOR, 2002, p. 42).

Os autores partem da ideia que anterior às outras funções como, por exemplo, avaliação e descrição, faz-se necessária a classificação dos documentos. Sousa (2003, p. 241) afirma também que “[...] a função classificação é matricial, isto é, a partir dela que as outras funções/intervenções ganham corpo, consolidam-se, configuram-se”.

[...] a classificação arquivística deve representar da forma mais fiel possível as relações orgânicas funcionais do organismo produtor, pois essa estrutura

classificatória servirá de base para o desenvolvimento de outras funções arquivísticas, tais como a descrição. (VITAL; MEDEIROS; BRÄSCHES, 2017, p. 43).

A classificação recebe designações diferentes a depender do tipo de corrente teórica abordada. Utiliza-se também o termo arranjo fazendo referência à classificação aplicada ao arquivo permanente, quando se considera a Teoria das Três Idades. A classificação ou arranjo segue parâmetros norteadores relacionados à instituição, às atividades, às funções e a toda estrutura ligada aos documentos, bem como ao respeito à integridade dos fundos.

Outro termo atrelado à classificação é a ordenação: “Existem alguns profissionais que entende a organização como a soma de duas operações diferenciadas e correlativas, embora bastante inter-relacionadas (classificação e ordenação).” (HEREDIA HERRERA, 1995, p. 260, tradução nossa). Quanto a essa questão a autora destaca:

A organização em um arquivo nada mais é do que traduzir um fundo e acompanhar o estado primordial de sua produção, evolução e crescimento. Ela afeta tanto os documentos em si (classificação) quanto as informações que eles contêm (ordenação). O primeiro estabelece a relação entre os documentos e o segundo favorece sua localização. (HEREDIA HERRERA, 1995, p. 261, tradução nossa).

Nota-se que a classificação se liga às funções estabelecidas pelos documentos. A ordenação seria mais voltada para a disposição dos documentos segundo um método de organização dos documentos. A classificação, assim, segue elementos da produção e função dos documentos, bem como as relações orgânicas estabelecidas pelos os documentos que vai ao encontro da estrutura administração e finalidade do órgão ou pessoa.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

A constituição de um trabalho científico requer leitura, interpretação, comparações entre o similar e o que é distinto etc. É criado respeitando certos ritos estabelecidos por uma comunidade de pesquisadores que, compactuam de termos, de conceitos, de métodos e de linguagens especializadas em diferentes ângulos.

Dentro da estrutura acadêmica estudiosos desenvolvem um conjunto de literatura que apresentam características peculiares distribuídas por gêneros. Neste estudo, o foco foi construído por meio de teses e dissertações que são trabalhos finalísticos dos cursos de doutorado e mestrado respectivamente. Considerando, antes de tudo, que demandam de conhecimento científico por meio de regras e normas para se chegar ao um fim.

As dissertações e teses projetam o recorte pretendido pelo o autor, a conjuntura de inserção sobre o domínio da temática e o olhar que se difere por meio do problema de condução do estudo. Assim, através da reunião de teóricos é possível desenha um debate de ideias servindo como base de sustentação para o conteúdo trabalhado.

Considerando essas ponderações, definimos nosso percurso metodológico nos atentando para o gênero dissertação e tese por meio de um caminho de procedimentos que vai ao encontro dos objetivos levantados nesta pesquisa.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Quanto *aos objetivos* esta dissertação tem *caráter descritivo*, por classificar e realizar recortes dos conteúdos expostos nas produções científicas de maneira específica. De acordo Gil (2008, p. 28) esse tipo de pesquisa “[...] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Nessa linha, Triviño (1987), diz que o estudo descritivo requer um exame crítico das informações que o pesquisador deseja coletar.

Seguindo essa linha, quanto *a abordagem* dos dados enquadra-se aos *preceitos qualitativos*, pois tratou de um modelo de investigação no qual envolveu a obtenção de dados a partir do contato direto com o pesquisador e a situação estudada, (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). Qualitativa por entender que quando nos referimos à análise, nesta pesquisa, visamos apresentar evidências sobre determinado conteúdo por meio de aspectos/dados subjetivos que não podem ser mensurados estatística e/ou numericamente.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, nos valem dos atributos apontados por Minayo (2001), onde afirma que a pesquisa qualitativa se direciona a questões particulares, entendida por meio da finalidade do estudo a ser realizado.

Mesmo utilizando-se na pesquisa suposições que possam quantificar dados em algum momento do estudo, o direcionamento para uma abordagem qualitativa é definido pelo fim dos resultados que se desejam alcançar. Em nosso caso, o processo de análise das produções científicas envolveu questões aprofundadas que descartam a essência de números, trazendo à tona características dos estudos, similaridades e contrapontos.

Quanto aos *procedimentos de coleta de dados*, a pesquisa se caracteriza como *bibliográfica* no sentido de utilizar de materiais como dissertações e teses. Este tipo de pesquisa, de acordo com Marconi e Lakatos (2017) visa aprofundamento de temas que se deseja pesquisar utilizando-se de livros, publicações periódicas, artigos científicos, entre outras fontes.

5.2 DEFINIÇÃO DO CORPUS DA PESQUISA

Apreciando o campo de produções científicas acerca da temática, definimos o *corpus* da pesquisa a partir de *universo* e *amostra*. Considera-se universo como um conjunto mais geral que possui características comuns e a amostra o subconjunto desse universo a partir de regras ou bases estabelecidas (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

Nosso direcionamento foi definido por meio das teses e dissertações oriundas dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil, determinamos assim, uma Base de Dados que pudesse nos mostrar um constructo geral acerca da temática em questão. Assim, como *universo da pesquisa* enquadra-se as produções científicas arquivadas na *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações* (BDTD), que se encontra disponível no endereço eletrônico: <http://bdtd.ibict.br/vufind/>.

A escolha dessa base de dados deu-se no sentido que este ambiente reúne as Teses e Dissertações defendidas em todo o País. Lançada em 2002, configura-se como espaço legítimo socialmente e institucionalizado mundialmente no armazenamento, na disseminação e na difusão das pesquisas de ponta no Brasil por meio dos cursos de pós-graduação, sendo a segunda maior Biblioteca de Teses e Dissertações do mundo (OLIVEIRA *et al.*, 2004). Atualmente, 116 instituições estão vinculadas à BDTD, com cerca de 427.161 dissertações, 153.725 teses, totalizando 580.884 documentos fontes de informação.

Como critério de delimitação da *amostra*, realizamos estratégias de buscas nos campos avançados, considerando o ano de 2002 (data de criação da BDTD) até 2019. Utilizamos os

descritores “Ciência da Informação” como área mais abrangente, logo em seguida “Arquivologia” e, por último, fizemos uma busca por vez com os seguintes termos: “*representação arquivística*”, “*representação da informação arquivística*”, “*representação da informação em arquivologia*”. O estabelecimento dos descritores de busca deu-se a partir dos fatores discutidos na fundamentação teórica desta pesquisa.

5.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Para a análise dos resultados utilizamos a *Análise de Conteúdo*, de Bardin (2009). Essa metodologia destaca no significado da mensagem e sua relação com o contexto a que se refere por meio de três fases: “pré-análise”, “exploração do Material” e “tratamento dos resultados e interpretações” que estão descritas procedimentalmente abaixo.

Na primeira fase, *Pré-análise*, foi o primeiro contato com os dados coletados, iniciando a organização das ideias através da sistematização e escolha das pesquisas. Em nosso caso, tendo utilizado os descritores citados na seção anterior obtemos um total de 22 pesquisas que foram estruturadas em tabela no Excel e identificadas por título e modalidade (tese ou dissertação) para melhor compreensão do todo.

Em seguida, por meio das três regras citadas nesta primeira fase por Bardin (2009), a falar: exaustividade, homogeneidade e pertinência seguimos os procedimentos considerando todas as pesquisas recuperadas na BDTD (exaustividade), posteriormente a verificação das pesquisas com o mesmo tema por meio da leitura dos resumos, sumário e introdução para entender o todo dos estudos (homogeneidade) e, por último, selecionando melhor as pesquisas que mais se adequam aos objetivos propostos nesta dissertação (pertinência). Assim, foram selecionadas 17 pesquisas que estão referenciadas no Apêndice A (*corpus* da pesquisa).

Ainda nesta etapa, preparamos o material e realizamos recortes a fim de compreendermos o delineamento das pesquisas, optamos por apresentar os estudos a partir do título, ano, tipo de pesquisa e universidade. Em nem todos os estados do Brasil existe a pós-graduação em Ciência da Informação, dessa forma, destacamos por universidade, em detrimento de cidade ou região. Nas pesquisas atribuímos um código, substituindo o nome do autor representado pela letra “P” que faz referência a palavra “pesquisa” seguindo a ordem que nos foi apresentada pela busca realizada na BDTD.

Na segunda fase, *Exploração do material*, iniciamos a leitura integral das pesquisas selecionando estratos acerca da representação da informação na Arquivologia. Esses estratos

são parágrafos mediados pelos autores, os quais consideramos pertinentes como visualização da condução dos autores perante o tema, mas que não podem ser levados de modo restritivo.

Entendemos que os estudos por fazer parte de uma dada comunidade científica, compartilham de nuances similaridades e aspectos distintivos, assim, na seção 6 expomos dois tipos de quadros: o primeiro com os objetivos gerais dos estudos situando um direcionamento mais genérico sobre as pesquisas seguindo por um segundo quadro de forma individualizada, com a apresentação dos estratos.

Entendemos os estratos como suposições, relações interpretações dos contrapontos colocado pelos autores, como também as semelhanças de argumentação das pesquisas, críticas e distinções de ideias. Após tais suposições notamos que alguns estudos possuíam similaridades – respeitando o construto e particularidade dos trabalhos – mais gerais. Seguindo os preceitos de Bardin (2009), definimos categorias após leitura integral das pesquisas por meio dos direcionamentos (problema e objetivos das pesquisas), utilizamos o critério de familiaridade por preocupações maiores dos estudos resultando nas categorias expostas no quadro 2.

Quadro 2 – Categorias voltadas à representação da informação na Arquivologia

CATEGORIAS	
1	Aspectos teóricos, conceituais e práticos
2	Tecnologias da informação e comunicação
3	Metodologias e instrumentos auxiliares
4	Políticas e meios de acesso à informação
5	Propostas e produtos
6	Interseções com a Biblioteconomia e a Museologia

Fonte: Dados da pesquisa (2019-2020).

Na terceira fase, *Tratamento dos resultados e interpretações*, para não fugir do fundamentos realizados nas pesquisas discutimos as questões mais genéricas por meio dos objetivos das pesquisas intercalando com os estratos a partir de questionamentos apontados por Bardin (2009) que foram adaptados para nosso objeto de estudo, como: quais relações e conexões colados pelos pesquisadores nas pesquisas? O que levaram a construir tais afirmações na construção dos enunciados sobre representação da informação na Arquivologia? Concomitantemente confrontamos os dados coletados com as questões levantadas na fundamentação teórica desta dissertação estabelecidas por meio de conexões da representação da informação da Ciência da Informação ao campo arquivístico.

6 A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA ARQUIVOLOGIA ATRAVÉS DAS TESES E DISSERTAÇÕES NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Nesta seção, iniciamos a exposição das teses e dissertações coletadas, explanadas no quadro 3, após discussões dessas informações entraremos nas categorias citadas na seção anterior e dentro dessas categorias apresentamos dois quadros individualizados: o primeiro contendo objetivos das pesquisas e, o segundo, estratos sobre a representação da informação na Arquivologia extraídos dos estudos.

Quadro 3 - Caracterização das teses e dissertações

CÓDIGO	TÍTULO	ANO	TIPO DE PESQUISA	UNIVERSIDADE
P1	Catálogo e descrição de documentos fotográficos em bibliotecas e arquivos: uma aproximação comparativa dos códigos AACR2 e ISAD (G)	2006	Dissertação	UNESP
P2	Uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência na web Novas possibilidades para as instituições arquivísticas públicas brasileiras	2010	Dissertação	UFBA
P3	As contribuições das linguagens de marcação para a gestão arquivística digital	2011	Dissertação	UNESP
P4	Representação da informação: uma reflexão do Código de Classificação de Documentos de Arquivo da Fundação Oswaldo Cruz	2012	Dissertação	UFRJ/IBICT
P5	Representação da informação arquivística: diálogos e conexões interdisciplinares	2013	Dissertação	UFRJ/IBICT
P6	A representação arquivística: Uma Análise do discurso teórico e institucional a partir dos contextos Espanhol, Canadense e Brasileiro	2014	Tese	UNESP
P7	A representação da informação do documento de arquivo: perspectivas metodológicas para elaboração de pontos de acesso	2014	Dissertação	UNESP
P8	Representação da informação arquivística: uma proposta para o Arquivo Histórico Waldemar Duarte	2015	Dissertação	UFPB
P9	Representação da informação em acervos culturais: reflexões em torno do diálogo museológico, arquivístico e biblioteconômico	2016	Dissertação	USP
P10	Vocabulário controlado para arquivos: análise de viabilidade e propostas	2016	Dissertação	UNESP
P11	O tratamento temático da informação em instrumentos normativos de descrição arquivística	2017	Dissertação	UFSC
P12	Representação temática de documento arquivístico: as contribuições do modelo conceitual FRSAD	2017	Tese	UFSC

P13	Representação descritiva da informação arquivística: proposta de descrição de medalhas no acervo José Simeão Leal	2017	Dissertação	UFPB
P14	Atom, Normas e padrões para a descrição e representação de informações e objetos digitais em ambientes web	2017	Dissertação	UNESP
P15	A atuação dos arquivos públicos estaduais do Brasil nas atividades de representação da informação para atendimento da lei de acesso à informação	2018	Dissertação	UFSC
P16	Representação arquivística: o papel do CIA e do CONARQ para o desenvolvimento de políticas de descrição	2019	Dissertação	UFPA
P17	Representação das Informações em processos judiciais	2019	Dissertação	UNB

Fonte: Dados da pesquisa (2019-2020).

O ano inicial das produções dos estudos é 2006 e vai até 2019 (ano de realização desta pesquisa). Vale salientar que a BDTD foi criada em 2002, antes as teses e dissertações eram armazenadas fisicamente nas universidades e, em seguida, nos repositórios institucionais, como também existe a possibilidade de que outros trabalhos foram defendidos, porém, ainda não estavam disponíveis.

A partir do Quadro 3, notamos alguns destaques como, por exemplo, a produção de tese que, entre os 17 estudos se destacam duas. O ano de produção da primeira tese foi em 2014 e a segunda em 2017, pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), respectivamente. Aqui, temos que considerar a densidade dessa modalidade de pesquisa que exige do pesquisador um aprofundamento maior, consequentemente, o período para construção normalmente quatro anos torna-se mais aprofundado comparado ao tempo de dois anos de uma dissertação.

Entre as dissertações a UNESP, tem um número considerável comparado a outras instituições, destacando-se cinco pesquisas, em seguida duas da (Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (UFRJ/IBICT), duas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e duas da UFSC. A Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade de São Paulo (USP) apresentaram uma cada instituição, totalizando 15 dissertações.

O Quadro 4 apresenta um aspecto importante das pesquisas sobre representação da informação na Arquivologia, bem como a distribuição perante o recorte estabelecido, todavia, não podemos levar esses dados de forma restritiva, quando considerado o tempo de constituição dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação nas instituições, as linhas

oferecidas diante da temática, a influência da formação e concentração de pesquisa dos docentes e outros fatos influenciadores na motivação dos estudos.

6.1 ASPECTOS TEÓRICO, CONCEITUAL E PRÁTICO

As pesquisas inseridas nesta subseção procuraram aprofundar os aspectos da representação da informação na Arquivologia em diferentes pontos, bem como compreender relações teóricas, conceituais e práticas. Nesse sentido, procuramos evidenciar o percurso geral dos estudos e posteriormente esmiuçando diferenças e similaridades identitárias colocadas pelos pesquisadores por meio dos estratos.

Quadro 4 – Objetivos das pesquisas da categoria 1

PESQUISA	OBJETIVO GERAL
P5	Investigou relações e diálogos entre a Arquivologia e campos de estudo que abordem a temática da representação da informação, a fim de identificar e estabelecer as áreas de interseção e concentração destes diálogos.
P6	Compreendeu como a Arquivística é entendida pelos teóricos, em sua esfera histórico-conceitual e por instituições Arquivistas, no que diz respeito aos conceitos nucleares relacionados à Representação da Arquivística em suas dimensões teóricas e práticas atuais.
P11	Analisou a descrição de conteúdo em Instrumentos Normativos de Descrição Arquivística de diferentes países com base nas vertentes teóricas do Tratamento Temático da Informação.

Fonte: Dados da pesquisa (2019-2020).

A P5, utilizou-se da expressão “representação da informação arquivística” como meio de referenciar a temática no campo. O estudo surgiu da necessidade de um direcionamento na busca por relações interdisciplinares nas questões ligadas à representação da informação, especificamente na classificação arquivística. Destaca-se no estudo uma atenção para a questão de relações interdisciplinares da representação da informação nos arquivos. Essas relações são dispostas por outras áreas de conhecimento, mas possuindo vínculo mais forte com a Ciência da Informação e a Linguística Documentária.

Sob um construto desenvolvido por meio da classificação arquivística a pesquisa decorreu de uma análise realizada no GT2 - Organização e Representação do Conhecimento” do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) em conjunto a uma análise das estruturas curriculares dos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil. Na análise das estruturas curriculares percebeu-se uma construção de relações com a Arquivologia e a Ciência da Informação, entretanto os trabalhos analisados do GT2 foram intensificados por poucos estudos no tocante a representação da informação na Arquivologia.

Quadro 5 – Estratos da P5

ESTRATO 1	ESTRATO 2	ESTRATO 3
A Classificação de documentos, considerada força motriz para o fazer arquivístico, é a explicitação de funções ou estruturas dentro de um contexto de produção documental. É a representação do mapeamento deste contexto produtivo e que subsidia as demais etapas da gestão de documentos. (p. 12-13).	O fato de a informação arquivística ter caráter orgânico (isto é, relacionar-se com outras informações para construir uma representação de contexto de produção) já é um indício da necessidade de ser adequadamente representada para que suas funções sejam cumpridas. A dimensão comunicacional da informação arquivística evidencia-se no próprio intento do registro documental: a necessidade de informar , seja para legitimar ações ou comunicá-las, seja para perpetuar memórias. (p. 13).	O Plano de Classificação deve refletir o contexto de produção e circulação de informações do produtor, contemplando não apenas a estrutura, mas a relação orgânica entre os documentos. Leva-se em conta o papel que a informação desempenha dentro do contexto produtivo e informacional e como esta informação se relaciona com outras para que seu objetivo seja alcançado de modo a atender às demandas da administração. (p. 26).

Fonte: Dados da pesquisa (2019-2020).

A partir dos estratos notamos a classificação como um elemento forte e meio de representação da informação, dela procedendo o plano de classificação que reflete todo o contexto das atividades, pois é por meio da classificação que se visualiza o todo da instituição. Esse estrato vai ao encontro dos preceitos apontados por Schimidt e Smit (2015) ao se referir a classificação arquivística como uma informação voltada ao “contexto”, nesse caso, a informação de “fora” dos documentos que reflete o todo da sua produção, diferente da informação de “conteúdo” interna ao documento.

Outro ponto de destaque é a classificação na Gestão de Documentos como uma etapa de abertura aos demais procedimentos. Nesse aspecto, é que Sousa (2007) sinaliza que antecedendo o processo de classificação é necessário compreendermos as hierarquias e relações de subordinação da instituição, por isso, a classificação dá abertura as demais atividades, pois é atribuído um percurso para o documento.

Destaca-se também é que a informação tratada na Arquivologia tem um processo comunicacional específico colocada através do registro das atividades dos documentos e suas evidências, sendo por meio da representação que refletirmos essa dimensão comunicacional. A informação arquivística aparece como um informação orgânica.

Indo para a P6, encontramos um aprofundamento mais amplo no estudo, pois procurou compreender, a priori, o discurso da Arquivologia por meio de alguns teóricos da Espanha, Canadá e Brasil e, traçando um percurso teórico e prático na questão da representação arquivística (expressão utilizada na pesquisa para referenciar à classificação e descrição), considerando essa designação por meio da definição de Yakel (2003).

Foi apontado que o surgimento da pesquisa se deu visando aprofundar as relações entre os discursos acadêmicos e institucionais no que tange à representação arquivística. Por meio da análise do discurso (de matriz francesa) são destacadas duas formações discursivas através de alguns teóricos do Canadá, da Espanha e do Brasil, após análise destaca-se uma primeira formação discursiva chamada de “moderna” e uma segunda de “pós-moderna funcional”.

Por meio das duas formações discursivas destacou alguns elementos que as diferenciam: a primeira com traços oriundos da Diplomática, Paleografia e História, com aspectos positivistas, visando a elaboração de normas; a segunda, envolvendo mais questões sociais, políticas, cidadania, transparência, busca de relações interdisciplinares, preocupação com os registros eletrônicos e busca pelo fator científico da Arquivologia. Mesmo destacando diferenças nessas formações, há uma ressalva na pesquisa quanto a observação dessas formações discursivas que não podemos olhá-las como se a segunda fosse mais evoluída que a primeira.

Quadro 6 – Estratos da P6

ESTRATO 1	ESTRATO 2	ESTRATO 3
[...] a Descrição e a Classificação, por suas características conceituais e práticas, são atividades cruciais na teoria e prática Arquivísticas, uma vez que, desde o uso da diplomática com base para a representação dos documentos, são as funções que respondem ao que leva à construção e constituição de arquivos em primeira instância (p. 22).	Existe, então, um traço ideológico que separa a Arquivística moderna da pós-moderna, mas isso não ocorre nas palavras ou nos conceitos, e sim na discursividade, ou seja, só se pode dizer isso pelo histórico que foi construído ao longo da tese, o discurso é a materialidade destes traços histórico-conceituais, demarcados pela atuação da ideologia (p. 172-173).	De um lado, o arquivista visto como um agente passivo do processo, incluindo o processo de representação da informação; do outro, o arquivista compreendido como um agente ativo do processo de organização e significação dos arquivos (p. 173).

Fonte: Dados da pesquisa (2019-2020).

No primeiro estrato a classificação e a descrição são apresentadas como atividades de representação dos documentos arquivístico, mas adentrando desde do percurso histórico que se desenvolve junto a diplomática. Desde que os documentos eram baseados em aspectos diplomáticos a descrição e classificação se demonstra como funções de abertura de constituição dos arquivos.

Adiante em outro estrato visualiza-se uma projeção realizada na pesquisa por meio da análise de discurso e, através dela, o olhar analítico do pesquisador em estabelecer caminhos sobre a construção histórico-conceitual da descrição e classificação. Essa construção foi observada levando em conta alguns escritos em momentos diferentes, mas que carregam traços e ponto que se interconectam.

Na formação discursiva moderna o estrato destaca o arquivística no processo de representação da informação, envolvendo questões de acesso, transferência, dinamização da informação, sendo que na segunda pós-moderna funcional fica claro que este profissional se voltar para organizar, compreender e construir significados perante os arquivos.

Podemos discutir acerca dos momentos e as preocupações diferentes do arquivista, Por exemplo, na perspectiva de avaliação apontada por Schellenberg (2008) ele condiciona os documentos ao processo de seleção por meio de valores, salientando que o valor secundário é de interesse de um usuário em específico que pode procurar tais documentos, todavia, mesmo condicionando tal abertura de acesso, Cook (2018), afirma que as perceptivas pós-modernas aproximam com mais intensidade esse usuário, ou melhor: indivíduos, grupos e sociedade aos arquivos. Nesse ponto, o arquivista serve como profissional de constituição de significados perante os documentos.

Tratando-se da P11, apontamos outro nível de aprofundamento na descrição com foco no “conteúdo”. O estudo apresentou que os meios descritivos dos documentos necessitam de uma ampliação e essas possibilidades, principalmente pela modificação das tecnologias digitais exigem representações mais completas. Assim, destaca-se as correntes teóricas do Tratamento Temático da Informação (TTI): catalogação de assunto, indexação e análise documental. Com esse olhar, analisa instrumentos de descrição de alguns países como meio de identificação de possíveis relações dessas correntes.

Após análise dos instrumentos normativos visualizou-se que em certos momentos há direcionamentos sobre a descrição com foco no “conteúdo” em documentos arquivísticos envolvidos pelas vertentes apontadas pelo o TTI. Dessa forma, salienta a necessidade de diálogo da questão do “conteúdo” através da descrição arquivística envolvidas aos anseios postos pelas correntes de tratamento temático na Ciência da Informação.

Quadro 7 – Estratos da P11

ESTRATO 1	ESTRATO 2	ESTRATO 3
Assume-se que a complementaridade das vertentes teóricas de TTI seria o modelo adequado de características a serem contempladas em Instrumentos Normativos de Descrição Arquivística, para que ofereçam subsídio necessário para o desenvolvimento de processos, instrumentos e produtos da descrição de conteúdo. (p. 30).	Considerando a compreensão e caracterização das vertentes do Tratamento Temático da Informação e da Descrição Arquivística fica claro que os estudos e a prática da descrição arquivística abrange a representação da informação, tanto em sua dimensão descritiva quanto em sua dimensão temática (p. 66).	[...] é possível fazer algumas considerações com base no referencial teórico utilizado, em que se percebem traços comuns entre a descrição de conteúdo e a descrição arquivística , pois possuem o mesmo objetivo e compactuam a compreensão de que a descrição é feita durante todo o ciclo informacional e/ou documental . Em nosso entendimento, podemos afirmar que a descrição arquivística pode sim ser compreendida como representação da informação . (p. 65).

Fonte: Dados da pesquisa (2019-2020).

Por meio dos estratos percebemos pontos que afirmam ser a descrição voltada para aspectos descritivos e temáticos. Essa idealização se dá através do sentido que as correntes teóricas do TTI oferecem como subsídio para compreendermos mais a fundo o conteúdo documental a partir da descrição. Novamente, podemos citar os estudos Schmidt e Smit (2015) já apontado na P5 que foca na classificação (informação de contexto). O estrato da P11 deixa claro maiores aprofundamento perante a descrição que, podemos relacionar como informação de “conteúdo” que é apontado pelas autoras como o elemento intrínseco do documento.

Destaca que é possível compreender a descrição tanto na sua dimensão temática como na dimensão descritiva. Assim, as correntes do TTI projetam elementos comuns para descrição arquivística, segundo o estrato terceiro, indo mais além notando a descrição como uma atividade de representação da informação e que deve ser aplicada em todos os ciclos de informação documental. É apontado por Guimarães (2009) que a questão temática se preocupa com o teor do documento. Ou seja, as correntes teóricas de TTI trabalhadas no âmbito da Ciência da Informação, de acordo com os estrato e a pesquisa, pode ajudar no aprofundamento da dimensão temática nos documentos arquivísticos.

Com as pesquisas apresentadas é possível encontrar algumas similaridades entre a P5, P6 e P11, a iniciar pelas expressões para referenciar as formas de representação na Arquivologia, em específico a P5 e P6: a primeira, “representação da informação arquivística”, salientando ser essa informação como específica e orgânica; a segunda, “representação arquivística”, considerando a tradução oriunda da conceituação de Yakel (2003), assumida como identidade do estudo.

Talvez a utilização da informação na questão identitária da representação nas pesquisas pode ser demarcada pela própria trajetória da Arquivologia no Brasil. Marques (2005), esclarece que o desenvolvimento no terreno Brasileiro tem muita influência da atuação nas relações com outras disciplinas que também envolveu o engajamento do Arquivo Nacional e a aproximação com a Ciência da Informação.

É nessa relação que aparece a questão interdisciplinar com a Ciência da Informação, principalmente na P11 quando aborda as correntes teóricas do TTI, citadas nesta dissertação, por meio de Guimarães (2003), ligadas ao conteúdo documental e, a P5, quando retrata vizinhanças epistêmicas em áreas como história, administração, Ciência da Computação e, no caso da representação nos arquivos, por vínculos mais fortes com a Ciência da Informação e Linguística Documentária.

Outro ponto, são os laços principalmente motivados pelas correntes do Canadá, os quais a P5 resgata as premissas da Arquivologia integrada que traz a informação como centro nos arquivos, falando da informação arquivística como orgânica refletida na produção, função e fatos que servem como particularidades dos documentos arquivísticos.

Quanto a isso, Silva (2012) afirma que em meados da década de 90 impulsionado pelo desenvolvimento tecnológico os arquivos passaram com o que ele chama de emergência da abordagem informacional. Assim, afirma que a “[...] informação arquivística representaria um deslocamento que ampliaria o domínio arquivístico para além dos programas de controle e descrição dos documentos.” (SILVA, 2012, p. 40).

A P6, por meio das formações discursivas demonstra relações com a P5 e P11, por exemplo, na segunda formação discursiva destaca profissionais preocupados na organização e percepção dos documentos, nas relações com outras áreas de conhecimento e no processo de organização de significados nos arquivos. Nesse aspecto, observa-se que na P11 buscou-se aprofundar a questão da descrição de conteúdo e aproximações com as correntes de TTI, ensejando a ampliação dos meios de representação por meio da descrição arquivística e, na P6, uma abertura a partir de áreas que demarcam vizinhanças com a representação informação na Arquivologia e relações interdisciplinares realçadas por meio da classificação arquivística.

A P5, P6 e P11 são marcadas pela necessidade de diferenciação da representação no campo arquivístico, por relações com outras áreas ou por meio de elementos específicos condicionados nos contornos da classificação e descrição enquanto atividades que visam à representação da informação, embora demonstrando vieses diferentes.

6.2 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

As pesquisas desta subseção caracterizam elementos de desenvolvimento para se trabalhar aspectos digitais envolvendo metadados que específicos para os documentos, adentrando as linguagens de marcação. Também são sedimentadas pela necessidade de avançar no que diz respeito aos instrumentos de pesquisa na WEB e aperfeiçoamento em sistemas que abarcam documentos digitais e suas particularidades.

Quadro 8 – Objetivos das pesquisas da categoria 2

PESQUISAS	OBJETIVO GERAL
P2	Identificou as ações, as barreiras e as tendências na disponibilização de representações de informação, formatados na forma dos instrumentos arquivísticos de referência na internet, pelos arquivos públicos estaduais e o Arquivo Nacional do Brasil, tomando como elementos de análise das potencialidades informacionais as características que definem a Nova Geração de Instrumentos Arquivísticos de Referência.
P3	Analisou as contribuições que as linguagens de marcação possam trazer à informação arquivística, no que diz respeito à gestão e a preservação de documentos digitais.
P8	Selecionou um padrão de metadados capaz de representar a documentação do Período Colonial do Arquivo Histórico Waldemar Duarte.
P14	Investigou a Representação da Informação arquivística em ambiente da Web 2.0, com o intuito de compreender o processo de organização e apresentação da informação digital, tendo como princípio os processos de Classificação e de Descrição da Informação.
P17	Elaborou os requisitos de um modelo de descrição de informações de funções e atividades de processos judiciais para Sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos (SIGADs) que tornem mais rápida e precisa a recuperação de informações em apoio aos julgamentos feitos pelo Poder Judiciário, garantindo ao mesmo tempo o acesso à justiça.

Fonte: Dados da pesquisa (2019-2020).

A P2, utiliza-se a expressão “representação da informação arquivística”, em outro momento “representação arquivística”, a partir do entendimento de Yakel (2003). Com foco nas transformações viabilizadas pela WEB. 2 e nas formas dos instrumentos de referência no contexto arquivístico partiu de uma análise nos arquivos públicos estaduais e no Arquivo Nacional visando compreender uma nova geração de instrumentos arquivísticos.

É importante destacar, antes de tudo, que no estudo observa-se as formas de representação na internet que consequentemente mudou o contexto de busca da informação, residindo a necessidade de ampliar os processos de interação com os usuários de forma mais participativa.

Quadro 9 – Estratos da P2

ESTRATO 1	ESTRATO 2	ESTRATO 3
Produtos dos processos de representação da informação, como a descrição arquivística, os tradicionalmente chamados instrumentos de pesquisa são aqueles que informam ao pesquisador acerca do contexto e conteúdo dos conjuntos e unidades documentais de um determinado acervo arquivístico de valor secundário (p.12)	O processo de representação da informação arquivística é de grande importância para a ação posterior de recuperação. Tal prática é denominada descrição arquivística já há muito, consistindo em um processo de criação dos chamados instrumentos de pesquisa [...]. (p.12)	[...] os instrumentos de pesquisa são representações de uma documentação histórica que passaram pelos processos de arranjo e descrição onde, respectivamente, foram definidas lógica e fisicamente a organização dos documentos e produzidos os elementos descritivos do acervo. (p.12)

Fonte: Dados da pesquisa (2019-2020).

Por meio dos estratos a representação da informação na Arquivologia aparece como um processo permeado pela descrição e como consequência a geração dos instrumentos de pesquisa que representam um documento, conjunto ou acervo por completo. A pesquisa trabalha uma necessidade de identificar novos formatos de instrumentos de pesquisa através da internet nos arquivos estaduais e Arquivo Nacional.

A ideia que se tem sobre a representação da informação é focada na descrição de documentos, seguindo uma percepção apontada por Bellotto (2006) quando aponta os instrumentos servem como projeção do arquivos, em diferentes níveis. Ou seja, os documentos seguem o fluxo da corrente Norte Americana (teoria das três idades) que, em sua fase permanente possui valor histórico, probatório e informativo. Além disso, no último estrato percebe-se que para realização dos instrumentos os documentos seguem um arranjo estabelecido para que se mantenha toda lógica de organização.

Diferente da P2 que foca na descrição e instrumentos de pesquisa, a P3, direciona-se para ferramentas de classificação, mas partindo de uma ideia em que a linguagem de marcação pode permitir benefícios para a gestão e preservação dos documentos arquivísticos digitais. Procurou-se no contexto da Web semântica saber as possíveis relações das linguagens de marcação com a gestão arquivística digital e a padronização de arquivos digital na linguagem XML. Na pesquisa um aspecto marcante é o envolvimento com as tecnologias digitais que demonstra uma ampliação nas formas que devemos lidar junto aos documentos arquivísticos e sua representação, respeitando especificidades estruturada pela organicidade.

Assim, a pesquisa mostrou elementos da linguagem de marcação (XML) e a modelagem da web semântica como contributo para o gerenciamento de documentos arquivísticos, em específico nos instrumentos de classificação (planos de classificação e tesouros), estreitando as relações entre a Arquivologia e a Tecnologia da Informação.

Quadro 10 – Estratos da P3

ESTRATO 1	ESTRATO 2	ESTRATO 3
No ambiente digital, os metadados e as linguagens de marcação têm apresentado suporte eficiente que permite a apresentação, representação e recuperação da informação orgânica registrada nos documentos arquivísticos. (p.35). Os metadados são essenciais ao tratamento da informação orgânica em todos os três estágios do ciclo de vida documental. Podem ser utilizados para descrever conteúdo, contexto e estrutura dos documentos de arquivo, tanto nos suportes analógicos, quanto nos digitais (p.36).	Para permitir a apresentação de um documento digital, as linguagens de marcação fornecem instrumental metodológico para a formatação da estrutura documental, podendo estender-se desde os elementos textuais e imagéticos inseridos no documento, até a representação de um formato de arquivo digital, a fim de ser interpretado e apresentado por uma ferramenta de software (p. 42).	[...] o plano de classificação e o tesauro se complementam enquanto ferramentas de vocabulário controlado, trazendo maior expressividade a todo o processo de representação e recuperação da informação orgânica nas fases corrente e intermediária, além de trazer grande reflexo à guarda permanente. (p.103). [...] as linguagens de marcação trazem benefícios incontestes à informação orgânica, no que tange a representação de planos de classificação e de tesauros para automação do fluxo informacional em arquivos correntes e intermediários, por meio de sistemas digitais de gestão de documentos (p.121).

Fonte: Dados da pesquisa (2019-2020).

Considera-se na pesquisa que os documentos arquivísticos necessitam de metadados específicos, estes ligados ao contexto e estrutura. Nas fases iniciais (corrente e intermediária), os metadados devem ser direcionados de acordo com a produção daí entrando em cena à classificação e, na fase permanente, deve refletir uma conduta voltada para o acesso e a preservação em longo período. Assim como o estrato, Rondinelli (2013) vem afirmar que os metadados são como informações que demarcam identidade ao documento arquivístico digital, observando os elementos que os compõem.

Por meio dos estratos nota-se que as linguagens de marcação podem contribuir como um instrumento a partir dos metadados centrados no conteúdo, contexto e estrutura dos documentos. Mais uma vez a classificação como informação de contexto, conforme afirmam Schmidt e Smit (2015).

Outro ponto citado nos estratos é plano de classificação como fundamental, pois representa relações entre as atividades, juntamente com os tesauros como ferramentas de vocabulário controlado. Nesse intermédio, as linguagens de marcação aparecem como meio e benefícios por trazer questão particulares para os documentos, ou seja ao vínculo arquivístico,

o qual Duranti (1997) afirma ser um elemento para identificarmos as diferenças entre os documentos, assim mantendo a organicidade.

Percorrendo mais as pesquisas desta subseção, encontramos na P8, a expressão “representação da informação arquivística” com foco na descrição e padrões de metadados arquivísticos. A pesquisa traz uma preocupação em criar segmentos descritivos e temáticos na documentação do período colonial de caráter permanente de um acervo em específico.

Como tratou de uma documentação na fase permanente nota-se uma preocupação da representação descritiva como manutenção dos fundos arquivísticos. A proposta da criação do conjunto de metadados de acordo com a pesquisa voltou-se tanto para os aspectos descritivo como temático, salientando que a representação da informação deve seguir mecanismos em consonância com os usuários e que as tecnologias servem como viabilizadora dessa intermediação.

A pesquisa ressalta a disponibilização dos documentos pela *web* por meio de elementos descritivos e metadados; na representação temática, salientou a criação de política de indexação, utilização de vocabulários controlados e a construção de resumos informativos.

Quadro 11 – Estratos da P8

ESTRATO 1	ESTRATO 2	ESTRATO 3
[...] representação descritiva é realizada através do delineamento de metadados para a exposição de informações relevantes aos usuários, sendo criados padrões arquivísticos possibilitando a descrição multinível, ou seja, a explanação sobre o fundo, seção, sério, subsérie, dossiê/processo e/ou item documental (p.75)	A representação não pode ser admitida como uma atividade finda, concluída. Faz-se crer que ela requer, de tempos em tempos, revisões principalmente das documentações que são incorporadas em fundos abertos, pois ela necessita que as relações entre os documentos, anteriormente incorporados, apresentem relações com os atuais inseridos e que, portanto, por se tratarem de produções temporais distintas revelam um cuidado linguístico (p.112)	Quando a representação da informação, não segue mecanismos reguladores que estejam em consonância com o perfil de usuários atendidos pela instituição, assim como o regulamento da instituição mantenedora do acervo, corre o risco na perda informacional (p.150)

Fonte: Dados da pesquisa (2019-2020).

Na pesquisa há uma diferenciação da representação descritiva da temática. Por meio dos estratos nota-se a representação descritiva a partir da criação de padrões que devem respeitar a descrição multinível, ou seja, descrevendo da maior unidade (geral) ao particular (item documental), como esclarece Bellotto (2006). Assim como assumimos uma divisão entre

representação temática e descritiva nesta dissertação, o estudo também vai ao encontro dessa divisão colocada por Mayone, Silveira e Tálamo (2011).

Outro ponto tocado é o diálogo com o usuários a partir do conhecimento das informações que seriam relevantes para eles. A representação da informação também é citada como algo cíclico e de constante atualização, pois como são inseridos documentos com o tempo torna-se pertinente revisar os meios de representação. Nesse aspecto, podemos citar a dimensão estratégica relacionando-a com essa afirmativa, pois no processo de análise da informação, Baptista, Araújo Júnior e Carlan (2010) destacam que envolvem todo o meio que antecede a informação disponível, nesse caso adentram condutas e políticas colocadas perante o acompanhamento das informações.

Indo para a P14, utiliza-se a expressão “representação da informação arquivística” e partiu do pressuposto da compressão dessa representação visualizada por meio da classificação e descrição no meio digital. Abordou-se a questão da descrição e normatização dos arquivos através do AtoM (software livre de descrição arquivística) que destaca como sendo um sistema de representação da informação por meio da descrição.

Para a pesquisa, o objetivo da descrição é proporcionar o acesso aos documentos por meio dos instrumentos de pesquisa e que as potencialidades oferecidas pelo AtoM é uma necessidade e característica promovidas pela *Web*. As normas de descrição em conjunto a isso, de acordo com a pesquisa serve como orientação para estruturar a informação. Então, a utilização do software amplia possibilidades de acesso dos documentos arquivísticos.

Quadro 12 – Estratos da P14

ESTRATO 1	ESTRATO 2	ESTRATO 3
A descrição é a representação de um objeto ou informação e tem a função de dar significado ao objeto representado. Ao mesmo tempo, o estabelecimento da norma viabiliza a criação de relações e de interoperabilidade. Essas atividades e normas, aplicadas aos sistemas Web de informação, contribuem para a construção de relações, pois a máquina “saberá” ou terá o “conhecimento” sobre o que significa e a que se refere determinado recurso. (p.13)	O objetivo final de uma descrição arquivística é proporcionar o acesso à representação dos documentos de arquivo por meio de instrumentos de pesquisa, que é semelhante ao objetivo final do AtoM: proporcionar o acesso à representação da informação se dá diretamente na Web. (p.13)	As normas de descrição e o AtoM apresentam aspectos de compatibilidade, pois facilitam o acesso à informação e à construção de suportes de descrição arquivística. Possibilitam, ainda, o intercâmbio de informações, o que contribui para a interoperabilidade entre sistemas e para seu uso na Web. (p.13-14)

Fonte: Dados da pesquisa (2019-2020).

Por meio dos estratos observamos uma questão da descrição para o ambiente digital mantendo-se a essência que é o acesso ao documentos. Ela aparece como um processo de dar significado e, por meio das normas de descrição, aplicado ao sistemas pode estabelecer relações.

Nesse sentido, a descrição oferece a manutenção da relação entre os documentos, com isso, podemos citar esta descrição, ao momento contemporâneo apontado por Llanes Padrón (2016) em que diz se aproximar mais aos princípios arquivísticos (proveniência e ordem interna) e do caráter orgânico. Esse último aspecto, é colocado quando o estudo em questão, por meio do estrato, aponta o objeto final da descrição e do AtoM demonstrados através da representação de informações por meio da Web respectivamente, proporcionando uma maior interação e diálogo entre os sistemas.

A P17, também parte da ideia que os documentos digitais têm exigido outros elementos no que tange à representação da informação. Considerou que os aportes da linguagem de marcação e da engenharia de documentos em processos judiciais amplia essa segmentação na recuperação da informação em meio digital. A partir da avaliação de modelos de representação da informação de processos judiciais foram identificadas algumas lacunas que, de certa forma, desconsiderava elementos específicos dos processos judiciais.

Quadro 13 – Estratos da P17

ESTRATO 1	ESTRATO 2	ESTRATO 3
A Classificação arquivística é essencial para o agrupamento dos documentos em grupos distintos a partir de suas características comuns entre si, uma necessidade para a adequada representação de processos judiciais. E a Descrição arquivística permite a identificação de informações em diferentes níveis de detalhamento para explicar o contexto em que o documento foi criado, o que se revela fundamental para representar os processos judiciais em especial no que se refere às atividades exercidas (p.160).	Com base na Engenharia de Documentos, Diplomática e Tipologia documental , podemos ir além para sugerir que os tipos documentais eletrônicos transacionais determinem para o produtor do documento não só as formas de apresentação, de representação e de indicação de pontos de acesso, mas também os seus conteúdos pré-determinados de acordo com a atividade selecionada. Uma vez estabelecido o modelo do processo de negócio, as alternativas de atividades colocadas à disposição do autor do documento são finitas e geram por consequência uma lista pré-concebida de documentos preenchidos com as informações definidas pelas regras do processo de negócio (p. 205)	A Criação de Informação como função arquivística destaca a importância planejamento prévio para que os sistemas de informações produzam documentos com qualidade, validade, credibilidade e sustentabilidade. A produção de documentos sem nenhum padrão , que não derivam de nenhuma espécie ou tipos definidos, inviabilizam uma representação adequada das informações de processos judiciais (p. 224).

Fonte: Dados da pesquisa (2019-2020).

A classificação aparece como responsável de juntar os documentos por meio de características comuns ligadas as funções e atividades. Sendo a descrição um processo que explica o contexto da criação do documentos. Mais um vez, a afirmativa liga-se ao preceitos colocados por Schmitd e Smit (2015), nesse caso, a classificação como uma informação de “fora” do documentos serve como distribuição refletido pela estrutura da instituição e, a descrição como informação “dentro” serve para explicar a produção documental.

Observa-se também que a partir da ótica da Engenharia de Documentos, a Diplomática e da Tipologia Documental é possível a apropriação da representação dos documentos, principalmente em processos judiciais para pré-estabelecer informações de acordo com a atividade. Isso, vai ao encontro do que Bellotto (2002) aponta como metodologia de tratamento do ponto de vista da diplomática que parte da autenticidade para um aspecto mais amplo e, a identificação tipológica que parte de uma questão mais ampla como a proveniência até o conteúdo, por exemplo.

Diante das pesquisas citadas nesta subseção sinalizamos alguns pontos de conexão a começar pela demonstração que o ambiente digital tem apresentando e outras demandas para aos documentos arquivísticos. Nota-se a necessidade de adequações aos modos de representação da informação, como também as aplicações dos fundamentos arquivísticos com condução nesse processo apresentado pelas tecnologias digitais.

Na P3 e na P17 notamos um envolvimento da linguagem de marcação como elemento de definição de formatos específicos, envolvidas as funções de classificação e descrição que foram destacadas em grande parte dos estudos como aspectos da representação da informação na Arquivologia. Na P2, o autor se utiliza da expressão “representação da informação arquivística”, em outro momento “representação arquivística”, encontrando a mesma expressão na P8: “representação da informação arquivística” voltada especificamente ao contexto descritivo e temático e, na P14, “representação da informação arquivística”.

Um fator vinculante maior são envolvimento das tecnologias digitais na representação da informação na Arquivologia, respeitando seus respectivos recortes. Uma característica pertinente são preocupações envoltas da transposição dos documentos físicos para os digitais e a necessidade de diálogo com a área de tecnologia da informação, mas no respeito dos primados arquivísticos, seja por meio de metadados específicos, envolvimento da diplomática e tipologia documental, linguagem de marcação e aspectos que não perdem as bases das funções classificação e descrição.

6.3 METODOLOGIAS E INSTRUMENTOS AUXILIARES

Quadro 14 – Objetivos da pesquisas da categoria 3

PESQUISA	OBJETIVO GERAL
P7	Buscou verificar a utilização da Diplomática Contemporânea, da Análise Documental, e do Percurso Gerativo de Sentido como procedimentos metodológicos para auxiliar na representação da informação do documento de arquivo, além de contribuir para discussões e aprofundamento na área sobre a representação do documento de arquivo, ao se visar à elaboração de pontos de acesso.
P10	Analizou a norma de descrição arquivística ISAAR (CPF) que trata da descrição de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias, em conjunto com a norma ISO 25964- 2011 que trata da elaboração de vocabulários controlados.

Fonte: Dados da pesquisa (2019-2020).

A P7, utiliza a expressão “representação do documento arquivístico”, focando na questão interdisciplinar da representação da informação na Arquivologia com a Ciência da Informação e Linguística, ampliando esse processo a busca de procedimentos metodológicos que podem ajudar na representação da informação. Partiu da ideia que a “Diplomática Contemporânea”, a “Análise Documental” e o “Percurso Gerativo de sentido” podem auxiliar na elaboração de pontos de acesso, pois localizam elementos relevantes que estruturam um documento arquivístico. Utiliza-se a sigla CAP como Campo de Atuação Profissional que alguns atores da Ciência da Informação apontam como subárea da Ciência da Informação, a falar: biblioteconomia, museologia e Arquivologia.

Além de apontar essa metodologia como processo auxiliar na representação dos documentos arquivístico, faz algumas considerações sobre a descrição de documentos que gera os instrumentos de pesquisa, baseados em normas que refletem a estrutura e caracteres intrínsecos do conteúdo documental, afirmando ser pontos de acesso.

Quadro 15 – Estratos da P7

ESTRATO 1	ESTRATO 2	ESTRATO 3
A Diplomática Contemporânea é utilizada no CAP da arquivologia, como método que auxilia na identificação e verificação do contexto em que o documento foi elaborado, a análise do contexto ocorre por meio dos elementos intrínseco e extrínseco da estrutura textual e da forma do documento, que remete a etapas de sua elaboração (p. 19).	Análise Documental (AD) é mais acentuada pelo CAP da Biblioteconomia, em um primeiro momento sua utilização se dava para leituras de textos técnicos ou científicos, com a finalidade de se conhecer seu conteúdo para representá-los (p.20).	O Percurso Gerativo de Sentido também permite identificar os elementos textuais que virão a servir para a representação da informação, esta metodologia apresenta três níveis de análise, sendo eles: fundamental, discursivo e narrativo, todos são distintos em sua forma de análise, porém existe uma interdependência entre eles para que haja a construção de sentido do texto (p.20).

Fonte: Dados da pesquisa (2019-2020).

Os estratos iniciam destacando os aspectos diplomática contemporânea para auxiliar na identificação do contexto do documento. Vale citar Rodrigues (2012) que afirma a diplomática nesse momento está mais preocupada com contexto de produção, aos primados da Arquivologia, ou seja, focada na tipologia documental. Em um segundo momento, menciona a Análise documental como meio de adentrar no conteúdo documental visando sua representação. Podemos relacionar essa análise documental, ao que Rodrigues (2008) aponta como “identificação arquivística” que visa compreender o contexto, conteúdo e relações orgânicas dos documentos ampliando esse entendimento também para registro mais complexos como os documentos digitais. Já o percurso gerativo de sentido vem auxiliar, segundo o estrato, na questão semântica e sentido do texto.

Longo, a Diplomática Contemporânea, a Análise documental (dividida por duas etapas de análise: analítica e sintática) e o Percurso Gerativo do sentido aparecem como base metodológica para lidar com a representação em documentos arquivísticos: na criação de pontos de acesso do documento arquivístico para campos específicos.

A P10, utiliza a expressão “representação da informação arquivística” e foca nos vocabulários controlados como meio que pode contribuir para representação do documento arquivístico. Considera que o documento arquivístico possui determinada linguagem que necessita de um padrão terminológico para facilidades na recuperação da informação.

Quadro 16 – Estratos da P10

ESTRATO 1	ESTRATO 2	ESTRATO 3
Tomando como princípio o caráter mediador dos arquivos, acredita-se que sem o recurso da padronização terminológica no momento da representação da informação, o fluxo informacional existente nas instituições pode ser comprometido, portanto, a utilização dos vocabulários controlados se faz necessário porque estes diminuem as ambiguidades que podem existir no momento da representação da informação. (p.14)	[...] os vocabulários controlados , na arquivística podem ser utilizados tanto em relação ao momento da representação da informação , visando colaborar com a organização da informação, como também deve ser usado no momento em que o profissional da informação estará representando as informações visando contribuir com os usuários em relação a recuperação da informação (p. 68)	Embora os vocabulários controlados sejam instrumentos que contribuam com a arquivística porque fornecem elementos que ajudam a melhorar a representação da informação, ainda são consideradas poucas as reflexões entre a arquivística e os vocabulários controlados; de modo geral, essa aproximação é mais comum nas áreas da biblioteconomia e documentação (p. 96).

Fonte: Dados da pesquisa (2019-2020).

Nos estratos observa-se uma preocupação que advém da necessidade de se padronizar a variedade de documentos arquivísticos dentro de uma instituição por meio da incorporação de vocabulários controlados para representação da informação na Arquivologia. A padronização das linguagens presentes nos documentos facilita a comunicação entre usuários, possibilitando maior recuperação.

Diante desse fato, citamos em conjunto aos vocabulários controlados as linguagens documentárias que Torres e Almeida (2015) apontam como meio de construção que facilita o diálogo entre documento e leitor. Nesse meio, adentram os vocabulários controlados a partir de padronização e escolha do termo que representa os documentos têm-se um controle da diversidade de termos que podem ser recuperados os documentos (ISOTANI; BITTERNCOUT, 2015).

As pesquisas apresentadas nesta subseção apontam meios de auxílio para atividades de representação na Arquivologia. A P7, metodologias específicas focada na estrutura dos documentos e na criação de pontos de acesso; a P10, por meio da extração de termos localizados nos documentos de subsidiar o controle terminológico nas instituições, através dos vocabulários controlados, ambas demonstrando expressões específicas: a P7, “representação do documento arquivístico” e, a P10, “representação da informação arquivística”.

6.4 POLÍTICAS E MEIOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Quadro 17 – Objetivos das pesquisas da categoria 4

PESQUISAS	OBJETIVO GERAL
P15	Investigar a atuação dos arquivos públicos estaduais do Brasil quanto à representação da informação nas funções arquivísticas de classificação, avaliação e descrição sob a perspectiva da Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011.
P16	Verificar a possibilidade de se obter parâmetros teóricos e metodológicos, através do CIA (Conselho Internacional de Arquivos) e o CONARQ (Conselho Nacional de Arquivos), com vistas à proposição de diretrizes políticas de descrição.

Fonte: Dados da pesquisa (2019-2020).

A P15, utiliza a expressão “representação da informação arquivística” partindo da compressão de como os Arquivos Público Estaduais (APE) têm se colado na questão nos implementos da Lei de Acesso à Informação (LAI), especialmente no que tange aos meios de representação da informação. Nesse contexto, englobando esse recorte da pesquisa considera-se a classificação, descrição e avaliação como funções de representação da informação na Arquivologia por garantir o acesso à informação.

No tocante a Lei de Acesso à Informação e as atividades de representação da informação encontra-se presente nos Arquivos Público Estaduais, no entanto constatou-se a falta de desenvolvimento de alguns artigos explicitados na Lei. Além desse fator torna-se importante apontar os preceitos de abertura para acesso na gestão arquivística sinalizadas nas contribuições e ampliação em perspectivas contemporâneas, destaca a pesquisa.

Quadro 18 – Estratos da P15

ESTRATO 1	ESTRATO 2
A representação da informação dos documentos correntes, intermediários e permanentes no ambiente envolto pela LAI está centrada nas atividades de classificação, avaliação e descrição, possibilitando assim a inserção e promoção dos APE como agentes promotores do acesso informacional. (p.33)	As funções arquivísticas de classificação, avaliação e descrição adentram na publicitação das informações governamentais , pois, por meio da representação que desenvolvem, permitem uma visão geral do acervo. O ciclo de vida documental, estruturado com as funções arquivísticas, incrementa a identificação e recuperação da informação, contribuindo para a difusão dos acervos e sua aproximação com a sociedade em geral. (p. 131)

Fonte: Dados da pesquisa (2019-2020).

Segundo os estratos a representação da informação na Arquivologia permeia todas as etapas do ciclo de vida dos documentos. Destaca-se que no contexto da lei de acesso à informação considera-se a classificação, descrição e avaliação como atividades de representação. São atividades ligadas à dinamização e publicidade das informações frente à sociedade.

A P16, direciona-se em saber se a partir de ações do Conselho Internacional de Arquivos (ICA) e o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) no tocante a descrição arquivística como subsidiam a políticas arquivísticas no contexto do Brasil. Quanto a representação da informação na Arquivologia aponta a descrição, classificação e avaliação utilizando-se a expressão “representação arquivística”.

Diante da análise desses dois conselhos por meio de políticas de descrição arquivística, encontrou-se algumas peculiaridades. O CIA se preocupa em criar padrões a partir das normas de descrição de maneira que haja um diálogo entre elas como uma política mais ampla, cita-se o AtoM (software livro de descrição arquivística) como meio de facilidade da organização e representação da informação digital. Quanto ao CONARQ, constata-se oferecimento nos padrões e regulamentação nas atividades de organização voltada para o acesso à informação.

Quadro 19 – Estratos da P16

ESTRATO 1	ESTRATO 2	ESTRATO 3
Na Arquivologia a descrição, juntamente com a avaliação e classificação, exerce função central e determinante nos processos de organização e representação da informação. É a partir dessas funções que se estabelecem relações de organização, controle e acesso (p. 36).	A representação da informação consiste em um processo do qual fazem parte várias fases . Essas fases consistem na atividade de tratamento da informação desde quando esta é gerada. A representação arquivística visa, dentre outras coisas olhar a informação desde suas primeiras fases perpassando pela avaliação, classificação , e finalmente e de modo mais profundo e específico, nos arquivos permanentes, a descrição (p. 36).	O que existe, em termos de políticas públicas, são ações institucionais e individuais de gestão de documentos . Muitos órgãos governamentais têm criado seus modelos de políticas de gestão de documentos com base nos princípios e métodos da Arquivologia, estas ações estão voltadas , em sua maioria, às atividades de avaliação e classificação , processos essenciais tanto aos processos de gestão quanto de representação de documentos e da informação (p.56).

Fonte: Dados da pesquisa (2019-2020).

Por meio dos estratos o destaque vai para as atividades de representação da informação na Arquivologia, a citar: a classificação, avaliação e descrição. Sendo que a representação deve ser aplicada em todas as fases documentais passando pela classificação e avaliação e que a descrição de maneira específica foca na representação arquivística.

Na P15 e P16 observa-se a consideração de outra atividade de representação da informação na Arquivologia, diferente de outras pesquisas citadas nas subseções anteriores, a avaliação. Na duas, a avaliação serve como instrumento ligado a política e acesso a informação. Tanto a P15 quanto a P16 encontramos expressões para o processo de representação da informação na Arquivologia: a primeira, “representação da informação arquivística” e a segunda “representação arquivística”.

Existe uma relação no sentido das duas pesquisas envolvendo preocupações quanto à questão da política de acesso à informação, ainda que a primeira visualize a partir da lei e de forma mais prática vinculada aos arquivos públicos municipais e, a segunda pesquisa, sobre os fomentos e ações elaboradas pelo CIA e CONARQ na política de descrição arquivística, envolvendo também um aspecto de publicização das informações.

Talvez, por isso que no recorte das pesquisas constata a avaliação como instrumento de representação, pois por meio dela é possível selecionar documentos que ficaram em uma instituição dando abertura para outras atividades como a classificação e descrição. Todavia cabe salientar que a avaliação sobreposta na lei de acesso à informação também está condicionada a seleção dos documentos quanto a classificação de graus de sigilo.

6.5 PROPOSTAS E PRODUTOS

Quadro 20 – Objetivos das pesquisas da categoria 5

PESQUISAS	OBJETIVO GERAL
P12	Propôs um conjunto de entidades para representação temática de documentos arquivísticos, com base no modelo conceitual FRSAD.
P13	Propôs a representação descritiva de documentos tridimensionais, especificamente as medalhas recebidas do José Simeão Leal (JSL).
P4	Analizou o código de classificação de documentos de arquivo da Fiocruz (CCDA-Fiocruz) enquanto instrumento de organização e representação da informação arquivística em uma instituição pública com a missão de produzir, disseminar e compartilhar conhecimentos e tecnologias voltadas para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Fonte: Dados da pesquisa (2019-2020).

A P12, utiliza-se da expressão “representação temática de documento arquivístico”. Trata-se da representação temática de documentos arquivísticos, subsidiada por meio de uma proposta a partir dos modelos conceituais da família dos Functional Requirements (FR family), especificamente o modelo de representação de assunto, o Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD). Destaca-se a descrição e a classificação como formas de representação da informação na Arquivologia.

Salienta-se a necessidade do vasto campo quando trata da representação temática na ambiência dos arquivos e diálogo com outras áreas do conhecimento. Após verificação dos modelos conceituais notou-se algumas características dos documentos arquivísticos na representação temática: a) deve se basear no princípio da Proveniência e na característica da Organicidade; b) é realizada com base nas funções da Classificação e Descrição Arquivística e; c) está vinculada aos níveis de descrição

Quadro 21 – Estratos da P12

ESTRATO 1	ESTRATO 2	ESTRATO 3
A organização e representação da informação na Arquivologia são desenvolvidas com maior ênfase nos processos de classificação e descrição. A classificação diz respeito à ordenação intelectual e também física dos documentos, de forma hierarquizada e explicitando as relações entre eles. Já a descrição arquivística refere-se à organização e representação da informação e objetiva gerir e recuperar os documentos (p.21).	[...] a descrição é um processo de organização e representação da informação dos documentos arquivísticos que parte da análise e síntese para criar representações, com vistas à gestão documental com diferentes finalidades (p. 21).	O usuário dos arquivos, com a representação temática, recebe um lugar de destaque, com a preocupação da construção de representações que suportem o processo de recuperação desses documentos, com qualidade. E a Arquivologia, no estudo e aprofundamento desses processos, abre um espaço profícuo de discussão e interação científica (p. 93).

Fonte: Dados da pesquisa (2019-2020).

De acordo com os estratos as atividades de classificação e descrição possibilitam meios de representação da informação na Arquivologia. A classificação mais como uma definição de relações e hierarquias e, a descrição como atividade que criar caminhos para recuperação dos documentos partindo da análise e síntese das informações. No caso, da representação temática, fica claro que um aspecto importante tanto para avançar nos aspectos científicos nos arquivos como ampliar os meios de representação para os usuários.

Diferente da P12, a P13, utiliza a “representação da informação arquivística”, por meio da descrição em documentos tridimensionais (medalhas) do acervo de José Simeão Leal. Destaca-se a necessidade da Arquivologia se aprofundar em questões da representação em acervo pessoal, assim a proposta versou sobre a criação de padrões de metadados.

Baseou-se na ISAD (G), NOBRADE e a AACR2 para a construção do material descritivo das medalhas, por meio de fichas descritivas. Essas fichas elaboradas na pesquisa são destacadas como meios que podem servir para trabalhos dispostos pelas tecnologias e como fonte de informação para os elementos informativos que foi estruturado do acervo pessoal.

Quadro 22– Estratos da P13

ESTRATO 1	ESTRATO 2	ESTRATO 3
A representação descritiva, ou descrição física , objetiva subtrair as características físicas de um documento, através da identificação de informações específicas , utilizando padrões e normalizações para estabelecer um conjunto de dados capazes de referenciar precisamente cada documento e de lhes atribuir um caráter único, de exclusividade, que possa auxiliar numa posterior recuperação e visualização do documento pelos usuários do arquivo (p. 22).	[...] para fazer a representação descritiva das medalhas a conteúdo, foi necessário elaborar os metadados , porque os padrões de metadados arquivístico existentes ainda não contemplam a normalização para documentos tridimensionais (p. 24).	[...] cabe à própria Arquivologia fornecer a metodologia para a organização e a representação dos arquivos , inclusive dos pessoais, de modo que as particularidades que os individualizam sejam compreensíveis para a sociedade e preservadas no decorrer dos anos (p. 49).

Fonte: Dados da pesquisa (2019-2020).

Pelos estratos os norteamentos da pesquisa foi entorno de objetos tridimensionais permeados pela representação descritiva que tem como objetivo o estabelecimento de informações precisas sobre determinado documento. De acordo com o terceiro estrato é apontado que a Arquivologia tem responsabilidade na criação de metodologias específicas perante os documentos, em especial os pessoais.

A P4, também utiliza a expressão “representação da informação arquivística” como identidade na pesquisa. A pesquisa foi uma análise do código de classificação do arquivo da Fiocruz (CCDA-Fiocruz) que é apontado como um instrumento de representação da informação arquivística (expressão utilizada no estudo) visando compreender as formas e adequação as necessidades da Fundação Oswaldo Cruz.

Quadro 23 – Estrato da Pesquisa 4

ESTRATO	
A preocupação da esfera pública em sistematizar a organização e recuperação da informação, aliada ao interesse em resguardar a memória através da preservação de seus acervos documentais, levou a administração pública e órgãos subordinados a elaborar instrumentos de organização e representação do conhecimento visando o melhor desempenho dos processos de gestão pública em geral (p. 46)	

Fonte: Dados da pesquisa (2019-2020).

A maior motivação da reflexão da pesquisa está representada no estrato que é no ponto de preocupação de como as informações dos documentos são representadas na sociedade, especialmente na adequação e fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Assim, o código de classificação seria um meio que adequa as informações para o meio social.

Como apresentado nesta subseção, notamos que as pesquisas aqui inseridas demarcam elementos particulares acerca de busca de respostas para adaptações a partir da ampliação do acesso à informação. Na P12, com preocupações de proposta referente à representação temática nos arquivos, observando os princípios arquivísticos e, a partir dessa ampliação fortalecendo a questão científica do Campo; a P13, quando propõe a partir de fichas descritivas para um acervo pessoal, especificamente em objetos tridimensionais que ainda no escopo da Arquivologia busca-se discussões para esses dois segmentos e, por último a análise do código de classificação da Fiocruz (CCDA-Fiocruz) compreendendo as possíveis relações com os princípios da teoria da classificação dos sistemas de classificação bibliográficas.

6.6 INTERSEÇÕES COM A BIBLIOTECONOMIA E A MUSEOLOGIA

Quadro 24 – Objetivos das pesquisas da categoria 6

PESQUISAS	OBJETIVO GERAL
P1	Comparou entre as normas utilizadas para a descrição de documentos da biblioteconomia (AACR2) e as normas descritivas da arquivologia (ISAD(G)), entendendo antes, como essas normas foram desenvolvidas, qual o conceito de documento para as duas áreas e de que forma o documento fotográfico fez seu progresso adquirindo dimensões diversas durante a sua história.

P9	Explorou os pontos de intersecção entre as áreas de Arquivística, Biblioteconomia e Museologia no que diz respeito às diferentes metodologias adotadas por cada área para o tratamento descritivo de seus documentos e objetos. Busca levantar as bases conceituais dos instrumentos de descrição e acesso.
-----------	---

Fonte: Dados da pesquisa (2019-2020).

A P1, abordou um direcionamento sobre os documentos fotográficos no campo dos arquivos e das bibliotecas, para isso fez uma comparação entre duas normas: AACR2 e ISAD (G). Partiu do sentido que a fotografia reflete realidades, afirmando que as informações presentes em uma fotografia podem servir para construção do conhecimento. Elucida-se que existem discussões voltadas para modelos de indexação e resumos de fotografias, reconhecendo os aspectos dos documentos no campo arquivístico e biblioteconômico.

Quadro 25 – Estratos da P1

ESTRATO 1	ESTRATO 2	ESTRATO 3
A descrição deve consistir no trabalho de criar uma representação de uma unidade documental, que é o conjunto de documentos ou o documento de um fundo. (P.87) O produto final no qual resulta na representação dos documentos [...] para a arquivologia, são os instrumentos de pesquisa (p. 144).	A atividade de descrição de documentos de arquivos é um meio de o arquivista ter o controle do que tem em seu acervo, do pesquisador conhecer com mais facilidade e profundidade o material que está procurando e de elaborar de um modo padronizado os instrumentos de pesquisa (p. 96).	O documento fotográfico é uma representação de coisas e pessoas reais e é usado como informação quando tratado adequadamente em suas características técnicas, físicas e composicionais pedidas pelos códigos, e, a partir daí, pode se transformar em informação útil a seus devidos usuários (p.127-128).

Fonte: Dados da pesquisa (2019-2020).

Destaca-se que representação da informação na Arquivologia se dá por meio da descrição e a criação de instrumentos de pesquisa. As normas de descrição são as formas representação que caracterizam no âmbito dos arquivos. No aspecto da fotografia, encontra-se uma discussão mais profundo na biblioteconomia, existindo uma necessidade de aprofundamento na área da Arquivologia.

Na P9, a partir de aproximações com algumas finalidades afins entre arquivos, bibliotecas e museus, o estudo focou na questão da representação da informação presentes nesses ambientes. De acordo com a pesquisa existe definições apresentadas em cada área especificamente ao processo descritivo que há uma demarcação quanto a terminologias e outros aspectos que caracterizam especificidades. Ainda destaca a descrição e as normas de descrições como meio de representação no escopo arquivístico.

Quadro 26 – Estratos da P9

ESTRATO 1	ESTRATO 2
As atividades de organização e representação da informação nos arquivos, museus e bibliotecas têm sido pautadas por metodologias próprias [...] (p. 85).	[...] a representação da informação é responsável por referenciar o acervo , por meio de registros das bases de dados, não tendo, portanto, a pretensão de substituir o documento em si, inferimos que as bases conceituais e especificidades de cada área não são afetadas nesse processo, pois as estruturas internas de cada metodologia de organização são preservadas. (p. 31)

Fonte: Dados da pesquisa (2019-2020).

Os estratos demarcam um pouco do que a pesquisa se propôs partindo da afirmação que os campos de biblioteconomia, museologia e arquivologia possuem metodologias próprias que as diferenciam. A representação da informação como meio de referenciar acervos, de acordo com o segundo estrato, não substitui o documento, mas é direcionada através dos movimentos metodológicos explicitados por cada área de conhecimento. Aqui chamamos atenção para alguns elementos incomuns que Tanus e Araújo (2012) apontam nas três áreas que, em nossa concepção, podem influenciar diálogos entre o processo de representação da informação, a citar: as instituições, a memória, o documento e, por último a informação, interdisciplinaridade e a Ciência da Informação.

Na P1, assim como na P9 a descrição aparece como atividade de análise para criação de instrumentos de pesquisa, baseada em normas de descrição que estabelecem elementos concisos sobre o que devemos extrair dos documentos. Assim, diante das pesquisas, nota-se que as duas se preocuparam em diferenciar o processo de representação da informação na Arquivologia, seja pela fotografia como um documento que pode ser trabalhado tanto pelos os aspectos biblioteconômicos e arquivísticos ou através de aprofundamento e diferenciação da representação da informação no campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, as tecnologias digitais têm alterado procedimentos na organização dos documentos. Estamos diante da complexidade de informações mais dinâmicas que vêm exigindo atenção perante à integridade do contexto de produção e funcionalidade dos documentos arquivísticos, afetando as formas de produção, de armazenamento, de preservação e, conseqüentemente meios que possibilitam essas ações como a organização e a representação da informação.

Em conjunto a isso e, considerando as disposições colocadas por Cook (2018), que insere o pensamento arquivístico como contínuo - tendo em vista que a natureza dos documentos estão em constante mudança -, estabelecemos um diálogo para investigar os preceitos da representação da informação na Arquivologia. Com isso, esta dissertação teve como objetivo geral **analisar o delineamento da representação da informação no contexto da Arquivologia em teses e dissertações da Ciência da Informação no Brasil**.

Para construção desta pesquisa buscamos leituras que pudesse nos apresentar um direcionamento diante da área da Arquivologia e suas mudanças, bem como o documento arquivístico, a representação na Ciência da Informação e o seu envolvimento com as funções arquivísticas, aqui, consideradas como sendo a classificação e a descrição.

Inicialmente destacamos a contextualização da temática, problematização, objetivos e justificativas, em um segundo momento, buscamos evidenciar, por meio de autores, o percurso histórico da Arquivologia e suas mudanças teórico-conceituais em conjunto as suas ligações com a Ciência da Informação que, não necessariamente possam estar compreendidas pelos fundamentos colocados por Silva (2010); Araújo (2011), Tanus e Araújo (2012) e Silva (2018), mas também, através de proposições destacadas em algumas correntes teóricas arquivísticas que traz o elemento informacional como destaque e as presunções discutidas nos arquivos em um momento pós-custodial.

Apresentamos algumas especificidades do documentos arquivístico, a fim de compreendermos sua identidade perante os documentos de outras unidades como os de bibliotecas e os de museus. Destacamos as características documentais com as bases diplomáticas e estudos sobre tipologia, bem como o momento de integração da diplomática ao segmentos arquivísticos.

Apontamos a questão do vínculo arquivístico nos entendimentos de Duranti (1994) e a identificação arquivística discutida por Rodrigues (2008). Perante os documentos digitais, demarcamos algumas característica em volta da fixidez, conteúdo estável e forma fixa.

Continuando esse contexto, falamos sobre os aspectos da representação na Ciência da Informação, destacando um constructo antecessor por meio da linguagem, interpretação, sentido e, enfim, dando abertura para a representação da informação em sua forma temática e descritiva. Brevemente relatamos sobre as linguagens documentárias, os vocabulários controlados, indexação e a busca pela padronização descritiva.

Afunilando nossa fundamentação, abordamos sobre a representação da informação na Arquivologia, destacando a necessidade de se trabalhar sobre a representação no campo e, mesmo que atrelada à função de classificação e descrição, observamos que nos últimos anos muitos.

Relatamos sobre a descrição arquivística e sua evolução na perspectiva custodial e pós custodial, discutindo com autores que encaixam seus posicionamento nessas duas nuances. Debates também sobre a busca de normalização perante os aspectos descritos, possibilitando a construção de normas, e sobre os instrumentos de pesquisa. Finalizamos essa seção, abordando sobre a classificação e o seu percurso perante a área da Arquivologia.

Visando o cumprimento do nosso objetivo geral, estabelecemos procedimentos metodológicos, a fim de nos guiar quanto ao que nos propomos realizar. Por meio da análise de conteúdo de Bardin (2009), estabelecemos categorias através da leitura de teses e dissertações coletada na BDTD, definindo categorias onde encontramos alguns possíveis direcionamentos estabelecidos por elementos incomuns mais gerais dos estudos e, outros específicos, através de estratos extraídos das pesquisas.

Para o cumprimento do nosso primeiro objetivo específico que foi mapear teses e dissertações desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil que tratam sobre a Representação da Informação na Arquivologia, utilizamos descritores que estabelecemos por meio da nossa revisão de literatura. Em seguida, tendo em mãos as pesquisas e descrevendo-as por meio de aspectos mais externos (universidade, ano, título, tipo de pesquisa) pudemos notar a extensão de distribuição perante os programas de pós-graduação em Ciência da Informação, observando que a escala de produção das dissertações são mais abrangentes que as de Teses, encontrando estudos que demarcam início em 2006 e vão até 2019.

Diante dos objetivos b) Identificar o conjunto de elementos nas pesquisas que versam sobre a representação da informação na Arquivologia e o c) Apresentar possíveis direcionamentos que configuram a representação da informação no domínio da Arquivologia, desenvolvidos *na seção 6*, chegamos aos seguintes delineamentos mais gerais:

- As categorias estabelecidas servem para entendermos os contornos trabalhado nas pesquisas na pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil relacionados à representação da informação na Arquivologia, desenhando de maneira mais geral dimensões de temáticas (respeitando os respectivos recortes dos estudos), tais como: a) pesquisas que buscam aprofundamento teórico, conceitual e prático; b) desenvolvimento perante as tecnologias digitais; c) ampliação de metodologias e instrumentos; d) questões sobre políticas e acesso à informação; e) propostas e produtos; e, por último, f) interseções entre a biblioteconomia e a museologia.
- Há certa identidade nas pesquisas analisadas com fundamento de reafirmar uma diferenciação da representação da informação no campo arquivístico, adentrando em uma das motivações também deste estudo.
- Quando apresentam o elemento informacional relacionado à representação do documento arquivístico promovem uma discussão por meio da Arquivologia Integrada apontando a informação orgânica, ou seja, seguindo perspectivas mais contemporâneas.
- A questão interdisciplinar na representação da informação aparece como um delineamento forte ligado à Ciência da Informação, em seguida, aos aspectos da linguística documentária, bem como a diplomática contemporânea e a Ciência da Computação.

Postos esses delineamentos partimos para outros mais específicos que envolveu a análise dos estratos que foram extraídos das teses e dissertações.

- As pesquisas denominam uma forma específica sobre a representação, tais como: “representação da informação arquivística”, “representação arquivística” e “representação do documento arquivístico”. Em algumas pesquisas notamos uma divisão mais específica oriunda da Ciência da Informação, a falar: representação temática e descritiva.
- Os princípios arquivísticos de proveniência, ordem interna são norteadores na representação da informação na Arquivologia.
- A classificação arquivística aparece como atividade de representação da informação, dela resultando o plano de classificação, o qual apresenta informações acerca das

atividades, funções e lugar que o documento ocupa no âmbito institucional, suas relações e hierarquia ligadas à atividade meio e fim.

- A descrição arquivística também é condicionada como uma atividade de representação da informação em sua dimensão descritiva bem como temática, servindo como intermediadora no acesso e projeção do conteúdo dos documentos por meio das normas que subsidiam e mantêm a integridade dos fundos e através dos instrumentos de pesquisa que evidenciam cada nível descritivo.
- A avaliação arquivística aparece como meio de representação da informação quando relacionada a questões políticas realizadas que envolve a questão de controle e acesso fomentada principalmente em arquivos público e acervos mais independentes.
- A representação da informação na Arquivologia necessita de metodologias auxiliares como a identificação, análise documental, o processo de indexação e os vocabulários controlados.
- Os instrumentos de pesquisa (seja analógico ou digital) são produtos oriundos da descrição arquivística e servem para representar informações do acervo, conjunto de documentos e unidade informacional, geralmente criado no arquivo permanentes.
- No contexto digital, a representação da informação na Arquivologia aparece por meios de metadados específicos ligados as características dos documentos digitais, bem como auxiliada por meio das linguagens de marcação. Serve também como diretriz para os sistemas arquivísticos digitais, bem como auxiliar no processo de preservação digital.

Após esses delineamentos mais gerais e específicos inferimos que a representação da informação arquivística ou representação arquivística, considerando os termos e seus respectivos significados, através das teses e dissertações em Ciência da Informação no Brasil, é visualizada por meio da classificação e descrição em sua dimensão temática ou descritiva, ora sendo essas atividades, ora resultado dessas a partir dos planos de classificação e instrumentos de pesquisa. Se dá por meio de relações interdisciplinares com outras áreas do conhecimento que auxiliam em ações como a identificação, análise e organização dos documentos em ambientes analógicos ou digitais com observância dos princípios arquivísticos, bem como as características documentais.

Com essas considerações, afirmamos que as limitações desta pesquisa se deram no campo teórico, devido à pouca produção de texto que realizam discussões e relação da representação da informação na Arquivologia. Embora, as pesquisas aqui analisadas, apontem o respeito para manutenção das funções, atividades e aprofundamento da representação da informação com os princípios arquivísticos, podemos sugerir para futuros trabalhos o aprofundamento de se ampliar a ideia de "contexto" na representação da informação, considerando suas possibilidades diversas além do campo institucional, bem como estudos voltados para representação em documentos pessoais.

Não tivemos a intensão de descobrir o terreno da representação da informação na Arquivologia, considerando que existem pesquisas que apresentam esse panorama de forma bem mais aprofundada, mas considerando os devidos recortes, contribuir para o esclarecimento junto a uma demanda que envolve as funções arquivísticas e consequentemente meios que ajudam para o acesso das informações realizadas por arquivistas, profissionais e instituições, bem como somar com os atributos de pesquisas desenvolvidas pela área da Ciência da Informação no Brasil.

REFERÊNCIAS

- AGANETTE, Elisângela Cristina; TEIXEIRA, Livia Marangon Duffles; AGANETTE, Karina de Jesus Pinto. A representação descritiva nas perspectivas do século XXI: um estudo evolutivo dos modelos conceituais. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 22, n.50, p. 176-187, set./dez., 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2017v22n50p176>. Acesso em: 12 dez. 2018.
- AGUIAR, F. L.; KOBASHI, N. Y. Organização e representação do conhecimento: perspectivas de interlocução interdisciplinar entre Ciência da Informação e Arquivologia. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://enancib.sites.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/view/155/147>. Acesso em: 19 jun. 2019.
- ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. Classificação Arquivística e Teoria do Conceito: Elementos para Organização do Conhecimento. In: PINHO, Fabio Assis; GUIMARÃES, José Augusto Chaves (Orgs.). **Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento**. Recife: Ed. UFPE, 2017. E-book (409 p.). (Série Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, v. 4). p. 129- 137.
- ALMEIDA, Maurício Barcellos. Uma abordagem integrada sobre ontologias: Ciência da Informação, Ciência da Computação e Filosofia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.19, n.3, p.242-258, jul./set. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v19n3/a13v19n3.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2018.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é Ciência da Informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Condições teóricas para a integração epistemológica da arquivologia. In **CID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 19-41, jul. /dez. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42349>. Acesso em: 12 jan. 2019.
- AQUINO, I.J.; CARLAN, E.; BRÄSCHER, M.B. Princípios classificatórios para a construção de taxonomias. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 3, n. 3, p. 196-215, dez. 2009. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/viewArticle/3626>. Acesso em: 17 dez. 2018.
- ARQUIVO NACIONAL, **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 232 p.
- BAPTISTA, Dulce Maria; ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique de; CARLAN, Eliana. O escopo da análise da informação. In: ROBREDO, Jaime; BRÄSCHER, Marisa (Orgs.). **Passeios pelo bosque da informação: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento**. Brasília: IBICT, 2010. p. 61-80.
- BAPTISTA, Dulce Maria. O impacto dos metadados na representação descritiva. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.12, n.2, p. 177-190, jul./dez.,

2007. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/11228>. Acesso em: 12. Fev. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Tiago Henrique Bragato. **A representação Arquivística: uma Análise do discurso teórico e institucional a partir dos contextos Espanhol, Canadense e Brasileiro**. 2014. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

BELLOTTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BOCCATO, Vera Regina Casari. **Avaliação do uso de linguagem documentária em catálogos coletivos de bibliotecas universitárias: um estudo sociocognitivo com protocolo verbal**. 2009. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2009.

BORKO, Harold. Information Science: What is it? **American Documentation**, [S.l.], v.19, n.1, p.3-5, jan. 1968.

BRÄSCHER, Marisa; CAFÉ, Ligia. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANCIB, 2008. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3016/2142>. Acesso em: 30 jan. 2019.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science (JASIS)*, v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991.

CAMARGO, A. M. de A.; BELLOTTTO, H. L. (Coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

CALDAS, W. F.; MOREIRA, M. P. **Folksonomia e classificação de etiquetas: estudo de caso Flickr**. 2009. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/62/GT%202%20Txt%2010-%20CALDAS%2c%20Wagner%20F..pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 7ed. São Paulo: Ática, 2000.

CINTRA, Anna Maria Marques *et. al.* **Para entender as linguagens documentárias**. 2.ed. São Paulo: Polis, 2002.

COOK, Terry. O passado é prólogo: uma história das ideias arquivísticas desde 1898 e a futura mudança de paradigma. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (Orgs.). **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: FGV, 2018. p. 17-81.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G)**: Norma geral internacional de descrição arquivística. 2.ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Câmara técnica de normalização da descrição arquivística. **Norma brasileira de descrição arquivística (NOBRADE)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Câmara técnica de normalização da descrição arquivística. **Norma internacional para descrição de funções (ISDF)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. Tradução Maria Amélia Gomes Leite. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 10-14, n.1, p.14-33, abr./ago., 1982.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n.13, p. 49-64, 1994. Disponível em: <https://bibliotextos.files.wordpress.com/2012/03/registro-documentais-contemporc3a2neos-como-provas-de-ac3a7c3a3o.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2018.

DURANTI, Luciana. The archival bond. **Archives and Museum Informatics**. Vancouver (Canadá): Kluwer Academic Publishers, v.11, p. 213–218, 1997.

FERREIRA, Marilucy da Silva. Linguagem e representação: considerações no universo da Ciência da Informação. **Revista Digital de biblioteconomia e ciência da informação**, [S.l.], v.1, n.3, p. 1-14, set./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1627>. Acesso em: 04 jan. 2019.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

FREITAS, Lidiane Marques; ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. Concepções acerca da classificação arquivística a luz da teoria do conceito. In: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2017. **Anais [...]**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2017. p. 817 – 832.

FUJITA, Maria Spotti Lopes *et al.* (orgs.). **A indexação de livros**: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias. Um estudo de observação do contexto sociocognitivo com protocolos verbais. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

FUJITA, Maria Spotti Lopes. A Leitura Documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-texto-contexto. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, [S.l.], v.5 n.4 ago, 2004. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/7646>. Acesso em: 20 jan.2019.

GARCIA, Olga Maria Correa; SCHUCH JUNIOR, Vitor Francisco. A aplicação da arquivística integrada, considerando os desdobramentos do processo a partir da classificação. **Inf.Inf., Londrina**, v. 7, n. 1, p. 41-56, jan./jun. 2002. Disponível em:

http://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/05/pdf_bb369f87ad_0010451.pdf. Acesso em: 12 nov. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLEICK, James. **A Informação**: Uma história, uma teoria, uma enxurrada. Tradução Augusto Calil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. **DataGramaZero – revista de Ciência da Informação**, v. 1, n. 6, out. 2000. Disponível em:

<http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/127/1/GomesDataGramaZero2000.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2018.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2001. Disponível em:

<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/433>. Acesso em: 15 jul. 2018.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. O objeto de estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 19, n. 2, p. 117-122, jul./dez. 1990.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A análise documentária no âmbito do tratamento da informação: elementos históricos e conceituais. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003. p. 100- 117.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Abordagens teóricas de tratamento temático da informação (TTI): catalogação de assunto, indexação e análise documental. **Ibersid**, [S.l.], p. 105- 117, 2009. Disponível em: www.iversid.eu/ojs/index.php/iversid/article/download/3730/3491 . Acesso em: 18 maio. 2019.

GUINCHAT, Claire; MENOU, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. Brasília: IBICT, 1994.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Tradução Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio: Apicuri, 2016.

HAGEN, Acácia Maria Maduro. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. **Ciência da Informação**, Brasília, v.27, n.3, p.1-7, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n3/27n3a07.pdf> . Acesso em: 28 set. 2018.

HEREDIA HERRERA, A. *Archivística general: teoría y práctica*. 7. ed. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Diputación de Sevilla, 1995.

HORSMAN, P. Archival description: content and context in search of structure. In: PITTI, D. V.; DUFF, W. M. **Encoded archival description on the internet**. New York: Haworth Press, 2002.

INTERPARES 2 PROJECT. **Diretrizes do Produtor: a elaboração e a manutenção de materiais digitais: diretrizes para indivíduos.** TEAM Brasil. Tradução: Arquivo Nacional e Câmara dos Deputados. 2002-2007b. Disponível em: http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/diretrizes_produtores_digital.pdf . Acesso em: 08 set. 2018.

ISOTANI, Seiji; BITTENCOURT, Ig Ibert. **Dados abertos conectados.** São Paulo: Novatec Editora, 2015.

KAPLAN, Elisabeth. Muitos caminhos para verdades parciais: arquivos, antropologia e o poder da representação. *In*: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (Orgs.). **Pensar os arquivos: uma antologia.** Rio de Janeiro: FGV, 2018.

LIAN, Zhiying. Uma História das ideias e práticas de arquivo na China. *In*: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (Orgs.). **Pensar os arquivos: uma antologia.** Rio de Janeiro: FGV, 2018.

LIMA, José Leonardo Oliveira; ALVARES, Lilian. Organização e representação da informação e do conhecimento: *In*: ALVARES, Lilian (Org.). **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações.** São Paulo: B4 Editores, 2012. p. 21- 34.

LLANES PADRÓN, Dunia.; VICENTINI, Maria José Jorente; SILVA, Anahí Rocha; SILVA, Talita Cristina da. Complexidade da representação da informação arquivística. *In*: ENCUESTRO IBÉRICO, 7., 2015, Madrid. **Anais [...].** Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2015. p. 2-9.

LLANES PADRÓN, Dunia. **La descripción archivística en los tiempos posmodernos: conceptos, principios y normas.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa.** São Paulo: AESP / IMESP, 2002 (Projeto como Fazer, 6).

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MAIMONE, Giovana Deliberali; SILVEIRA, Naira Christofolletti; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Reflexões acerca das relações entre representação temática e descritiva. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 27-35, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/7367>. Acesso em: 23 jan. 2019.

MAKOWIECKY, Sandra. Representação: a palavra, a ideia, a coisa. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, [S.l.], v.1, n. 57, 2003.

MARAÑÓN, Carlos Oliva. Fundamentos de las normas de descripción Archivística y bibliotecaria. **Biblios**, [S.l.], n.153, p. 48-66, 2013. Disponível em: <https://biblios.pitt.edu/ojs/index.php/biblios/article/view/128> . Acesso em 12 jan. 2019.

MARQUES, Angélica Alves da. Arquivologia e Ciência da Informação: submissão ou interlocução? **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, [S.l.], v.11, n.4, p. 14-22, 2017.

MARIZ, Anna Carla Almeida. **A informação na Internet**: arquivo público brasileiros- Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2012.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha (2016). Arquivologia e Ciência da Informação: de mãos dadas? **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.26, n.3, p. 169-184, set./dez. 2016. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/95675>. Acesso em: 28 jun. 2018.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha ; MARQUES, M. S. . A produção científica arquivística na Ciência da Informação: estudo das suas referências. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2014, Belo Horizonte. XV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação: além das nuvens: expandindo as fronteiras da Ciência da Informação, 2014. p. 29-48.

MEDEIROS, Graziela Martins *et al.* A representação de assunto no escopo da Arquivologia: uma análise de artigos científicos nacionais e internacionais. In: DOBEDEI, Vera; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. (Orgs.). **Organização do conhecimento e diversidade cultural.** Marília: ISKO-Brasil: FUNDEPE, 2015. E-Book (835 p.). (Série Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, v. 3).

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRO GONZÁLEZ, J. A. **Linguagens documentárias e vocabulários semânticos para a web**. Salvador: Edufba, 2011.

MORENO, Nádina Aparecida. Gestão documental ou gestão de documentos: trajetória histórica. In: BARTALO, Linete; MORENO, Nádina aparecida (Orgs.). **Gestão em Arquivologia**: abordagens múltiplas. Londrina: EDUEL, 2008.

MOURA, Maria Aparicida. Leitor-bibliotecário: interpretação, memória e as contradições da subjetividade. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 9 n. 2, p. 158-169, jul./dez. 2004. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/357>. Acesso em: 11 abr. 2018.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Instrumentos e metodologia de representação da informação. **Informação & Informação.**, Londrina, v.1, n.2, p.37-45, jul./dez.,1996. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1603>. Acesso em: 12 dez. 2018.

OLIVEIRA, Marlene de *et al.* Comunidade científica e cientificidade da Ciência da Informação. In: CONGRESSO DA BAD – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 8., Estoril, **Anais [...]**. Estoril: [S.n.], maio 2004. Disponível em: <https://bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/%20article/viewFile/631/629>. Acesso em: 16 abr. 2018.

ORTEGA, Cristina Dotta. **Os registros de informação dos sistemas documentários**: uma discussão no âmbito da Representação Descritiva. 2009. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo (ECA/USP), São Paulo, 2009.

PINHO, Fábio Assis. **Fundamentos da organização e representação do conhecimento**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

REIS, Luís. O arquivo e arquivística evolução histórica. **Biblios**: Bibliotecología y Ciencias de la Información, [S.l.], v. 7, n. 24, abr./jun., 2006.

ROBREDO, Jaime. **Documentação de hoje e de amanhã**: uma abordagem revisitada e contemporânea da Ciência da Informação e de suas aplicações biblioteconômicas, documentária, arquivísticas e museológicas. Brasília DF: Edição de autor, 2005.

RONDINELLI, Rosely Curi. O conceito de documento arquivístico frente à realidade digital: uma revisão conceitual necessária. 2011. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. Disponível em: http://www.siarq.unicamp.br/siarq/images/siarq/publicacoes/preservacao_digital/tese_rondinelli.pdf. Acesso em: 15 jul 2018.

RONDINELLI, Rosely Curi. **O documento arquivístico ante a realidade digital**: uma revisão conceitual necessária. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. 280p.

RODRIGUES, Ana Célia. Identificação: uma metodologia de pesquisa para a Arquivística. In Estudos avançados em Arquivologia. Marília, São Paulo: Oficina Universitária; Cultura Acadêmica, 2012, p. 197-215. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos_avancados_Arquivologia.pdf. Acesso em: 20 dez. 2018.

RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo. 2008. 258p. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/publico/TESE_ANA_CELIA_RODRIGUES.pdf . Acesso em: 20 dez 2018.

RODRIGUES, Georgete Medleg; APARÍCIO, Maria Alexandre Miranda. A pesquisa em arquivística na pós-graduação no Brasil: balanço e perspectivas. **Cenário Arquivístico**, Brasília, v. 1, n. p. 31-39, 2002. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/910>>. Acesso em: 02 ago.2016.

RODRIGUES, W. M .R.; BARROS, T. H. B. REPRESENTAÇÃO E DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: um estudo do e mentário dos cursos de Arquivologia no Brasil. CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA - CNA, 7., 2016, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Revista Analisando em Ciência da Informação - RACIn, João Pessoa, v. 4, n. especial, p. 510-525, out. 2016. Disponível em: <<http://racin.arquivologiauepb.com.br>>. Acesso em: dez. 2016.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SARACEVIC, Tefko. Interdisciplinaritynature of Information Science. **Ciência da Informação**, Brasília, v.24, n.1, p. 36-41, 1995. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/03/pdf_dd085d2c4b_0008887.pdf. Acesso em: 20 set. 2018.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos**. Princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico**: concepções, trajetórias, contextualizações. 2012.Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCHMIDT, Clarissa; SMIT, Johanna. Organização e representação da informação em arquivos: uma análise a partir da função classificação.. En XII Congreso ISKO España y II Congreso ISKO España-Portugal, 19-20 de noviembre, 2015, Organización del conocimiento para sistemas de información abiertos. Murcia: Universidad de Murcia

SILVA, Armando Malheiros da *et al.* **Arquivística**: teoria e prática de uma Ciência da Informação. Porto: Afrontamento, 2002.

SILVA, Eliezer Pires. Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11., 2010, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro, 2010. p. 01- 17.

SILVA, Eliezer Pires da. A noção de informação arquivística. *In*: RODRIGUES, Georgete Medleg; COSTA, Marli Guedes da. (Orgs). **Arquivologia**: configurações da pesquisa no Brasil. Brasília: Editora UnB, 2012, p. 39-72.

SILVA, Jefferson Higino; MAIA, Manuela Eugênio Maia. Análise das produções científicas acerca da representação da informação no campo da arquivologia. *In*: SANTOS, Eliete Correia dos; CAVALHO, Ediane Toscano Galdino de; SILVA, Alzira Karla Araújo da. (Orgs.). **Seminário de Saberes Arquivísticos - SESA**:Intercâmbio Cooperação Acadêmica e Mediações Interdisciplinares. Campina Grande: EDUEPB, 2017, p. 25-46.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Múltiplas relações entre Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação. **ConCI: Conv. Ciênc. Inform.**, São Cristovão/SE, v. 1, n. 3, p. 3-32, set./dez. 2018. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/conci/article/view/9750>. Acesso em: 12 jun. 2019.

SILVA, Marina Araújo; MOREIRA, Walter. Relações conceituais em ontologias e linguagens documentárias: análise de periódicos qualis A1 de Ciência da Informação. 2015. Disponível em:<https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/seminariodearquivologiaebiblioteconomia/silva-m.a.-moreira-w..pdf>. Acesso: 05 jun. 2018.

SILVA, Maria dos Remédios da; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A prática de indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. **Transinformação** [online]. 2004, vol.16, n.2, pp.133-161. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-37862004000200003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 14 dez. 2018.

SOARES, Ana Paula Alves; PINTO, Adilson Luiz; SILVA, Armando Malheiro. O Paradigma Pós-custodial na Arquivística. **Páginas a&b**, [S.l.], v.3, n. 4, p.22-39, 2015.

SOUSA, Brisa Pozzi de; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Análise de assunto no processo de indexação: um percurso entre teoria e norma. **Inf. & Soc. Est.**, João Pessoa, v. 24, n. 1, p. 19-34, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/16281>. Acesso em 21 dez. 2018.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. (Orgs.). Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação. Brasília: Thesaurus, 2007. p. 240-271. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/33529652.pdf> . Acesso em: 03 ago. 2018.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa. Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v.2, n. 2, p 120-142, ago./dez. 2006. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/33535530.pdf>. Acesso em 14 nov. 2018.

SOUZA, Rosale Mattos; BOTÃO, Antonio Victor. Representação da Informação Arquivística: Perspectivas Teórico Metodológicas de um campo e suas relações interdisciplinares. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: ANCIB, 2016. p. 11-22.

TABOSA, Hamilton Rodrigues; PAES, Denyse Maria. Ferramentas Tecnológicas na Representação descritiva de documentos: abordagem como conteúdo e como instrumentos. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 78-85, 2012. 78. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/51885>. Acesso em: 28 dez. 2018.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Proximidades conceituais entre a Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 27-36, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/14291>. Acesso em: 15 jun. 2019.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. **A construção teórica da Diplomática**: em busca de uma sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos. 2013. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, Marília, 2013.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. A informação no contexto arquivístico: uma discussão a partir dos conceitos de informação-como-coisa e informação orgânica. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 1, p. 113-122, jul./dez., 2012.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. A representação na arquivística contemporânea. **RICI: R. Ibero-amer. Ci. Inf.**, v. 5, n. 2, p. 79-92, jul./dez., 2012. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/ojs248/index.php/RICI/article/view/7974/6580>. Acesso em: 03 nov. 2018.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A diplomática contemporânea como base metodológica para organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das ideias de Luciana Duranti. *In: CONGRESSO ISKO-ESPAÑA*, 9., 2009, Valencia. **Anais [...]**. Valencia, 2009. p. 23-35.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. A contribuição epistemológica canadense para a construção da arquivística contemporânea. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, Marília, 2010.

THOMASSEN, Theo. The development of archival Science and its European dimension, *In: SEMINAR FOR ANNA CRISTINA ULFSPARRE*, 8., 1999, [S.l.]. **Proceedings [...]**. Stockholm, Swedish National Archives, feb. 1999.

TORRES, Simone; ALMEIDA, Maricio Barcellos. Classificação: uma operação inerente às linguagens documentárias?. **DataGramaZero**, [S.l.], v.16 n.2, 2015. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/50752>. Acesso em: 20 dez. 2018.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VITAL, Luciane Paula; MEDEIROS, Graziela Martins de; BRÄSCHER, Marisa. Classificação e descrição arquivística como atividades de organização e representação da informação e do conhecimento. **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**. [S.l.], v.11, n.4, p.40-46, 2017. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/7507>. Acesso em: 21 dez. 2018.

VITAL, Luciane Paula; MEDEIROS, Marisa Brascher Basilio. Representação temática de documento arquivístico: em busca de especificidades. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 345-367, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/79870/50205>. Acesso em: 15 dez. 2018.

VITALI, S. What Are the Boundaries of Archival Context? The SIASFI Project and the Online Guide to the Florence State Archives, **Journal of Archival Organization**, 3, 2-3: 243-260, 2006.

VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin. Uma aproximação entre a Arquivologia e Ciência da Informação: o uso dos conceitos de informação orgânica e informação arquivística. **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**. 11:4 (2017) p.57-66. Disponível em: <https://docplayer.com.br/70993285-Uma-aproximacao-entre-arquivologia-e-ciencia-da-informacao-o-uso-dos-conceitos-de-informacao-organica-e-informacao-arquivistica.html>. Acesso em: 14 jun. 2018.

APÊNDICE A – CORPUS DA PESQUISA

AGUIAR, Andressa Furtado da Silva de. **Representação da informação arquivística: diálogos e conexões interdisciplinares**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2013.

ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. **Catálogo e descrição de documentos fotográficos em bibliotecas e arquivos: uma aproximação comparativa dos códigos AACR2 e ISAD (G)**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2006.

ALVES, Theresa Cynthia Miranda Souza. **Representação descritiva da informação arquivística: proposta de descrição de medalhas no Acervo José Simeão Leal**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

ANDRADE, Ricardo Sodré. **Uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência na web: novas possibilidades para as instituições arquivísticas públicas brasileiras**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, Salvador, 2010.

BARROS, Thiago Henrique Bragato. **A representação da informação Arquivística: Uma Análise do discurso teórico e institucional a partir dos contextos Espanhol, Canadense e Brasileiro**. 2014. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Marília, 2014.

CÂNDIDO, Gilberto Gomes. **A representação da informação do documento de arquivo: perspectivas metodológicas para elaboração de pontos de acesso**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Marília, 2014.

DANTAS, Célia Medeiros. **Representação da informação arquivística: uma proposta para o Arquivo Histórico Waldemar Duarte**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

DAVANZO, Luciana. **Vocabulário controlado para arquivos: análise de viabilidade e propostas**. 2016. (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2016.

GAMA, Fernando Alves. **As contribuições das linguagens de marcação para a gestão da informação arquivística digital**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Marília, 2006.

LINDEN, Leolíbia Luana. **O tratamento temático da informação em instrumentos normativos de descrição arquivística**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

MARINGELLI, Isabel Cristina Ayres da Silva. **Representação da informação em acervos culturais:** reflexões em torno do diálogo museológico, arquivístico e biblioteconômico. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MARTINS, Wanessa Rodrigues. **Representação arquivística:** o papel do CIA e do CONARQ para o desenvolvimento de políticas de descrição. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

MENDES, Renata Lourenço. **Sistemas de organização e representação do conhecimento: uma reflexão sobre o uso do código de classificação de documentos de arquivo da Fiocruz.** 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, Talita Cristina da. **AtoM, normas e padrões para a descrição e representação de informações e objetos digitais em ambientes Web.** 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Marília, 2017.

VENTURA, Renata. **A atuação dos arquivos públicos estaduais do Brasil nas atividades de representação da informação para atendimento da lei de acesso à informação.** 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

VITAL, Luciane Paula. **Representação temática de documento arquivístico:** as contribuições do modelo conceitual FRASAD. 2017. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

WATANABE, Eduardo. **Representação das informações de processos judiciais.** 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) —Universidade de Brasília, Brasília, 2019.